

STELLA MARIS BORTONI-RICARDO

Uma palavra depois da outra

A professora
experimentando a escrita

Curriculum Vitae



Já dei à luz com dor.

Já dei de mamar.

Já ensinei, e ao ensinar aprendi.

Já criei gado.

*Já amei o homem certo e o homem errado,
e então o errado ficou certo.*

Já saltei sem paraquedas.

Já pranteei o amado que partiu.

*Já vi as grandes cidades que o homem construiu
e as vilas envoltas em paz.*

*Já li livros que me encheram de luz
e escrevi outros, com boa vontade.*

Já me abri nua para o sol e tirei de frio sob a neve.

*Já comi iguarias finas e arroz
com feijão e ovo frito.*

*Já tive medo, até que me
entreguei à bússola do meu
corpo.*

*Me extasiei diante de grandes
inteligências e me encantei
com a humildade.*

Já aprendi a rezar.

Já aprendi a dançar.

*Já decorei os nomes dos filhos
de Jacó e de todos os
afluentes do Amazonas.*

*Já me indignei com a
crueldade e a injustiça.*

*Já me dispus a mudar o
mundo.*

*Já tive vontade de me mudar
de meu país.*

*Já tive vontade de nunca sair
de meu país.*

Já andei a cavalo,

Já andei de bicicleta,

*mas só andei de moto uma
vez.*

Já amei e fui exigente.

Já amei e fui generosa.

Já aspirei o aroma da rosa

E o perfume francês.

*Já vesti vestidos de costureira
e o de grife internacional.*

*Já visitei muitos hotéis, dos
mais simples aos resorts.*

*Já fiquei feliz comigo mesma
e já me critiquei duramente.*

Aprendi a fazer autocrítica.

*Já experimentei desânimo e
alegrias.*

Dores e prazer.

E depois de tudo,

sei que vale a pena viver.

Introdução



Nasci no remoto ano de 1945, em São Lourenço, encantadora estação de águas no sul de Minas Gerais, aonde Manuel Bandeira e outros doentes iam veraneiar em busca dos bons ares e águas minerais, que lhes pudessem restituir a saúde.

Minha família era muito modesta, mas letrada. Meu pai, Geraldo Bortoni, neto de um imigrante, Afonso Bortoni, que deixou a província de Salerno, no sul da Itália, e chegou ao Brasil no final do século XIX, era um brilhante autodidata. Como pôde estudar muito pouco, ganhou a vida sempre como comerciante. Minha mãe, Maria Aparecida da Silva Bortoni, era uma ilustrada professora de Português e de Latim - uma raridade naquele tempo. Foi ela quem escolheu o meu nome, de uma ladainha à Nossa Senhora, em Latim. O casal teve três filhas e eu sou a filha do meio. Quando eu nasci, um poeta sanlourençiano, amigo de meus pais, João Maciel de Oliveira, dedicou-me um poema: Se tu és poeta, e aos céus sobes, de alma pura e singela, sou tua companheira, ó pálida Stella,; se tu és um navegante e ao mar tu baixares, sou tua companheira, ó Stella Maris. Vejo hoje nesse poema, que aprendi a recitar de cor por volta dos quatro anos de

idade, o indicador, por excelência, do privilégio que tive de nascer e me criar em um grupo social letrado.

Vivi poucos anos em minha cidade natal, que me agraciou, no ano 2000, com uma comenda de “Filha ilustre da cidade”. Entre os 11 e os 15 anos, estudei interna no Colégio Sion de Campinha, de que guardo meigas lembranças. Depois disso, meus pais mudaram-se para o Rio e eu fui estudar no Colégio Bennett, onde fiz o Curso Normal e tive a certeza de que queria ser professora.

Em 1964, enquanto o Brasil entrava nos anos de chumbo, tive oportunidade de ir para os Estados Unidos, para o Lake Erie College, em Painesville, Ohio. O ano que passei lá foi muito produtivo para mim: comecei a aprender a viver numa cultura muito distinta da minha e a me comunicar em uma língua estrangeira. Entre outras disciplinas, cursei ali dois semestres de Shakespeare, que foram muito inspiradores. Também dei continuidade a uma experiência que iniciei no colégio Bennett, trabalhar com teatro infantil.

De volta ao Brasil, concluí o Curso de Letras na Universidade Católica de Goiás, para onde minhas circunstâncias familiares me haviam levado. Foram essas circunstâncias de mulher casada e mãe de Larissa, Clécio José e Ana Karina que me conduziram depois para Rio Verde, no sudoeste goiano, onde havia o embrião de uma faculdade. Ali, recém-formada, dediquei-me a regularizar a situação da faculdade, o que resultou na criação de uma Fundação Municipal de Ensino Superior, a FESURV, e em uma Faculdade de Filosofia, que hoje já evoluiu para uma universidade – A Universidade de Rio Verde. Por conta dessa dedicação nos anos 70, recebi, em 2001, o título de Cidadã Honorária de Rio Verde, de que muito me orgulho.

Ingressei na Universidade de Brasília como aluna de mestrado e auxiliar de ensino em 1975. Dois anos depois concluí o mestrado em Linguística e no ano seguinte fui com toda a família, como Fulbright scholar, para a Universidade de Austin, no Texas. Para todos nós a experiência de viver em um subúrbio de classe média no Texas foi muito gratificante.

No período de 1980 a 1983 dediquei-me ao doutorado em Linguística, na Universidade de Lancaster, no Reino Unido. Minha pesquisa voltou-se para a integração de migrantes de origem rural ao ambiente urbano e foi conduzida na cidade de Brazlândia, no Distrito Federal. A análise sociolinguística desse processo apoiou-se no paradigma de redes sociais, desenvolvido na Antropologia Social. Defendi minha tese de doutorado em dezembro de 1983, duas semanas antes do falecimento de minha mãe. Em 1985, a tese foi publicada em forma de livro, pela Cambridge University Press, com o título: *The Urbanization of Rural Dialect Speakers – A Sociolinguistic Study in Brazil*.

Em 1989, retornei aos Estados Unidos. Permaneci um ano em estágio de pós-doutorado na Universidade da Pennsylvania, na Filadélfia, trabalhando com William Labov, no Departamento de Linguística e com Frederick Erickson, na Graduate School of Education, na área de Etnografia escolar.

Em 1993, tornei-me professora titular de Linguística, na UnB. O início dessa década foi de muito labor: fui presidente da ANPOLL, entre 1992 e 1994, e Diretora do Instituto de Letras da UnB, entre 1993 e 1997. Paralelamente fui orientando cerca de duas dezenas de dissertações de mestrado e concluí a primeira orientação de doutorado, de Cibele Brandão de Oliveira. Ao término desse período, aposentei-me e reingressei na carreira docente, mas aí já como professora da Faculdade de Educação, onde lidero uma linha de pesquisa “Letramento e Formação de Professores”. Nessa linha de pesquisa há mais de uma dezena de mestrados e doutorados em andamento, além de muitas dissertações de mestrado e teses de doutorado já defendidas. Ao todo, desde que concluí meu doutorado, já orientei mais de uma centena de trabalhos de pós-graduação stricto sensu.

Integrei, ainda, com Lúcia Lobato, de saudosa memória, e outras colegas da UnB, a diretoria da ABRALIN, no período de 2003 a 2005. Nos impedimentos de Lúcia, em decorrência de seu esta-

do de saúde, exerci a presidência da Associação, por cerca de um ano e meio.

O trabalho com a formação de professores como agentes de letramento tem sido muito gratificante. A partir de 1998, participei de diversos projetos de educação continuada: Pedagogia para Início de Escolarização, o PIE, uma parceria da UnB e da Secretaria de Educação do DF; o PRA-LER, projeto custeado pelo Banco Mundial e desenvolvido pelo Fundescola/MEC; a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica e o Pró-Letramento. Esses dois últimos, uma iniciativa da Secretaria de Educação Básica do MEC, em parceria com universidades, entre as quais a UnB. No âmbito desses projetos, como coordenadora de alguns deles e autora, tive oportunidade de elaborar muitos textos dirigidos diretamente a professores, na sua condição de agentes de letramento. Os livros que venho publicando (ver www.stellabortoni.com.br) como autora única ou em parceria com alunos e pesquisadores associados, também representam uma contribuição da Sociolinguística à formação de agentes de letra-

mento, especialmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Fazer uma transição da teoria sociolinguística para a área aplicada de formação de professores foi uma decisão muito consciente para mim. Tenho a mais completa convicção de que é um dever de todo brasileiro letrado, mais ainda daqueles que tiveram a oportunidade de concluir uma pós-graduação, empenhar-se com todo o vigor para que os índices vergonhosos de analfabetismo funcional neste país _ cerca de 76 % dos adultos entre 15 e 64 anos _ venham a diminuir, num futuro próximo. Tenho escrito vários livros dirigidos aos professores brasileiros.

Neste livro, inicio uma experiência nova: a de escrever, em forma de crônicas, sobre meu dia a dia. Quero compartilhar com meus leitores esse aprendizado de produzir textos em um gênero com o qual eu não tinha familiaridade. Aprender a escrever é tarefa que tem data para começar na vida de um indivíduo, mas não tem data para terminar. Somos aprendizes durante toda vida.

Brasília, 31 de maio de 2014.

A vida nossa de cada dia

“Menino novo, mais novo que ela quais dois ano. Pegaro a namorá. Eu falei pra ela. ‘Esse menino é novo, num tem emprego, num dá futuro.’ Mais ó, que que adiantô. Moça quando qué descabeceá, ninguém segura.”

As águas de janeiro

Novamente é janeiro. Embora tenhamos verão o ano todo, a publicidade no Brasil cria uma grande expectativa sobre os meses de verão no calendário. Com isso se vendem muita cerveja, muita passagem aérea para o Nordeste, muita roupa da estação.

Não fico imune a essa excitação sobre o verão, mas tenho de reconhecer que me entristeço quando penso que janeiro tem sido o mês dos maiores desastres naturais em nosso país. Mesmo correndo o risco de chover no molhado (desculpem-me o trocadilho rasteiro), quero hoje falar sobre essas calamidades que, entra ano, sai ano, tiram a vida de muitos brasileiros.

Enquanto escrevo, o som em *background* da TV insiste em contabilizar o número de vítimas nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, que neste ano foram os mais atingidos pelas chuvas.

No ano passado, o país todo assistiu à destruição de cidades serranas fluminenses. Em anos recentes, as maiores tragé-

dias tinham sido em Angra dos Reis, onde uma pousada ficou totalmente arrasada, e em Niterói, no Morro do Bumba, que veio abaixo destruindo casas e causando muitas mortes.

Esse morro era de fato um enorme depósito de lixo, que se foi acumulando e crescendo. Não tardou que famílias pobres construíssem casas no seu cume e nas encostas.

Em Angra dos Reis, as edificações destruídas pela chuva eram construções sólidas, ao sopé dos morros. Em Petrópolis e Nova Friburgo, bairros inteiros de classe média foram reduzidos a lama, a Serra do Mar se esboroando sobre as casas, ruas e carros.

Na ocasião, um vizinho que é carioca recolheu donativos no nosso conjunto. Doei um salário mínimo, na esperança de que esse dinheiro trouxesse algum alívio às vítimas da catástrofe. No entanto, a imprensa vem divulgando agora que todo o dinheiro arrecadado não se transformou efetivamente em novas habitações para quem ficou sem um teto. Aonde foi parar?

Em 2011, quando houve o terremoto seguido de tsunami no Japão, o mundo todo se solidarizou e enviou donativos àquele país. Mais recentemente, as autoridades japonesas devolveram à UNESCO e à Cruz Vermelha, parte dos recursos que não tinham sido utilizados.

Os japoneses são assim: operosos e honestos, tão diferentes de nós! Naquele arquipélago, cujo solo é muito sujeito a tremores, eles desenvolveram um sistema preventivo eficiente. Nem sempre esse sistema os protege totalmente, mas imaginem como seria pior se aquele povo não tivesse uma cultura de prevenção e socorro nas calamidades.

Por que nós, brasileiros, continuamos desprovidos de uma política de prevenção de desastres naturais e de orientação e assistência às vítimas das tempestades no início do verão? Nem se pode dizer que a Natureza por aqui durma em berço esplêndido, já que estamos livres de vulcões, terremotos e tornados. Felizmente não os temos por aqui, mas temos as enchentes e os deslizamentos dos morros. Não podemos culpar

a Natureza por eles. As nossas catástrofes anuais são fruto da urbanização desordenada e do descaso dos governos.

Em 1950, o percentual de população urbana no Brasil era de 36,16%. Em 2000, 81,20% dos brasileiros já viviam em áreas urbanas. Os dados são do IBGE.

A maior parte desse contingente que migrou do campo para a cidade é constituída de cidadãos pobres e sem qualificação profissional. Ao contrário do que ocorreu nos países industrializados, onde a urbanização foi precedida da industrialização, aqui no Brasil a industrialização foi tardia e não se implantou em todo o país, somente em algumas regiões. Não há uma correlação entre industrialização e urbanização, com exceção talvez de São Paulo.

O fluxo campo-cidade do século XX não se restringiu às áreas industrializadas, tampouco. Os brasileiros foram deixando seu ambiente rural e demandando as cidades, principalmente a partir da década de 1940. Nessas áreas a ocupação foi desordenada; construíram-se casas nas baci-

as dos rios, que eram desviados, em mangues, nas encostas dos morros. Das duas uma, ou não havia posturas municipais definindo as áreas adequadas para erguer casas, ou essas posturas não foram respeitadas e não houve fiscalização.

O fato é que entramos no terceiro milênio com as cidades muito inchadas e com muita ocupação irregular. Para tornar o cenário mais suscetível a tragédias, temos muitos maciços e morros em grande parte do território nacional, cuja cobertura porosa desliza facilmente quando muito encharcada. E não falta chuva ao Brasil. Existe uma tal de Zona de Convergência que transfere para o Sul e Sudeste a umidade da Amazônia.

Tudo isso já está bem estudado e monitorado por satélites e outras tecnologias de ponta. Todos sabem que os chamados meses de verão são chuvosos, embora nesse tempo também haja seca no extremo sul.

Para que serve a sofisticada tecnologia de previsão do tempo se as informações geradas caem num limbo de indiferença e irresponsabilidade?

Nos países frios do Hemisfério Norte as nevascas são monitoradas e as comunidades rurais ou urbanas se preparam para conviver com elas todos os invernos. Nem todo o dano que causam pode ser evitado, mas há uma preocupação muito grande em preservar vidas humanas.

Por que não somos assim? Por que não temos políticas preventivas? A sabedoria popular diz que mais vale prevenir que remediar. Mas não somos previdentes, não somos cuidadosos e quando chega o dilúvio, nada mais há a fazer do que contar os mortos. Aí os governos, em todos os níveis, se propõem pressurosos a acudir, a destinar verbas para a reconstrução. Mas para muitos já é tarde.

Será que nunca vamos aprender? Será que a vida de um brasileiro vale menos do que a de um norte-americano ou europeu?

Lembro-me de quando a Via Dutra tinha uma única pista. Com frequência caíam barreiras e a estrada fica interditada. Por este Brasil afora, durante o meses de chuva, os caminhos se fecham, as comunidades ficam isoladas.

Vemos tudo isso – nós população e os governos – com um ar apatetado e uma resignação bovina. Até quando? Nas próximas eleições para presidente, governadores e prefeitos, é imperioso que os candidatos apresentem projetos de prevenção de calamidades. E que, depois de eleitos os ponham em prática.

Brasília, janeiro de 2012.

Viagem à UEMS, ou imagina na Copa

Nos últimos dois dias fiz uma viagem à UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, campus de Campo Grande. Fui fazer uma palestra sobre as tarefas dos professores de Letras na Pós-Graduação da área, Mestrado acadêmico e o Profletras. Voltei feliz com a oportunidade de conhecer colegas de lá e os mestrandos. Particularmente apreciei conhecer projetos conduzidos com a etnia Terena. Há anos fiz uma visita a uma aldeia Terena naquela região para estudar o grau de bilinguismo entre os membros da comunidade. Os trabalhos clássicos sobre esse grupo étnico são os do saudoso antropólogo, Roberto Cardoso de Oliveira.

Viajar de avião hoje em dia no Brasil é uma aventura. O aeroporto de Brasília, que é um “hub”, para onde convergem voos de todo o Brasil, vem passando por muitas reformas e ampliações, “puxadinhos” como gostamos de brincar. É muito difícil conseguir tomar um voo, ou chegar ao terminal usando uma ponte (ou “finger”). Quase sempre temos mesmo de fazer o

percurso até o avião, ou até o aeroporto, na chegada, de ônibus.

Para evitar uma viagem hoje de madrugada, optei por um voo saindo de Campo Grande às 8:30 e fazendo escala em Guarulhos. Já estiveram em Guarulhos recentemente? Brasília, Guarulhos e Congonhas são os três aeroportos mais movimentados do país. Felizmente todos os três foram privatizados há pouco e melhores dias devem estar por vir para os passageiros que circulam por eles.

Hoje pela manhã, Guarulhos fervilhava de passageiros. Em um dos saguões, no térreo, era quase impossível circular tantas as filas duplas ou triplas para acesso aos portões de embarque, ou pré-embarque, como estão chamando agora. Uma senhora que vinha de Pernambuco e se dirigia a Palmas, com escala em Brasília, me perguntou se eu sabia que era preciso mostrar documento para embarcar. Confirmei e ela me contou que estava indo para a formatura de filha, em medicina. Parabéns. Depois pediu ao filho (ou neto) que carregasse a minha mala tamanho cabine

para subir a escada do avião. Agradei, mas ela gentilmente insistiu.

Depois da viagem de ônibus, o avião já cheio taxiou em uma das pistas até os limites de terreno baldio que circunda o aeroporto. Aí ficamos parados uma hora e meia, aguardando autorização para decolar (a propósito, os portugueses dizem “descolar”. Deu tempo de ler todo o último número da revista *Época*”: a guerra entre homens e mulheres no trabalho, matéria motivada pelo livro “Homens são de Marte, mulheres são de Vênus, de John Grey, que já vendeu mais de 50 milhões de exemplares nos Estados Unidos; a vida conjugal de Daniela e Malu; arrastão no Arpoador, o aplicativo Lulu, que permite às mulheres avaliar homens seus conhecidos na internet, a solicitação de Eike Batista à Receita visando à devolução de imposto de renda, presos na Papuda, Enem, manuscritos comunistas inéditos de Jorge Amado, descobertos por Leonor Scliar, cuja mãe foi amiga do romancista, entrevistas com o historiador Marco Antônio Villa que está lançando um livro de forte conteúdo político sobre a década perdida, de 2003 a 2012, no qual faz críticas con-

tumazes ao governo e à oposição. Enfim, estivesse eu voltando do exterior, teria tido tempo de me atualizar com praticamente tudo que está acontecendo no Brasil. Finalmente decolamos e chegamos a Brasília, não àquela Brasília que eu amo, que é ensolarada e envolta em um límpido céu azul. Encontrei-a cinzenta, coberta de nuvens, meio norueguesa.

la me esquecendo de dois fatos. O primeiro foi o pensamento que me ocorreu ao sobrevoar São Paulo _ que metrópole imensa – e depois Brasília, que comparativamente está em plena infância. Bem, Roma não se fez em um dia, nem Brasília,

que continua a ser construída, como prova a estrada que dá acesso ao aeroporto, toda em obras. O outro fato foi um vizinho ilustre de viagem, o Senador Eduardo Suplicy. Desceu rápido do avião e pegou o carro dirigido por sua mulher, que viera juda-lo. Assim, como todo mundo. Sem mordomias.

De volta a casa, vou retomar o trabalho que me espera, mas tive a alegria de encontrar no hall a árvore de Natal já montada. Jingle Bells!

Brasília 3 de dezembro de 2013.

As chuvas de outono

Acordei anteontem com o barulho da chuva. Era uma chuva intensa, mas amigável, sem relâmpagos, trovões ou ventania. De minha janela, o que eu via era uma cortina cerrada de água. Chuvas em Brasília nesta época são bem-vindas, para molhar o solo e garantir o verde da cidade por mais tempo, pois com o início do inverno vêm também os meses de uma incômoda seca, que às vezes dura mais de 90 dias.

Diferentemente da maioria das cidades brasileiras, aqui neste planalto não temos montanhas, somente algumas colinas. Por isso não vivemos o perigo dos deslizamentos, que põem em risco vidas e casas no Rio de Janeiro, em Petrópolis, em Salvador; Recife e Olinda e em muitos outros municípios. Os danos que a chuva costuma causar por aqui são os acidentes de carro e a erosão em algumas localidades do Distrito Federal. Os acidentes ocorrem porque, com as chuvas, a camada fina de poeira, que se assenta sobre o asfalto, se torna uma superfície escorregadia. Não são poucos os veículos que derapam provocando colisões graves. Quanto às erosões, há



muitos relatos de áreas de assentamento recente, onde os moradores convivem com esse pro-

blema.

Problemas à parte, as chuvas são benfazejas. Enchem o Lago Paranoá e as represas que abastecem nossas casas. Transformam o gramado da Esplanada dos Ministérios em um tapete. Dão vida nova às árvores do cerrado, resistentes, mesmo quando maninhas. Como diria o grande maestro brasileiro: “Olha, que chuva boa, prazenteira que vem molhar minha roseira, Chuva boa, criadeira, que molha a terra, que enche o rio, que enche o céu, que traz o azul.

Brasília, 15 de abril de 2009.

A gente é doce, mas não é de açúcar

Olhei pela janela e me dispus a caminhar no sol. Conectei no ouvido o ipod que ganhei de meu filho. Mas ao sair, já vi umas nuvens plúmbeas (como diria Olavo Bilac). Arrisquei e lá fui eu ouvindo Adriana Calcanhoto. Na esquina encontrei um vizinho caminhando. "Acho que vai chover", eu disse. "E que que tem, a gente não é de açúcar". "Tem razão", respondi, "a gente é doce, mas não é de açúcar". Mal terminei o diálogo e a chuva caiu, pingos fortes. Mas mesmo assim, caminhei um pouco. Afinal, a gente não é de açúcar. Chuvas de verão no Brasil molham, mas não esfriam. Se não houver relâmpagos e trovões, não há qualquer contraindicação de se expor à chuva e sentir corpo e alma lavados. Tão diferentes das chuvas que caem no hemisfério norte, no outono ou no inverno. Há alguns meses estive em Washington, D.C. e, em pleno mês de outubro, enfrentamos chuva, tempestade de neve e todo o possível mau humor de São Pedro, se é que ele se ocupa também do tempo por lá.

Sou uma fã ardorosa do clima do Brasil, especialmente o de Brasília. Aqui, nos meses de junho a setembro reclamamos do

tempo seco. Mas como me disse uma vez um amigo americano: “*What’s wrong with dry?*”, o que há de errado com o tempo seco?

Por mim, já estou acostumada, e confesso que curto mais os meses de seca que os de chuva. Na seca, providencio uns artefatos de umidificação do ar, que facilitam a respiração à noite. Mas de fato essa seca de Brasília é mais alarde da imprensa que real desconforto. Há muitos jornalis-

tas que são mandados à capital para cobrir política nacional e ficam com banzo, sentem saudades de praia e de agito. Daí começam a falar mal da seca, como se nos demais estados do sudeste os meses de inverno (no calendário) não passassem também por longos períodos sem chuva.

Brasília, 29 de janeiro de 2012.

Caminhando pelo bairro

O sol de Brasília está cooperativo, desdenhando das poucas nuvens ralas e pude ir caminhar. No trajeto fui abordada por um pedinte empurrando um carrinho de supermercado cheio de tralha. Por cima um gato, amarrado com uma cordinha. Me disse que só tinha aquele gato de seu. Dei a ele um trocado e lhe mostrei onde comprar um pão. Ele me lembrou todos os amigos que curtem muito os seus gatos e postam suas fotografias no Facebook. Minha mãe também gostava de gatos. Eu já sou meio ressabiada com eles. Uma vez, ainda adolescente, visitei uma amiga em Minneapolis, enfrentando o pior frio de minha vida, cerca de 30 graus negativos. Essa colega tinha um gato e me apresentou a ele, mas ele não gostou de dividir a atenção dela com uma desconhecida e nos dias que passei ali, inclusive no lindo Natal com que a dona da casa me brindou, feito especialmente para mim, pois a família era judia, o gato sempre rosnava irritado quando eu passava.

Tem também o gato de uma amiga de Brasília que aprendeu a fazer xixi no vaso. Fizeram até uma reportagem com ele no Correio Braziliense.

Voltando à caminhada no sol, depois que lhe dei o trocado, lá se foi o dono do gato amarrado

pelo pescoço com uma cordinha, em cima do carrinho cheio de tralha e não o vi mais.

Brasília, setembro de 2012.



Mais uma caminhada

Ainda não terminei de lançar as notas de meus alunos online, aguardando alguns retardatários que não entregaram o trabalho. Enquanto isso, fui pegar um pouco de sol. Quando estou caminhando e encontro lagartixas (calangos, por aqui) penso no magistral João Ubaldo (*O sorriso do lagarto*). Ler o João Ubaldo é sempre uma viagem de encantamento. Também cortei caminho por uma trilha em uma pequena área verde, o que me levou a pensar em como as estradas brasileiras foram abertas seguindo as trilhas dos indígenas. Os índios sabiam qual o melhor caminho entre dois pontos.

Brasília tem o solo recoberto pela grama. Assim que nos mudamos para cá, minha filha mais velha, na quarta série, ao fazer prova de Geografia, tinha de responder à questão: “Qual o principal produto agrícola do Distrito Federal?”. Não hesitou. Respondeu: “Grama”.

Os primeiros visitantes de cidade de Brasília, ainda na época da construção, queixavam-se da poeira vermelha, onipresente, que recobria tudo e às vezes era alçada ao ar pelos rede-

moinhos. Simone de Beauvoir, que esteve aqui com Sartre, reclamou da poeira. Grande parte do trabalho de urbanização do Plano Piloto consistiu na gramagem dos espaços não asfaltados ou cimentados. Hoje em dia, somos a cidade brasileira com a maior extensão de área verde. Quando as avisto pela janela do carro ou as cruzo, muito raramente, se estou andando a pé, penso

nesse imenso esforço que foi construir uma capital no meio do nada. Por isso mesmo me arrependi de ter cruzado a pequena área verde pela trilha. Não custa dar a volta e preservar a grama.

Brasília, outubro de 2012.

Retrato de uma torcedora enquanto contribuinte

Não verti uma lágrima depois do jogo Brasil x Alemanha. Logo eu que havia me debruçado após as cobranças de pênaltis contra o Chile. Até me surpreendi com minha reação. Não era dor. Era perplexidade e, no fundo, um certo alívio. Abri bem os olhos e os ouvidos para entender o que havia ocorrido. Disseram na TV e na internet que o Felipão (quem diria, o Felipão em que a gente confiava tanto) havia cometido um erro capital na armação do time, que deixou o meio de campo livre para a Alemanha jogar. Que o clima psicológico da seleção estava muito afetado com a perda do Neymar e do Thiago Silva. Que a nossa seleção teve pouco tempo de entrosamento, porque cada um dos jogadores pertence a um time (quase todos no exterior) e só recentemente jogaram juntos, já na Granja Comary, ao contrário da Alemanha que vem treinando a sua seleção há muito tempo. Que a seleção do Brasil tem mudado de técnicos com muita frequência. Que o Brasil não joga mais um futebol alegria. Que perdeu sua personalidade no campo. Que o nosso time não tem goleador, tirando o Neymar. Enfim, em poucas horas completei um Ph.D.



cujo título poderia ser “Os problemas da seleção brasileira de futebol”. Mas quando recobrei um mínimo de tranquilidade, os pensamentos que me assaltaram não foram para a tragédia do Mi-

neirão. Fiquei pensando na conta que o Brasil terá de pagar. Em matéria de finanças pessoais, sou muito parcimoniosa. Minhas finanças são bem modestas, mas geridas com rigor. Jamais faço dívidas que não poderei pagar. Daí penso no passivo com que o Brasil, enquanto estado, terá de arcar, em decorrência da Copa do Mundo. Há investimentos produtivos, como os de mobilidade urbana. Aqui no DF, tivemos a reforma do Aeroporto Juscelino Kubitschek e melhorias no acesso a esse aeroporto. Já em Belo Horizonte, houve o viaduto que veio ao chão, possivelmente por falhas de cálculo estrutural e de execução. Não que isso seja novidade. Nossa saudosa Elis Regina cantava nos anos 1970: “Caía a tarde feito um viaduto...”. O que me preocupa mais foi o que gastamos com os estádios. O nosso, que homenageou o Mané

Garrincha, foi o mais superfaturado. Essa conta dos doze estádios vamos ter de pagar. E vai ser como cobertor de pobre, puxa na cabeça, descobre o pé. Vai faltar dinheiro para outros investimentos. Escrevo isso não para criticar, mas para lamentar. Sei que a economia de uma família tem de ser administrada com cuidado, para não faltarem recursos para as despesas essenciais. O mesmo se aplica, na minha modesta visão, à economia de um país. Temos de aprender, mesmo

sofrendo revezes, a fazer distinção entre despesas essenciais e prioritárias e despesas opcionais ou supérfluas. Porque a conta sempre chega. E é preciso honrá-la. Para mim, essa foi a principal lição de nosso trágico sete a um, no dia em que a festa de Copa do mundo acabou para o Brasil.

Brasília, julho de 2014.

A flanelinha

– É cuma eu tava dizendo pra senhora. Esta filha minha parece que não tem sorte.

Converso com a mulher que olha os carros estacionados no Comércio Local. Sempre que vou àquela entrequadra, ela corre pra me arrumar uma vaga e depois fica olhando o carro para mim. Na saída, se ela não estiver muito ocupada, correndo de um lado para outro, abanando a flanelinha batemos um papo. É uma mulher de no máximo quarenta anos. De longe parece ter uns sessenta. É baixinha e está muito gorda, mas seu rosto e sua agilidade fazem jus à sua pouca idade. Pergunto-lhe pelo marido. É gari do serviço de limpeza urbana e não faz muito tempo sofreu um acidente. Uma caçamba de lixo caiu sobre sua perna. Ele teve de amputá-la na altura do joelho. Agora está encostado no INSS. Não vai poder trabalhar mais.

O marido ia bem, quer dizer, estava se recuperando, ela me disse. A filha é que estava com o nenenzinho no hospital.

– Essa menina, nada dá certo pra ela. Eu escolhi pra ela o nome de Luzia, que é uma santa poderosa, mas num adiantou. Acho que a santa anda muito ocupada com tanta gente precisano, e num dá conta de olhá por todos _ ela fala e ri.

– Mas o que aconteceu com a Luzia? Ela tá nesse hospital? – perguntei dirigindo meu olhar para o prédio alto do hospital na rua perpendicular à entrequadra.

– Tá cum filhinho lá, de treis meis. Ele tá com pneumonia.

– É a secura. Com este tempo seco, as criança adocece muito. Mas ele vai ficar bem. Logo ele vai ter alta.

– Que Deus ajude. A minha menina chora sem pará.

Olhou em volta, nenhum carro pra sair nem pra entrar. Descansou o braço na janela do carro, preparando-se pra prosear um pouco.

– Mas é cuma eu disse pra senhora. A vida dela tem sido custosa. Ela tava trabalhano num supermercado, carteira assinada e tudo. Era caixa. Ti-

nha até plano de saúde. Aí conheceu um menino que foi trabalhá lá, mas num era fichado não. Fazia bico. Levava as compra do pessoal pros carro. Menino novo, mais novo que ela quais dois ano. Pegaro a namorá. Eu falei pra ela. “Esse menino é novo, num tem emprego, num dá futuro.” Mais ó, que que adiantô. Moça quando qué descabeceá, ninguém segura.

– É, ninguém segura.

– Eis começô a namorá e logo ela veio pra mim: “Mãe, eu mais o Geninho vamu morá junto. A gente se gosta muito.” Mas ela já tava era de barriga, mais num me falô nada. Falei pra ela: “Espera pelo menos seu pai melhorá da perna.” Mais eis num esperô não. Alugaro um barraco lá perto de nós. Eu tava veno que o Geninho andava arisco, quase num parava em casa, com desculpa de ir estudá, de visitá a mãe dele na Samambaia. E ela lá, suzinha. No dia que foi pr’ela ganhá nenê, ela tava suzinha. Quando as dor apertô, ela mandô a menininha da vizinha me chamá. Eu pedi ajuda pro homi da venda. Ele vende gás, tem uma camionete, o Seu Antônio. Pedi pra ele

levá ela pro hospital. Foi esse hospital mesmo, esse aqui, o HRAN. Eu vim cum ela e ela sofreu muito. Num tinha dilatação. Chegô era umas deiz da manhã, só foro operá ela lá pelas oito da noite. E ela chorava e perguntava: “E o Geninho, mãe, será que dero recado pra ele? Se ele ficá sabenu, ele vem me vê, claro que vem”. Na hora que o nenê nasceu, liguei pra minha vizinha, do orelhão. Mais ninguém tinha visto o Geninho. Ninguém sabia dele. Passô dois dia e ela voltô pra casa, mas eu num quis dexá ela lá no barraquinho dela suzinha. Levei ela e o nenezinho para ficá lá mais nóis. Lá é pequeno, mas a senhora sabe cumé. A gente num pode faltá numa hora dessa com um filho da gente, a gente tem de ajudá.

– É, você tá certa. A gente tem de ajudá os filho.

– Pois deusde esse dia que ela tá lá cum nóis. Ela e o menino, e nada do Geninho. Todo dia ela tem esperança dele voltá. Já viro ele lá na rua, parece que já tá com outra mulher. A minha filha ficô de licença, mas quando terminô a licença, o supermercado demitiu ela. Por enquanto ela ain-

da tem o dinheirinho da indenização. E ela tá danu de mamá pro menino. Num pode arrumá outro emprego porque eu fico aqui na rua e num tem quem tome conta da criança. Agora ele pegô pneumonia e deusde sexta-feira que ela tá aí cum ele. Coitada, chora o tempo todo. O nenê tá tomano soro com agulha na cabecinha. Ele nasceu cabeludo, mas rasparo a cabecinha dele em dois lugá, pra pegá a veinha dele. Pegou a veia dele na cabecinha.

– Diga pra Luzia que o nenê dela vai ficar bom. Ele deve estar tomando antibiótico junto com o soro. Logo ele tá bom.

– Deus ajude.

– E como é o nome do menino?

– Ainda num foi registrado, não senhora. Mas era pra chamá Ogenú, que nem o pai. Agora eu num sei se vai mudá o nome.

Procurei uns trocados na bolsa.

– Tá na minha hora, Maria. Ainda tenho de dar aula hoje à noite. Fique com Deus, Vou rezar pra Luzia e o bebê.

– A senhora pode sair de ré, num vem carro não. Ela rodeou o carro e me fez sinal para mover o carro de ré.

Fiquei bem umas três semanas sem passar pela entrequadra onde Maria trabalha. Ontem passei por lá. Ela veio célere na minha direção. Parecia mais alegre.

– E aí, Maria? Como vai o netinho?

– O Cauã? Ele tá bonzinho e já foi até registrado. O nome dele é Cauã.

– Bonito nome, Maria.

Brasília, 24 de janeiro de 2009.

Eu vou estar reclamando com o bispo...

Eu estava viajando e precisava ligar pra casa. Pra evitar onerar a conta do hotel, nesses casos uso o celular. Digitei o número e aguardei. Fui surpreendida por uma gravação me alertou:

– Créditos insuficientes para realizar esta ligação. Aproveite este momento para adquirir mais créditos.

Julguei que havia digitado algum número errado e repeti a operação. E novamente a gravação me repreendeu. Eu não tinha créditos suficientes. Precisava adquirir novos créditos.

Liguei para a portaria do hotel para pedir o número 0800 de minha operadora. E aí comecei uma sequência de chamadas, sempre atendida por uma gravação. Lembrei-me de que havia um decreto presidencial, ou uma lei recente, que obrigava as prestadoras de serviço via telefone a atender os clientes com certa presteza. Se não me engano, a lei previa até um prazo máximo que o cliente poderia esperar. Depois disso, a empresa incorria em pesada multa. Sem ter a quem reclamar e sem querer perturbar o bispo, continuei meus esforços in-

gentes e solitários para falar com a operadora. Depois de algumas tentativas mal-sucedidas, finalmente consegui ser atendida por um ser humano. Bingo!!

– Moça, eu estou tentando fazer uma ligação interurbana e recebo mensagem gravada me informando que meus créditos são insuficientes. Como pode ser isso se esta linha não é pré-paga? A conta é cobrada todo mês em débito automático. De fato, pago mesmo uma quantia fixa, quase sempre superior ao meu consumo.

– Um momento, a senhora poderia confirmar alguns dados, por favor. Precisamos do seu CPF, data de nascimento, endereço residencial. Para sua segurança esta gravação será gravada.

Fornei tudo e continuei aguardando. Alguns minutos depois, minha interlocutora retoma a conversa.

– Obrigada por aguardar. De fato a senhora tem crédito. Mas sua linha está bloqueada porque a senhora tem muito crédito. É para sua segurança.

– Pera aí, moça. A minha linha está bloqueada porque eu estou com muito crédito acumulado?_ Repeti pra ter certeza de que eu havia compreendido corretamente.

– É isso mesmo, mas nós vamos estar providenciando desbloquear a linha.

– É bom mesmo, porque se você não desbloquear a linha eu não posso fazer ligação interurbana. E então, como vou gastar os créditos acumulados?

– Eu vou estar transferindo a senhora para a minha supervisora. Ela vai lhe explicar a situação.

– Boa, noite, supervisora. Eu preciso fazer uma ligação interurbana. Por isso vocês precisam desbloquear a minha linha. A sua colega disse que a minha linha está bloqueada porque eu tenho muito crédito acumulado. Mas se a empresa não desbloquear a linha, como poderei gastar meus créditos?

– Nós vamos estar desbloqueando a sua linha dentro de quatro horas. Dentro de quatro horas, a senhora tente de novo fazer a ligação. Se não

conseguir, ligue de novo para este número. Esta ligação é gratuita.

– Mas é difícil falar com vocês.

– Se não conseguir desse aparelho, ligue de outro celular ou de um fixo. A senhora gostaria de anotar o número desta operação?

– Não, não é preciso. Eu só gostaria de estar usando o meu celular, para estar falando com meu marido, pois eu estou viajando.

– Muito obrigada, a empresa agradece a sua ligação. Tenha uma boa noite.

– Boa noite para você também.

Brasília, junho de 2010.

Chuvas de outono em Brasília

Acordei anteontem com o barulho da chuva. Era uma chuva intensa, mas amigável, sem relâmpagos, trovões ou ventania. De minha janela, o que eu via era uma cortina cerrada de água. Chuvas em Brasília nesta época são bem-vindas, para molhar o solo e garantir o verde da cidade por mais tempo, pois com o início do inverno vêm também os meses de uma incômoda seca, que às vezes dura mais de 90 dias.

Diferentemente da maioria das cidades brasileiras, aqui neste planalto não temos montanhas, somente algumas colinas. Por isso não vivemos o perigo dos deslizamentos, que põem em risco vidas e casas no Rio de Janeiro, em Petrópolis, em Salvador; Recife e Olinda e em muitos outros municípios. Os danos que a chuva costuma causar por aqui são os acidentes de carro e a erosão em algumas localidades do Distrito Federal. Os acidentes ocorrem porque, com a chuva, a camada fina de poeira, que se assenta sobre o asfalto, torna-se uma superfície escorregadia. Não são poucos os veículos que derapam provocando colisões graves.



Quanto às erosões, há muitos relatos de áreas de assentamento recente, onde os moradores

convivem com esse problema.

Problemas à parte, as chuvas são benfazejas. Enchem o Lago Paranoá e as represas que abastecem nossas casas. Transformam o gramado da Esplanada dos Ministérios em um tapete. Dão vida nova às árvores do cerrado, resistentes, mesmo quando maninhas. Como diria o grande maestro brasileiro: “Olha, que chuva boa, prazenteira que vem molhar minha roseira, Chuva boa, criadeira, que molha a terra, que enche o rio, que enche o céu, que traz o azul”.

Brasília, março de 2009.

Histórias de passarinhos

O moço aspirava a piscina e a água escorria por um cano grosso pela grama. De repente ela viu um pequeno bando de passarinhos pastando na grama, pulando de um lado para outro.

– É que a terra fica macia e é bom pra eles procurar algum bichinho, até minhoca – explicou o moço.

Ela chamou o marido: – Vem ver quanto passarinho, até o bem-te-vi que mora aqui.

– Ele mora aqui? Onde, na palmeira?

– Não, na palmeira não é um bom lugar pra bem-te-vi, não dá apoio. Em palmeira só morava o sabiá de Gonçalves Dias, e eles riram. _ O nosso bem-te-vi mora na goiabeira, ou então é nessa árvore, que até parece que está morrendo.

– É árvore do cerrado, mas a trepadeira tá tomando conta dela. A trepadeira vem subindo, desde a raiz – explicou o marido.

– A árvore nem tem mais folhas, essas folhas são todas dessa trepadeira parasita. Mas ainda tem os galhos secos, um labirinto de galhos. Nem sei se o nosso bem-te-vi mora na goiabeira ou nesses galhos secos. Não consigo enxergar o ninho. Mas ele vem toda manhã e dá uma rasante na piscina. É seu banho matinal. Agora, os outros passarinhos não são daqui não. Vivem por aí, nos quintais dos vizinhos. Mas quando veem que o nosso chão está macio, bom pra bicar e procurar insetos ou sementes, vêm pra cá. Eles também sabem que por aqui não tem predador, nem cachorro, nem gato nem gente. Acho incrível a gente poder observar

esse instinto de sobrevivência, essa capacidade de encontrar o alimento para sobreviver. No começo eu pensava que esse bem-te-vi era um sa-



biá, mas aos poucos estou aprendendo. Ele tem o peito farto e amarelo.

– Um dia desses – Ela continuou – minha filha me disse que ela estava na calçada de casa, quando de repente, ploft, caiu um passarinho. Caiu e ficou imóvel. Os companheiros vieram e o cercaram, chegaram perto e o bicavam. Mas ele continuava imóvel, pezinhos para cima. Aí os outros desanimaram, compreenderam que era o

fim, bateram asas e se afastaram voando em bloco e ganhando o céu.

Ela ainda se agachou, mexeu nele com um pauzinho. Mas ele estava morto mesmo. Teve muita pena, mas também entrou em casa. Lá ficou o passarinho morto, solitário. A morte é tão solitária. Mas sua alma deve ter voado para o céu dos passarinhos, que só Manuel Bandeira conhecia.

Brasília, dezembro de 2012.

Réveillon

Eu a percebi na festa de réveillon, há dois ou três anos em um clube. Partilhamos a mesma mesa, mas eu não a conhecia. Na contagem regressiva da banda para o momento culminante da meia-noite, ela me pareceu triste. Depois descemos para a beira da piscina para ver os fogos. Aproximei-me e nos afastamos um pouco do outros. Puxei conversa.

– Você gosta desses fogos da passagem de ano?

– Gosto mais do que do Natal. No Natal, em vez de ficar alegre, me bate uma nostalgia, respondeu.

– Natal tem dessas coisas, comentei, ambas com o pescoço esticado, cabeça inclinada para trás, para não perdermos o espetáculo de fogos do clube e outros mais além, na Esplanada e no Pontão do Lago Sul. Foram mais ou menos dez minutos de fogos. Depois do champanhe e do “Adeus ano velho, feliz ano novo, que tudo se realize no ano que vai nascer, muito dinheiro no bolso, saúde pra dar e vender” que cantamos juntas, ela falou.

– Se tiver saúde, o resto a gente corre atrás.

Anuí com os movimentos de cabeça, e ela, aproveitando que o burburinho arrefeceu, continuou:

– Pois é, como eu tava dizendo. No Natal costumo ficar meio triste, me lembro de muitos outros natais, de quando eu era criança. Sabe, na nossa casa, às vezes tínhamos dinheiro, às vezes não tínhamos. O trabalho do meu pai era assim, era corretor, tinha vez que ganhava muito dinheiro e aí levava presentes, mas às vezes chegava o Natal e ele não tinha dinheiro pra comprar presentes.

– Eu sei como é, concordei.

– Tem um Natal que eu não me esqueço. Fomos para a casa de minha tia. Era uma tia muito querida, cheia de filhos. Vi que tinha embrulhos debaixo da árvore. Pensei, será que tem algum pra mim? Eram caixas grandes, mas presentes baratos: joguinhos de chá de plástico, xicrinhas com pires e tudo. Tudo de plástico. Fiquei olhando.

Era um deslumbramento. Depois a tia olhou pra mim e falou: – Papai Noel deixou uma lembranci-

nha pra você também. Foi até o quarto e trouxe um embrulhinho que me entregou. Meu coração dava saltos enquanto eu abria o pacotinho. Lá dentro uma maquininha de moer carne de alumínio. Na sala minhas primas começavam a desfazer as embalagens dos jogos de chá e de panelinhas. Olhei para a minha maquininha de moer carne e a achei muito bonita. Apertei-a contra o meu peito magrinho de criança.

Eu ouvia tudo e me comovi. Tive vontade de abraçá-la de novo, mas o momento dos abraços já tinha passado. Só dei conta de falar:

– O fim de ano traz essas lembranças, algumas alegres, e outras menos alegres.

Ela sorriu:

– Que o ano novo seja bom para você – e saiu para juntar-se a um grupo, onde estava o marido, eu creio. Ainda tive tempo de desejar:

– Pois é, que o ano seja bom para todos nós.

Depois também saí.

Brasília, janeiro de 2012.

Escola de samba Beija-Flor de Nilópolis

A escola de samba Beija-Flor de Nilópolis levou ontem, domingo de carnaval, à Marquês de Sapucaí uma grandiosa homenagem ao banho, o nosso bom banho de todo dia, recuperando suas raízes ilustres, como os famosos banhos embelezadores de Cleópatra e os sabonetes da Mesopotâmia, lá onde hoje se encontra o destruído Iraque. Gostei do tema. Sinto um orgulho secreto, principalmente quando estou na Europa, de nosso hábito de tomar banho, às vezes vários por dia, quando o calor aperta. É um costume que perpassa todos os segmentos sociais e que costuma ser atribuído aos hábitos saudáveis dos indígenas brasileiros, que receberam Cabral e sua turma em Porto Seguro.

Darcy Ribeiro em seu último livro, “O Povo Brasileiro”, faz uma descrição empolgada dos nativos _ bonitos, saudáveis, limpos e nus _ espantados com os portugueses recém-chegados nas caravelas apertadas e sem arejamento, cheios de escorbuto e piolhos. O antropólogo nessa passagem está certamente homenageando o bom selvagem de Rousseau, que ha-

veria de impregnar as páginas de José de Alencar e outros indigenistas no nosso Romantismo. Mas há um fundo de verdade na descrição. Diferentemente dos europeus que aqui aportavam, os brasileiros nativos, para usar um termo politicamente correto e tomado emprestado ao inglês norte-americano (“Native Americans”) estavam sempre dentro d’água, arpoando seus peixes com flechas ou apenas se refrescando da canícula tropical.

No verão de 2008, tive oportunidade de visitar as ruínas de Herculano, aos pés do Vesúvio, próximo à Pompeia. Em Herculano estão sendo realizadas profundas escavações, que revelam uma cidade romana de turismo, quase intacta, preservada após a morte coletiva de seus moradores, pela intoxicação de gases da erupção vulcânica no século I da era cristã.

Fiquei impressionada especialmente pelas instalações dos banhos públicos, saunas aquecidas a lenha, revestidas de azulejos, com requintes de conforto como pequenas ranhuras no teto para o vapor escorrer. E há antessalas onde os frequen-

tadores guardavam seus pertences. Um luxo, e bem revelador do gosto pelo banho que os gregos e os romanos exibiam na Antiguidade.

Por informação de oitiva, aprendi que o hábito do banho foi abandonado na Europa durante as trevas da Idade Média - uma fase terrível da humanidade, que além de ignorante tornou-se suja. Vêm dessa época os costumes de as noivas se casarem no mês de maio, em plena primavera, quando o clima lhes permitia tomar um banho anual, e de carregarem um buquê de flor de laranjeira, que espantava maus odores.

Se a ojeriza ao banho teve início na Idade Média possivelmente persistiu um bom tempo já no Renascimento. Quem visita palácios reais imponentes, que abrigavam cortes europeias nos primeiros séculos da Idade Moderna, como o Hampton Court Palace, nas cercanias de Londres, Versailles, próximo a Paris, ou Queluz e Sintra em Portugal, em vão procura por quartos de banhos. Na corte dos Tudors, onde Henrique VIII, como um Barba-Azul, foi colecionando esposas, entre as quais algumas perderam, literalmente, a cabeça,

há muitas câmaras que antecedem os dormitórios reais, usadas pelos monarcas para despacho com seus ministros. Havia certamente espaço para Elizabeth I guardar seus três mil vestidos, que por certo nunca eram lavados, mas não se vê qualquer cômodo que lembre uma casa de banhos. O mesmo padrão se repete nas cortes de Portugal e França. Nem sinal de banheiro, nem mesmo junto aos quartos dos delfins e herdeiros dos tronos. Fica explicada, pois, a vocação francesa para a criação dos perfumes tão famosos até os nossos dias.

Na Inglaterra estive em muitas casas com vários quartos e somente um banheiro, às vezes localizado do lado de fora da cozinha. Uma vez me mostraram as plantas de arquitetura de um con-

junto de casas pré-moldadas que tinham intenção de construir também no Brasil. Fui logo observando. Se quiserem vender esse projeto no Brasil, vocês têm que incluir pelo menos uns três banheiros em cada casa.

Pois no Brasil gostamos de tomar banho. Frequentemente encontro em Brasília operários saídos de um dia de trabalho pesado na construção civil ou empregados domésticos retornando a suas casas, com os cabelos ainda molhados e o corpo recendendo a sabonete. Dá gosto de ver. Em boa hora a escola de Nilópolis escolheu o banho como tema de seu carnaval de 2009.

Salvador, 23 de fevereiro de 2009.

Sincretismo religioso

Fui caminhar pela vizinhança e vi manchas de óleo na calçada. Observando melhor percebi que eram resquícios de parafina, vestígios da devoção à Iemanjá na passagem de ano. É o sincretismo religioso no Brasil, que se originou da necessidade que tinham os escravos de esconder suas tradições religiosas. Cultivavam, então, as suas divindades associando-as aos santos cristãos, mais prestigiados pela cultura hegemônica. Difícil encontrar um brasileiro que se diga católico – pelo menos nos levantamentos do IBGE – mas não tenha experimentado um ritual de umbanda. Mas é interessante que os próprios umbandistas se declarem espíritas. É que partilham muitas crenças com os espíritas kardecistas, em particular a convicção de que cada ser humano vai passando por muitas encarnações e recupera, em cada uma delas, algumas características e circunstâncias das anteriores. Em *Viva o povo brasileiro*, João Ubaldo fala no poleiro das almas e tece comentários sobre as sucessivas encarnações.



Na Bahia, estado que recebeu um número muito grande de africanos trazidos à força como escravos, a tradição do candomblé é mais forte e mais consolidada, mas de fato em todo o Brasil há terreiros de umbanda congregando muito fiéis.

Assimilar crenças religiosas de outras etnias é comum na história da humanidade. Os romanos faziam isso em relação aos povos que conquistavam. Dominavam-nos e incorporavam os seus deuses, celebrados nos templos de Roma. Foi as-

sim que o Cristianismo deixou a Judeia e ganhou o mundo, patrocinado pelo Imperador Constantino, e posteriormente transformado em religião oficial do estado pelo Imperador Flávio Teodósio, que viveu entre 346 e 395 D.C.

É na passagem de ano que fica mais claro o chamado sincretismo religioso no Brasil. É tradição usarmos roupas brancas, em homenagem a Iemanjá. Quem está próximo ao mar, ou a cachoeiras, rios e lagos leva flores a essa divindade, reconhecida como uma mulher bonita e vaidosa, também denominada Janaína.

Vi as manchas de parafina na calçada e pensei no ano que se inicia. Cada vez que a terra dá uma volta completa em torno do sol, renovamos nossos propósitos, nossos planos, nossa intenção de ser feliz. Pensei em tudo isso e segui caminho.

Brasília 5 de janeiro de 2013.

Sinos

De vez em quando tenho a chamada insônia terminal. Nada grave, como o nome poderia sugerir. Isso é apenas acordar antes do previsto. Nos últimos dias acordei a tempo de ouvir os sinos da igreja vizinha. Eles tocam às seis horas da manhã, mas muito rapidamente, porque uma liminar da justiça os proibiu de tocar por mais tempo. Há quem não goste de sinos. Me pergunto se gostam dos aviões rompendo a barreira do som em cima de nossas cabeças, ou do caminhão de lixo dando a impressão sonora de que o bairro está sendo invadido por tanques de guerra. Gostar de sinos, penso, é uma questão de tê-los conhecido na infância. Foi o que aconteceu comigo, lá nas montanhas de Minas Gerais.

Há poucos dias fui verificar no dicionário a origem do termo 'campanário'. Vem de 'campa', sino pequeno. Na belíssima catedral de Brasília há um campanário no átrio. No projeto original de Oscar Niemeyer não havia campanário, mas depois, na década de 1970, Brasília ganhou os sinos de presente da Espanha. São quatro sinos de bronze, três portam os



nomes das caravelas que Colombo conduziu até a América Central, descobrindo o continente. O quarto é uma homenagem à Nossa Senhora do Pilar. O arquiteto então desenhou um campanário moderno, que combina com as linhas surpreendentes da catedral, que brota do chão como uma flor. Às vezes dou sorte e quando passo por lá os sinos estão tocando.

Brasília, 21 de janeiro de 2013.

A Missão Cruls

Uma conversa doméstica me motivou a ir procurar informações sobre a Missão Cruls, que no século XIX demarcou o território onde seria implantado o Distrito Federal, na região centro-oeste do país. Aprendi muitas coisas. A missão foi aprovada em 1892, como iniciativa do Presidente Floriano Peixoto, segundo presidente do Brasil (1891-1894), que concluiu o mandato do Marechal Deodoro da Fonseca.

Floriano Peixoto, assim como Juscelino Kubitschek, mais de meio século depois, adotou tenazmente a posição de fazer a transferência da capital do Rio de Janeiro para o interior, já prevista na Constituição da República. Constituiu a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que partiu do litoral em 1892, viajando de trem, pela Ferrovia paulista Mogiana até Uberaba, onde terminavam os trilhos, e chegando ao seu destino no lombo de cavalos. Era liderada por Luís Cruls, engenheiro belga, radicado no Rio de Janeiro.

Entre outras tarefas, tinha a Missão Cruls a de demarcar a área do futuro Distrito Federal. O Retângulo Cruls, mais am-

plo do que o quadrilátero oficial dos dias atuais, foi demarcado entre as cidades de Pirenópolis, Santa Luzia (Luziânia) e Formosa e abrangia as nascentes das três principais bacias hidrográficas no Brasil: do Amazonas, do São Francisco e do Paraná.

Em 1894 houve uma segunda Missão Cruls, para escolher a posição exata da capital no interior da área demarcada. Dessa segunda expedição participou o botânico Glaziou, o primeiro a identificar condições favoráveis para a formação do Lago Paranoá. Segundo esse cientista, a área a ser alagada possivelmente já fora um lago em épocas imemoriais.

Fico olhando a superfície límpida do Lago Paranoá, o maior lago urbano do mundo, e imaginando se ali se refrescavam dinossauros ou outras espécies habitantes de Brasília na pré-história. Essa conjectura me fascina.

Brasília, 10 de fevereiro de 2013.



A renúncia de Bento XVI

Teve grande repercussão a renúncia do Papa Bento XVI divulgada ontem, afinal ele também é chefe de estado, além de autoridade maior da Igreja Católica, a mais antiga instituição do mundo, que reúne fiéis em todos os países.

Pessoalmente achei muito corajosa e digna sua atitude. Se ele se percebe faltando-lhe as forças para cumprir a missão que lhe foi conferida pelos colegas cardeais ou, de acordo com sua fé, pelo próprio Espírito Santo, fez bem em renunciar. Mas não deixa de ser também assustador reconhecermos que a velhice traz limitações inescapáveis e que chega um momento em que a aposentadoria é a única alternativa, além da morte.

Na internet, os mais irreverentes diziam: O Papa pediu pra sair. Essa expressão ficou popular – e até virou música sertaneja – com o filme Tropa de elite e o Capitão Nascimento vociferando: “Pede pra sair”, “pede pra sair”.

Abandonar o poder é sempre um ato crucial, exige desprendimento e força de caráter. Ou pode ser também um ato de lou-

cura. Na história da política brasileira, que nunca navegou por mares plácidos ou por céu de brigadeiro, temos dois episódios de renúncia bem conhecidos. O mais próximo cronologicamente é a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. Até hoje não existe uma explicação fidedigna e definitiva do fato. A versão mais conhecida é que o presidente, inebriado pela imensa quantidade de votos que recebera, a maior até então, acreditou que, se renunciasse, o povo o levaria de volta ao poder, com mais prerrogativas. O plano não deu certo.

O segundo episódio, sobre um personagem de quem a História preserva uma aura romântica, foi vivido por Pedro I do Brasil, Pedro IV de Portugal. Seu reinado em nosso país durou muito pouco, de 1822, ano da independência, a 1831. Foram anos tumultuados durante os quais o imperador e o parlamento se digladiavam, chegando Pedro a atacar – ou defender-se – pessoalmente pela incipiente imprensa da Capital. Depois de muitas crises políticas, com várias trocas de ministérios no governo, ele se vê diante de um fato gravíssimo. Apoiado pela mãe, Carlota Joaquina,

seu irmão, D. Miguel, usurpa o trono de Portugal do qual Pedro, o herdeiro primogênito de D. João VI, havia abdicado, em favor da filha D. Maria. Distante milhares de milhas marítimas de Lisboa e na iminência de ver a jovem rainha destronada para sempre, Pedro, o imperador do Brasil, resolve voltar a Portugal. Mas para isso tem de abdicar do trono aqui nos trópicos. E ele novamente desiste do poder, dessa vez em favor de seu filho, Pedro, de apenas quatro anos, deixando-o sob a tutela de José Bonifácio.

Em suma, desistir do poder é um ato raro, sempre motivado por pressões insuportáveis, ou então é um ato de insanidade. No caso de Sua Santidade, repito, ele deu mostra de estar em pleno domínio de suas faculdades mentais, mas sucumbiu às limitações biológicas que o afligem.

Brasília, 12 de fevereiro de 2013.

O meteorito

Este meteorito da Rússia... Me dá assim uma certa aflição pensar que diante de um meteoro, um asteroide ou outro corpo celeste que se desorienta no espaço (como são pesados!), não tem pra onde correr. Por outro lado, é bom pensar que todos esses corpos celestes mantêm há milhões de anos sua trajetória, sem precisar de qualquer interferência humana. Já pensaram se precisassem do Conselho de Segurança da ONU, ou mesmo do policiamento militar americano? Não precisam. A engenharia da Via Láctea é perfeita.

O meteorito denominado de Cheliabinsk caiu ontem nessa região russa dos Urais, na forma de uma bola de fogo. A explosão se deu na troposfera, a uma altitude de cerca de dez mil metros.

Estima-se que sua massa era de dez mil toneladas, com dezessete metros de diâmetro. Liberou o equivalente a quinhentos quilotons de energia. Tudo isso aprendi na internet. Lá se diz também, comparando o meteorito com a bomba atômica de Hiroshima, que essa liberou cerca de treze quilotons de

energia. A diferença crucial é que não houve mortes na queda do meteorito. Os habitantes da região que procuraram atendimento médico o fizeram para tratar pequenos ferimentos causados por estilhaços de vidro de janelas destruídas pelo impacto.

Mas houve danos materiais em seis cidades da região. Até no vizinho Cazaquistão foi visto o corpo celeste incandescente em sua trajetória de queda.

Brasília, 16 de fevereiro de 2013.

Rendilhados no chão

Toda noite de sábado, meu marido e eu cumprimos o mesmo ritual. Jantamos fora, sempre no mesmo restaurante. Quase na chegada, passamos sob árvores tão altas, que nem parece terem sido plantadas em Brasília há menos de 53 anos. A luz dos postes, mais altos que as árvores, filtrada pelos galhos e folhas, forma um rendilhado no chão. Um tapete que nos conduz ao nosso destino. É um momento mágico, tão prosaico e, no entanto, tão comovente.

Venho aprendendo a valorizar experiências rotineiras como essa. Olhar árvores do cerrado e as outras, que foram transplantadas e por isso não trazem as marcas do tronco e galhos atravancados e retorcidos. Olhar os pássaros que visitam constantemente o nosso céu. Surpreender um lagarto, escondendo-se sob a vegetação cerrada das cercas vivas. E, se tiver mais sorte, encontrar um pequeno bando de aves caminhando pelo capim, como codornas, jacus e até seriemas. Às vezes elas aparecem nas áreas verdes do campus da Universidade de Brasília ou em áreas urbanas de cerrado ainda

preservadas. Andam às carreiras, como que fugindo do bicho homem.

Outras surpresas é encontrar prédios que crescem repentinamente na cidade. Se fico uns tempos sem passar por aquela rua ou quadra, quando volto encontro edificações novas. Elas crescem como grama.

Enfim, morar nessa cidade monumento, uma ilha de arquitetura moderna plantada em meio ao Brasil rural, é desfrutar de muitas alegrias, modestas, mas que me encantam o coração.



Brasília, 31 de março de 2013.

Adotando Brasília como uma segunda cidade natal

Um forte barulho me acordou de madrugada. Era o céu se debulhando como uma cachoeira sobre o meu quintal. Vai ser um Corpus Christi de muita chuva, ruim só para quem vai para a procissão. Chuva no fim de maio em Brasília é bom sinal. É um adiamento do início da seca. Vivendo em Brasília há muitos anos, aprendi a monitorar o período da seca e, principalmente, a festejar as primeiras chuvas, em setembro. E hoje, o céu continua caindo sobre nossas cabeças, como se fôssemos todos gauleses, parentes do Asterix.

Os moradores de Brasília, principalmente os que estão na cidade desde os anos que se seguiram à inauguração comentam que o regime de chuvas está mudando. A seca de Brasília no inverno e o calor no verão tornaram-se mitos. De fato, jornalistas que vêm cobrir a vida política da cidade acabam ficando com banzo e disparam a vociferar contra o calor saariano e a seca nordestina que se abatem sobre o Distrito Federal, nas matérias.

Quando viajo, é comum que as pessoas me perguntem sobre o calor escaldante na capital. Explico-lhes que o clima por aqui é temperado, é ameno. Me lembra o clima da Califórnia, para onde se mudam os americanos idosos e endinheirados. Por aqui não há nem calor nem frio excessivos. Por isso pessoas que elegem Brasília como

uma segunda cidade natal rapidamente se integram às tênues mudanças de estações neste Planalto Central.

Brasília, 30 de maio de 2013.

15 anos sem Sinatra

Vi há pouco um documentário: “15 anos sem Sinatra”. O que se segue foram reminiscências que me ocorreram.

O ano era 1980, janeiro. Eu havia me casado, há pouco tempo, e pela segunda vez. Época de férias, meu marido e eu combinamos passar três semanas em Natal. Havia um rebuliço na imprensa divulgando a vinda de Frank Sinatra ao Rio de Janeiro. Era sua primeira visita por aqui. Comentava-se que ele até então teria evitado visitar o nosso país porque uma vidente vaticinara que em viagem ao Brasil ele morreria em um desastre aéreo. Ou isso era uma lenda urbana, ou então os dólares que representava um Maracanã cheio foram mais fortes que a superstição.

Agenciado pelo Medina, lá veio o Frank Sinatra cantar no Rio de Janeiro, e eu lamentando muito não estar lá. Estava em Natal...

– Pelo menos – negociei – quero assistir o show pela televisão. Não posso perder.

Estávamos hospedados em um hotel tradicional, possivelmente o melhor da cidade àquela época. Fui apurar se o show do Sinatra seria transmitido ao vivo, via satélite. Na recepção, foram muito honestos. “Não, aqui no hotel não vai dar pra ver o show.” Não me lembro por que, mas não ia dar. Fiquei desolada.

– Então vamos mudar de hotel.

– Mas este é o melhor, e neste mês não vamos achar hotel na praia.

Eram palavras sensatas, mas eu não fui sensata. O que eu queria era ver o show de Frank Sinatra no Maracanã. Lá fomos nós procurar outro hotel. Achamos um no centro.

– Vai dar pra ver daqui o show do Frank Sinatra no Maracanã?

– Claro, madame.

Criei alma nova, até o dia do show. No horário previsto, me postei em frente à televisão, o coração aos saltos. Mas nada, nem sinal, nem notícias do show. Meu marido olhava e sorria, sem sarcasmo. Acho que até se apiedou de mim. Enfim,

aquele hotel também não estava preparado para a transmissão, que, acredito, nem passou em Natal.

No dia seguinte, lá fomos nós atrás de um hotel na orla, para fazer nova mudança. Não me lembro se fizemos uma terceira transferência de hotel. É provável que sim. O que me lembro é que, para me consolar, fomos a um centro de turismo, no alto de uma colina e ali me encantei com uns galos bem grandes, de cerca de 40 cm de altura, de artesanato em terracota. Muito coloridos. O rabo do galo era um vaso para flores. Podia servir também para, na cozinha, guardar espaguete. Foi esse o destino que dei ao meu, que enfeitou minha cozinha por muito tempo, até que sucumbiu em uma queda.

No ano passado, visitando Natal novamente, fui atrás dos galos de artesanato. Mas estava mais difícil de encontrá-los do que de ver o show de Frank Sinatra em 1980. Já não fazem mais desses galos em Natal. A maioria dos artesãos nem sabia do que eu estava falando. O tempo passa.

Só ficou a lembrança daquele janeiro no Rio Grande do Norte. “As time goes by”, cantaria o Frank Sinatra.

Brasília, agosto de 2013.

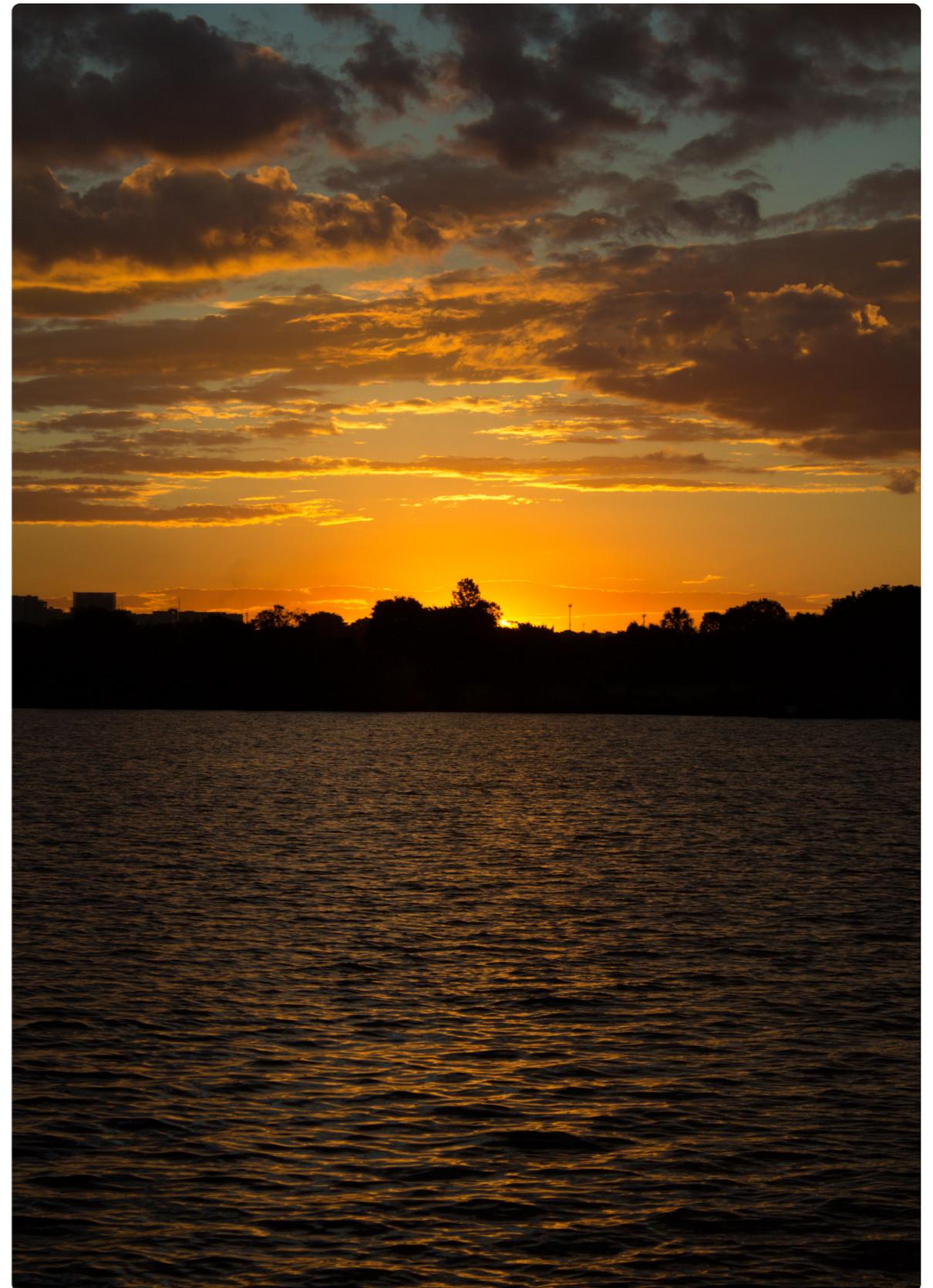
Horário de Verão

21 de outubro de 2012. Muito bem, o mundo não acabou, mas também ainda não chegou o mês de dezembro. A novela acabou. A Terra continua girando em torno de seu eixo e em torno da nossa estrela-sol. Só mudamos a maneira de categorizar o tempo. Adiantamos o relógio uma hora. Começou o horário de verão. É um esporte nacional falar mal do horário de verão, mas as autoridades insistem em que a mudança é benéfica e nos ajuda a economizar energia. A julgar pelos constantes e repetidos apagões, estamos muito necessitados de economizar energia. E o verão vem aí. Os milhares de besourinhos que estão invadindo nossas residências são os arautos do verão neste Planalto Central.

São 7:59 da manhã, meu corpo registra que são 6:59. Dizem os especialistas que nossos corpos levam cerca de uma semana para ajustarem-se ao novo horário. Fotos no Facebook me mostram que no Hemisfério Norte o outono chegou com muito frio. Fico feliz de não estar lá. Gosto de nosso clima estável, sem frio ou calor excessivos. Neste ano, durante o ve-

rão, estarei trabalhando regularmente. A greve nas universidades determinou que os semestres letivos se sucedam sem férias de verão. Já nem sei quantas greves presenciei durante minha carreira docente, e quantas vezes vi os semestres letivos serem alterados. Para nós isso não é novidade. Pode parecer estranho a professores de outros países. Mas ontem vi na TV que houve manifestações de rua com saques em lojas elegantes da Oxford Street em Londres e fiquei pensando que o assim chamado “Primeiro Mundo” só o é quando há fartura de recursos financeiros. Se esses faltam, a população de qualquer país reage de forma muito semelhante, independentemente de suas tradições seculares ou até milenares. As diferenças entre o Primeiro Mundo e o Terceiro não persistem diante da crise financeira. A sabedoria popular resume isso: “Casa onde falta o pão, todos gritam e ninguém tem razão”.

8h16. Vou-me preparar para este primeiro dia do horário de verão. Tenho trabalho a minha espera. Tenho também esperança de que o verão brasileiro, a estação do carnaval, não traga consigo muita chuva torrencial e calamidades. Aquelas comu-



nidades mais sujeitas a deslizamentos de encostas têm de ficar alerta.

Manhã nublada de domingo, mas fui caminhar assim mesmo. Margeei quintais de onde exalava um cheiro bom de frutas tropicais e flores. Cheguei perto da igreja de São Pedro de Alcântara. Meu pensamento voou para a cidade natal do santo. É meu sítio favorito em Portugal. Na igreja o anúncio do II Cerco Missionário de Jericó: 24

horas de adoração. Será que vão ruir algumas muralhas? O que seria bom ruir são os atos de corrupção, de violência, todos os males que nos cercam. Que soem as trombetas de Jericó. Feliz horário de verão para todos nós.

Brasília, 21 de outubro de 2012.

Porque viajar é preciso

Sinto vertigem de altura, como aquele personagem de Hitchcock em *Vertigo*. Tremo só de me imaginar debruçada no parapeito de uma ponte ou na janela de um arranha-céu. Mas nunca tive medo de andar de avião. No entanto, recentemente, pegando um avião em Congonhas, à medida que o mar de edifícios ia se distanciando, fui ficando apavorada. Nem pensar em desenvolver essa fobia. Morando no Brasil, se não viajar de avião, vou viajar de quê? Trens já não há e nossas rodovias são um perigo.

Já viajei muito de trem. Especialmente na Europa. Costumava ir de Lancaster a Londres, naquela fase mágica do doutorado. Um fim de semana em Londres revigorava e me ajudava a enfrentar os dias de trabalho intenso na cinzenta Lancaster.

Mas as viagens de trem de que me recordo com mais carinho são as da infância. Nas terras da Mantiqueira, em meio ao frio persistente e úmido e na falta de automóveis, um luxo raro, restava-nos pegar o trem para chegar às muitas cidades mineiras do sul do Estado. O trem era a maria-fumaça, que para-

va nas pequenas estações para encher a caldeira de água e o forno de lenha. Os passageiros chegavam cedo. Nós, crianças, embrulhadas em casacos e gorros. Mas trens de passageiros no Brasil, não há mais, assim como a Minas do Drummond.

Voltando ao avião, no céu de São Paulo, minha vista perdeu-se na multidão de prédios. Na che-

gada a Brasília, avistando o núcleo urbano cercado pelo cerrado já tismado pela seca, pensei no contraste entre a metrópole quatrocentona e esta outra, que começa a engatinhar como área metropolitana, já a terceira do Brasil em população.

Brasília, 21 de julho de 2013.

Os sem-teto

É madrugada e chove torrencialmente em Brasília. Fico pensando nos sem-teto, dormindo debaixo das pontes, ou até debaixo das árvores, protegidos por uma cobertura reles de plástico. Já vi moradores de rua em muitas cidades, mesmo nos países ricos. Em Nova York, em pleno inverno, deitados próximos dos exaustores do metrô, que expiram ar quente. Aqui em Brasília muitos ficam na calçada estreita embaixo do viaduto da Rodoviária, nas passagens subterrâneas sob o eixo Rodoviário, que ligam os eixinhos Leste e Oeste, ao longo das Asas Sul e Norte. Protegem-se como podem. Os comerciantes não os querem sob suas marquises e há sempre o risco de serem vítimas de malfeitores, que matam pelo prazer de matar.

Os sem teto são o retrato mais eloquente da miséria urbana, que contrasta veementemente com a acumulação de riquezas nas cidades. São vítimas das drogas, do afrouxamento de vínculos familiares, do despreparo para inserção no siste-

ma de produção contemporâneo. São o retrato pungente da vida moderna. Felizmente, parece que a chuva amainou.

Brasília, 12 de março de 2014.

Bahia de Todos os Santos



“Eu tinha cerca de sete anos quando vi o mar, pela primeira vez, no Rio de Janeiro. Naquelas montanhas frias da Serra da Mantiqueira, no Sul de Minas, onde nasci, nós crianças nos questionávamos como era possível chegar perto do mar e não enxergar a outra margem.”



Carnaval na Bahia com Franz Schubert e rock and roll

Tenho acompanhado o carnaval da Bahia e tudo o mais que acontece nesta capital de Todos os Santos pela Rádio Educadora FM (cento e sete ponto cinco; cento e sete ponto cinco...).

Sempre que estou em casa, às 18 horas, ligo o rádio para ouvir a Hora do Ângelus. A Educadora manteve a tradição de tocar uma Ave Maria às seis horas da tarde. Sei que algumas emissoras ainda prestam essa homenagem aos católicos, mas não são muitas. Eu gosto muito da Ave Maria de Franz Schubert. Quando vou a cerimônias religiosas de casamento, aguardo com ansiedade o momento final, do cortejo dos noivos e seus pais e padrinhos. Com frequência, eles desfilam pela nave central do templo, ao som de Schubert.

Ontem, cumpri minha rotina e localizei a Educadora no dial do rádio mas, para minha surpresa, a música entoada foi um hino ao Senhor do Bonfim. Que me pareceu mais um hino cívico, daqueles que aprendíamos na escola, que um canto religioso.

Compreendi a intenção da emissora, ao procurar abraçar a Hora do Ângelus, preservando seu caráter religioso. Poderiam também ter tocado a Ave Maria do Morro de Herivelto Martins, mas talvez essa não seja muito percebida como um hino religioso. Senti, contudo, falta do Schubert. Para ser franca, nem me lembro mais de que é austríaco. Para mim sua obra mais conhecida já faz parte do acervo da humanidade. Não é uma *'lied'* vienense, é uma canção que me emociona cujas palavras em latim eu procuro acompanhar. Quando a ouço, depois me pego, muitas vezes, cantarolando a oração, embora eu saiba que não se trata de música para ser cantarolada distraidamente, enquanto executamos alguma tarefa doméstica. Para não ficar muito frustrada ouvi hoje no *You Tube* essa Ave Maria na voz de Luciano Pavarotti. Uma beleza.

O carnaval de Salvador surpreende. As atrações principais são os trios elétricos, onde se apresentam as celebridades da música baiana. Custa caro sair atrás de um trio, dentro das cordas, onde ficam os privilegiados que pagaram uma boa grana pelo abadá. Do lado de fora da corda

ficam os pipocas, que não têm abadá. A imprensa local critica essa situação, pouco democrática, na visão dos jornalistas. Mas há os blocos tradicionais, que saem pelo Pelourinho, com uma bandinha de sopro à frente tocando furiosamente “Mamãe eu quero”; “Eu fui às touradas de Madri, parará tim bum, bum, bum”; “Ô jardineira por que estás tão triste, mas o que foi que te aconteceu?”. E tem sucessos de Emilinha Borba, Linda Batista, Blecaute... Misturam marchas de décadas distantes entre si. Depois de tocar marchinha de Carmen Miranda: “Taí, eu fiz tudo pra você gostar de mim...” ou de Braguinha: “Chiquita bacana lá da Martinica”, seguem com Blecaute “Menina, vai, com jeito vai, senão um dia, a casa cai” e emendam Moacir Franco: “Ei, você aí, me dá um dinheiro aí, me dá um dinheiro aí”.

Uma vez, há poucos anos, acompanhei um bloquinho desses, o Dois de Fé, e tive uma enorme sorte. A menina que seria a porta-bandeira não compareceu. Como a roupa de baiana, linda, azul e branca, em homenagem à Iemanjá, me servia, perguntaram se eu não podia levar o estandarte. Aceitei sem titubear. Foram meus quinze

minutos de glória, que duraram umas três horas, subindo e descendo as ladeiras do Pelô. Nunca me senti mais importante na vida. Conto essa história e muitos não me levam a sério. Acham que estou delirando. Pois é pura verdade. Pena que não haja fotos para confirmar minha apoteose carnavalesca.. Mas há algumas testemunhas oculares do evento.

Hoje, enquanto rememoro essa minha passagem gloriosa pelo carnaval da Bahia, ouço rock and roll. É que aqui perto, na área de coqueiros de Pitã, a prefeitura monta um palco para uma tribo

muito especial de rock pauleira. São jovens vindos de todo o país, vestem-se de preto e tocam uma música que alguém, de minha idade, tem problema em reconhecer como tal. Mas aparentemente, se divertem muito, e não deixam de comparecer ano após ano. Eles têm direito ao tipo de carnaval que os faz felizes, assim como eu fui muito feliz naquela vez que saí de baiana, à frente do nostálgico bloquinho de carnaval.

Salvador, 21 de fevereiro de 2009.



Shakespeare, Balcony e Iguanas

Estou num resort em Guarajuba, próximo a Salvador. É um lugar paradisíaco, praia, piscinas, parque com muitos pássaros, uma espécie de SPA às avessas, tudo isso e muita comida, buffet permanentemente montado. Mas não quero falar de comidas, quero falar de palavras. Palavras têm uma história objetiva, traçada pela Etimologia e uma história subjetiva na vida da gente. Frequentemente associo alguma palavra à primeira vez que a ouvi ou a vi em um texto. Funciona tanto para palavras em Português quanto para aquelas em um língua estrangeira., nesse caso ainda com mais precisão na recuperação do contexto.

Mas voltando ao resort, estou ocupando um chalé. A parede externa oposta à entrada é uma porta corrediça de vidro, que abre para uma varanda, às margens de um riacho. Na porta um aviso em inglês: “Leaving the room, please make sure the balcony door is closed”. Estranhei um pouco a tradução. O espaço me parece uma ‘veranda’ e não um ‘balcony’, por ser térreo. Mas talvez ‘balcony’ seja mesmo a palavra adequada.

Estou sem acesso à internet e a dicionários. Tomei conhecimento com esta palavra, lendo Romeu e Julieta de Shakespeare, quando ainda estava na faculdade de Letras. Romeu declama juras de amor à Julieta que o espia, semioculta no ‘balcony’.

Aqui nos trópicos, cercada de coqueiros, não tenho a companhia de nenhum Romeu, mas tenho uma companhia até ontem desconhecida para mim. Ao abrir as cortinas da porta de vidro, eis que enxerguei, quase às margens do riacho, um

lagartão, esticado ao sol. À primeira vista, tive dúvida se era de verdade ou uma decoração porque estava imóvel e assim permaneceu um longo tempo. Sua pele é manchada como a de uma cobra. Seu



corpo, que parecia cascudo, media cerca de 70 cm, seguido de uma cauda ainda maior. A camareira do hotel me disse que há muitos deles neste parque, mas que eu não os temesse porque eles são vegetarianos. Disse-me que são “inguanas”. Já ouvi falar de iguanas na Flórida e não sabia que eram herbívoras. Minha filha, que veio testemunhar a insólita visita no meu chalé, concordou que o bicho parece pré-histórico, ou talvez fosse o dragão de Komodo. Até postou uma foto no Facebook.

Hoje a iguana voltou, mas não voltou sozinha. Veio um casal. Ficaram um pouco no balcony e depois se espararam na grama, embaixo de um coqueiro. Talvez queiram um pouco de sombra, porque o sol

está muito forte, até para iguanas.

Palavras têm história. Iguanas já não serão para mim apenas uma referência a um réptil que tem o bom gosto (!?) e os recursos para viver na Flórida, assim como muitos milionários sul-americanos, que lavam na Flórida o dinheiro de origem suja.

Guarajuba, BA, 08 de janeiro de 2012.



Bahia de Todos os Santos

Estou de volta a Salvador. Em nenhum outro lugar do Brasil sinto mais fortes nossas raízes. Salvador é uma cidade de arquitetura e traçado portugueses e população africana. Muito sol por aqui, muita música. Daqui a uns dias vamos ter o carnaval. Não estou morta, estou bem viva, graças a Deus, mas não vou atrás do trio elétrico. O abadá é muito caro e, pra falar a verdade, tenho medo de que me pisem nos pés. De fato, nem Caetano ou Gil vão atrás do trio elétrico, vão lá em cima, no topo do caminhão. Mas acho que já foram atrás dos trios quando esses começaram.

Passo os dias embalada pela música da Rádio Educadora da Bahia, trinta anos no ar. Hoje acordei com Elis Regina lamentando “Tanta gente que partiu, num rabo de foguete...” E me transportei aos anos sessenta. Essa gente que pegou o rabo de foguete era idealista e ingenuamente convicta de que só a luta armada, à moda do Che, poderia fazer deste país um país justo. Na sua convicção juvenil não se deixava corromper. Como as coisas mudaram... Mas voltemos à música. Até no

axé, que eu costumava execrar, tenho percebido uma boa dose de humor pra falar de amor: “A fila andou, eu te falei...”

Comprei uma pulseira de balangandãs. Cada pingente é uma homenagem a um orixá. E tem também uma figa, que é pra dar sorte. Em todas as ocasiões. Muito bom pra mim nesse período de pré-aniversário.

la me esquecendo das frutas... Minha favorita é a seriguela, assim mesmo sem trema. Mas tem o sapoti, que é mais suave, e fruta-do-conde, que alguns conhecem como ata, e que por aqui chamam pinha, e é bem baratinha. Só mesmo a posse do Obama me desconcentrou um pouco dessa busca de baianidade. Se saio de casa, e caminho pelas calçadas que circundam a grama do condomínio, já vejo muitos pássaros, o louva-deus (que não é o inseto, é um passarinho de ca-

becinha vermelha) e a rolinha fogo-pagou. Mas não a ouvi cantar. Nas imediações de minha casa em Brasília, ela canta o tempo todo. Vi também muitas lagartixas tomando sol, e me lembrei do *Sorriso do Lagarto* do João Ubaldo: grande autor, grande história na Ilha de Itaparica. E falando nisso, ainda vou dar uma volta no Pelô, para homenagear Jorge Amado e ver a estátua do fundador, Tomé de Sousa, e a de Bispo Sardinha, o primeiro bispo do Brasil, aquele que acabou comido por índios (carijós?) antropófagos.

Minha estada na Bahia dura de três a quatro semanas, tempo de recarregar as baterias. Tempo de entrar em harmonia com o que existe de mais genuíno na nossa cultura brasileira.

Salvador, janeiro de 2009.



Praias e pipas

O que eu gosto mesmo de fazer nesta praia de Piatã é caminhar descalça, na areia molhada, deixando que as ondas se aproximem, cubram e descubram os meus pés, no seu incansável vai-e-vem. Vou caminhando e mirando o horizonte, onde às vezes se divisa um navio cargueiro, ou um barco de pesca, que vêm de Sergipe, rumo ao sul.

Eu tinha cerca de sete anos quando vi o mar, pela primeira vez, no Rio de Janeiro. Naquelas montanhas frias da Serra da Mantiqueira, no Sul de Minas, onde nasci, nós crianças nos questionávamos como era possível chegar perto do mar e não enxergar a outra margem. Nossa referência eram os rios, mais propriamente o Rio Verde, que cruza São Lourenço e que inundava a cidade em época de muitas chuvas e grandes enchentes. Mas nada era tão grandioso quanto o mar, exceto Deus, como nos ensinava Casimiro de Abreu: “Eu me lembro, eu me lembro, era pequeno e brincava na praia. O mar bramia...” Mamãe me explicava o que queria dizer ‘bramia’, de-

pois que eu recitava todo o poema para ela conferir se eu o tinha memorizado corretamente.

la me esquecendo. Além de caminhar, olhando o horizonte, gosto também de ver meninos soltando pipas. Pipas me fascinam. Gosto tanto que construí uma aula completa sobre a descrição de processos como tipo textual, baseando-me nos procedimentos usados na montagem de pipas, no livro para professores que escrevi junto com Maria Alice Fernandes de Sousa, *Falar, ler e escrever em sala de aula* (Parábola Editorial, 2008).

Tenho boas lembranças com pipas. Já empinei uma até em praia de muitas pedras e pouco sol, às margens do Lago Eriê, em Ohio. Em inglês, o nome é *'kite'*, Não sei se há outras denominações. Em português temos várias, que mudam conforme a região. O primeiro nome que aprendi foi papagaio. Só vim a chamar papagaio de pipa depois de adulta. E pandorga, só conheço de literatura.

Pipas são um brinquedo internacional, muito popular em Cabul, no Afeganistão, como aprendemos no livro *best seller* e no filme homônimo, re-



cente, “O caçador de pipas”. E têm tradição aristocrática. O menino Alberto Santos Dumont gostava de empinar papagaios no sítio Cabangu, inicialmente na fazenda de café de seu avô materno e depois na fazenda de seu pai. Benjamin Franklin inspirou-se nas pipas com que brincava para construir o primeiro pararraio.

Hoje de manhã, andando pela praia vi crianças empinando pipas de muitas cores e formas, e fui repetindo para mim mesma: Eu me lembro, eu me lembro, era pequena e corria pelas ruas ou pelos campos, evitando os fios elétricos, os eucaliptos e as araucárias, que impedissem meu papagaio de alçar voo. E não é isso que a gente faz a vida toda: fugir dos obstáculos que nos impedem de alcançar os céus?

Ps.: No meu texto de ontem mencionei um passarinho de plumagem branca, chamado louvadeus, como o inseto. Eu estava passando à frente a informação que obtive de um nativo. Hoje fui conferir com outros nativos. O nome correto é lavadeira, e é um passarinho bendito porque já lavou as roupas de Nosso Senhor. O que vi hoje era branco com a cabecinha preta. O de ontem tinha a cabeça vermelha. Talvez nem fosse uma lavadeira.... Já que passarinhos soltos na natureza me deixam tão feliz, seria bom eu começar a aprender um pouco de ornitologia.

Salvador, janeiro de 2009.



O curioso caso de Cesare Battisti

Não consigo me desligar completamente ‘do mundo lá fora’ durante estes dias de férias. Acesso a internet sempre que consigo captar a arisco sinal da provedora, movimentando-me por vários pontos da casa, e leio pelo menos dois jornais de grande circulação nacional. Nas últimas semanas o assunto mais recorrente tem sido o ‘embroglio’ Battisti, causado pelas reações à concessão de refúgio ao fugitivo da justiça italiana, Cesare Battisti, por decisão do ministro da justiça, Tarso Genro.

Battisti, que pertencia ao grupo terrorista Proletários Armados pelo Comunismo, foi acusado de quatro homicídios, cometidos em 1978-9, e condenado à prisão perpétua em seu país, de onde fugiu, tendo sido preso anos depois no Brasil.

A Itália reagiu veementemente à recente decisão do governo brasileiro que, por sua vez, apoiou-se no argumento de nossa soberania nacional para justificar a medida. De fato, a Itália não pôs em dúvida nossa soberania nacional, reconhecida na Europa desde 1822. O que querem os italianos é o seu crimi-

noso de volta para cumprir a pena que lhe foi imputada.

Brasil e Itália têm uma longa história de boas relações, no momento, chamuscadas pelo incidente. Vivem neste país mais de dez milhões de descendentes de italianos, identificados somente pelo sobrenome. Meu bisavô paterno veio de Camerota, no sul da Itália, no final do século dezenove e foi trabalhar na construção da estrada de ferro Rede Mineira de Viação. Não o conheci, mas meu pai se referia sempre ao avô, Afonso Bortoni, que teve vida longa, mas nunca aprendeu a falar fluentemente o português.

Qual é o principal divisor de águas entre criminosos comuns e presos políticos? A distinção, à primeira vista bem simples, é de fato muito problemática. A caracterização de um criminoso político fica muitas vezes dependente de circunstâncias históricas ou socioculturais. O próprio Battisti, na sua longa aventura de fugitivo, que ele está contando em livro “Minha fuga sem fim”, foi acolhido por um governo de esquerda na França e depois expulso daquele país por um governo de

direita. É o matiz político do governo de plantão que confere culpabilidade ou prestígio a um suposto criminoso político.

O homicídio, pela lei de Deus, tem sido condenado e castigado desde os tempos do fratricídio de Caim que matou, por inveja, seu irmão Abel. No Decálogo de Moisés, “Não matarás” é o quinto mandamento. Pela lei dos homens o ato de matar um próximo é sujeito a muitas interpretações, atenuantes, justificativas e agravantes. Por exemplo, na guerra, o combatente tem o dever de matar o inimigo. Nos dois últimos séculos, fazia parte da ética da guerra preservar os civis, muito embora os civis não tenham sido poupados dos bombardeios já na Segunda Guerra Mundial. Nas guerras contemporâneas, têm morrido mais civis, inclusive crianças, que soldados.

Ao longo da história humana, vemos que o ato de matar um semelhante pode ser avaliado de formas muito distintas. Não precisamos ir longe. Os bravos guerreiros tupinambás, pré-cabralinos, cobriam-se de glórias ao matar um inimigo e quando esse era valoroso ainda comiam-lhe a

carne em rituais antropofágicos de importância seminal em sua cultura.

No mundo de hoje temos também muitas evidências do relativismo de que se reveste a avaliação de atos de violência justificados por ideologias. Para o presidente Hugo Chávez, da Venezuela, por exemplo, os guerrilheiros colombianos das FARC, que sequestram e matam, são heróis de uma almejada revolução bolivariana. Ao final da Segunda Guerra Mundial os líderes nazistas foram levados às barras do tribunal em Nuremberg. Mas fosse outro o desfecho da guerra,

com vitória da Alemanha, os criminosos de guerra a receber pesadas penas também teriam sido outros.

O caso Cesare Battisti é só mais um exemplo de como é difícil dissociar ideologia de decisões que envolvem a punição de supostos criminosos políticos. Essa novela ainda vai ter muitos capítulos. Depende agora de decisão do Supremo Tribunal Federal. Vamos aguardar.

Salvador, 1º de fevereiro de 2009.



Festa de Iemanjá, controle de natalidade et al.

Caminhando hoje de manhã pela praia, observei que o mar já tinha devolvido algumas flores oferecidas à Iemanjá, no seu dia. Reza a tradição que a orixá devolve os presentes que não lhe agradarem. Mas meu pensamento, de fato, estava preso a assunto mais terreno. Por isso, me aproximei de um salva-vidas para perguntar se ele conhecia a proveniência da maioria dos frequentadores da praia de Piatã. Desde que cheguei aqui ando intrigada com a presença de muitas crianças na praia, de todos os tamanhos e idades, até bebês sendo amamentados. Expliquei ao salva-vidas que eu buscava informações para escrever um texto no meu site. Ele, muito solícito, me informou que um bom número de pessoas que vêm tomar sol e banho de mar nessa praia são moradores de bairros um pouco distantes. Grande parte vem a pé, nos fins-de-semana, porque a tarifa de R\$ 2,20 do ônibus urbano é despesa que pesa em seu orçamento familiar, principalmente se as crianças já forem crescidinhas, sujeitas portanto a pagar passagem.

Li, não faz tempo, uma crônica do Veríssimo em que ele falava da preocupação de governos de países industrializados com a taxa minguante de crescimento populacional, particularmente entre as abonadas classes de prestígio, já que entre as minorias o problema não costuma apresentar-se.

No Brasil a PNAD/IBGE _ Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio _, divulgada em 2008, indicou um razoável declínio da taxa de natalidade, que ainda não é negativa, como em alguns países europeus, mas que vem desenhando uma curva descendente.

Esse é um fenômeno bem brasileiro, refleti, quando tomei conhecimento dos resultados da PNAD. A própria sociedade tomou em suas mãos a responsabilidade de planejar a família, já que quantidade, nesse particular, funciona em detrimento da qualidade de vida. Pesou, naturalmente, na tendência, o crescimento do processo de urbanização, que tem como corolário uma maior exposição dos brasileiros à cultura letrada. Se estamos longe de atingir um letramento universal no país, pelo menos nossa população já

tem maior acesso a informações relativas a bem-estar e saúde.

Durante o século XX, mais de uma vez o governo ensaiou adotar uma política de controle de natalidade, mas sempre encontrava resistência, em especial da CNBB da Igreja Católica.

São tão próprias da cultura brasileira a aversão ao confronto e a filosofia do “Deixar como está para ver como é que fica”, que não houve muito empenho em se adotar uma política explícita de indução ao planejamento familiar. As iniciativas ficaram por conta do setor de saúde pública e até de algumas instituições internacionais que atuam no Terceiro Mundo, como organizações norte-americanas, dos anos pré-W. Bush.

Seja como for, o fato é que houve mudanças significativas na constituição e no tamanho das famílias brasileiras. No Distrito Federal, onde a estratificação social é muito identificável especialmente, mais talvez que em outras regiões metropolitanas, há uma correlação negativa, que se percebe a olho nu, entre a renda per capita ou o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e a

taxa de nascimentos, quando se comparam as regiões administrativas. Nos bairros onde residem as famílias de classe média e média alta, há muito poucas crianças. Já nas áreas de assentamento recente, que receberam residentes egres- sos de invasões, as ruas são cheias de crianças e há grande quantidade de escolas para recebê- las.

Voltando à criança que brinca nas areias de Pi- atã, agora sei que não vem dos condomínios pró- ximos à orla. São de Suçuarana, ou Mata Escura, e outros bairros situados além da Avenida Parale- la, que abrigam populações de baixa renda. Só

não sei se essas crianças têm escolas e bom atendimento de saúde. Tenho perguntado a mui- tas se estão estudando. Afirmam que sim, mas no momento estão de férias. Isso inclui as que oferecem o acarajé ou à passarinha (iscas fritas de fígado bovino) das barracas das baianas que trabalham na praia, ou as que vendem saquinhos de seriguela. Tomara que estejam dizendo a ver- dade.

Salvador, janeiro de 2009.

Filmes, Livros, Rádio e TV

“Assim ia crescendo e à medida que crescia sua imaginação ultrapassava as montanhas que circundavam a casa, na busca dos outros mundos que ele ia conhecendo nos livros.”

Analfabetismo, um estigma

Qual será o peso que carrega um indivíduo analfabeto em sociedades letradas? Será que o estigma é maior em sociedades com histórica tradição de escolarização universal do que em sociedades como a brasileira onde ainda existem mais de 10% de habitantes que não leem nem escrevem?

A pergunta me veio quando assisti recentemente ao filme de Stephen Daldry, “O Leitor”, que concorre no próximo domingo ao Oscar de melhor atriz para Kate Winslet, uma Kate Winslet madura, que mal lembra a adolescente milionária de “Titanic “. O filme me foi recomendado por minha irmã, que também é professora. Depois li uma resenha muito favorável no blog de Reinaldo Azevedo.

A história começa no período que antecede a Segunda Guerra Mundial, durante a ascensão do nazismo na Alemanha. Uma mulher madura de personalidade tão complexa que deixa o espectador desconcertado inicia um adolescente no sexo, sem culpa e muito satisfatório para ambos. Muito compassiva, ela o tinha socorrido alguns dias antes, quando ele,

acometido de escarlatina, vomita na porta do prédio onde ela morava.

Era fixada em limpeza corporal. Tomava vários banhos e lavava também o seu jovem amante. Mas o que mais apreciava na companhia dele era a leitura que ele fazia para ela em voz alta. Podia ser em uma língua desconhecida, latim ou grego, ou em alemão. Ela se comprazia, ouvindo-o ler histórias de amor, rejeitou contudo o Amante de Lady Chatterley, de D.H. Lawrence, que avaliou como pornográfico.

Essa mulher, de reações tão imprevisíveis, deixa seu emprego em uma fábrica no início da guerra e se candidata a um posto de guarda da terrível SS. E vai trabalhar em campo de concentração.

No pós-guerra, vai a júri, responsabilizada pela morte de muitas mulheres judias. Nessa altura, seu amante adolescente já é um acadêmico de direito, que acompanha os julgamentos. Ela assume toda a culpa, inclusive a de ter elaborado um relatório manuscrito que muito contribuiu para o genocídio no campo de concentração. Condenada a vários anos de prisão, passa a receber de

seu amigo, já então um advogado divorciado, gravações de textos literários. Tem a iniciativa então de comparar as gravações com o livro homônimo que obtém na biblioteca do presídio. Pouco a pouco, vai associando sequências sonoras nas gravações com a sua representação escrita. Só então os espectadores percebem que ela era analfabeta. O jovem amigo sabia desse segredo, que a teria isentado de alguns crimes, mas ele o preservou, para preservá-la.

Quanto de conhecimento sobre a SS e o holocausto dos judeus tinha a jovem quando se engajou na polícia nazista? Para ela, o importante era cumprir com a sua obrigação imediata, a de manter em ordem o campo de concentração. Talvez não soubesse de nada além disso. Por isso não se arrepende. Perguntada sobre o que os anos de prisão lhe ensinaram, ela observa que aprendeu a ler. Até que ponto sua condição de analfabeta a impedia de compreender o que se passava a sua volta?

Ficam essas perguntas que, a par de um bom entretenimento, O Leitor nos proporciona. As rea-

ções ao filme são variadas. Há os que condenam a protagonista, sem qualquer atenuante. Mas eu me apiedei dela. Sua condição a transformou num monstro. O analfabetismo é uma condição tão terrível que impede o indivíduo de entender até as circunstâncias de sua vida rotineira. Que cada um faça o seu julgamento.

Salvador, 18 de fevereiro de 2008.

A novela Gabriela: segunda versão

Algumas coisas me incomodam muito nesta segunda versão de Gabriela que a Rede Globo vem exibindo. A principal delas é a percepção de um certo aligeiramento. A trama ficou reduzida a fatos, e fatos de impacto. Os capítulos parecem uma sucessão de situações limite, um pouco assim à moda do seriado Dallas. Ou, talvez, até das antigas fitas em série, como Tarzã. Ontem, por exemplo, a principal beata da cidade, a mais moralista de todas, revela que já foi quenga e o capítulo se encerrou com a chegada abrupta de um homossexual que trabalha no bordel Bataclã, como braço direito da proprietária e que tem grandes revelações a fazer. Provavelmente vai revelar quem é o coronel que vai para a cama com ele e o cobre (literalmente) de presentes. Não pode haver vergonha social maior para o dito coronel do que essa revelação do Miss Pirangi.

Os personagens são assim: maniqueístas, caricatos mesmo. O único personagem que vem recebendo alguma elaboração é o Nacib, muito bem vivido por Humberto Martins. Até mes-

mo o perfil psicológico de Gabriela é negligenciado, em benefício dos closes do seu corpo, no caso, do corpo de Juliana Paes.

O principal tema do romance Gabriela é a situação servil da mulher na Bahia nas primeiras décadas do século XX: o excessivo machismo, que redundava no perverso tratamento que os homens dispensavam às mulheres. Nesse aspecto, pelo menos, a novela está sendo convincente. Com exceção de Maria Machadão, dona do principal bordel da cidade e por isso muito poderosa, todas as outras mulheres são maltratadas. Desde a adolescência, como mostram as jovens colegiais vivendo seu primeiro amor, até a velhice, passando pela solidão das que ficaram no caritó, ou pela subserviência das mulheres ou das quengas dos coronéis.

Diante desse padrão, Gabriela, em sua ingenuidade e sem se aperceber, vai-se rebelar, ao optar pelo amor de Nacib, moço bonito, mas cedendo, contudo, aos galanteios do Tônico Bastos.

É uma pena que a história de Gabriela, quiçá a mais conhecida de nossa literatura, esteja recebendo um tratamento tão superficial, tão previsível na televisão. Digo previsível, não porque se trata de uma reprise, mas porque todos os personagens são estereotipados. Não são pessoas, como os pintou Jorge Amado, são verdadeiros clichês.

Brasília, outubro de 2012.

O curioso caso de Benjamin Button

Ruth de Aquino, editora da revista *Época* no Rio de Janeiro, concluiu sua resenha do filme “O curioso caso de Benjamin Button” (ed. De 26/01/2009) com uma frase filosófica: “Tudo que começa acaba”. Exceto Deus, eu diria. Aprendemos bem, nas aulas de catecismo, que Deus é eterno. Não teve começo e não terá fim.

Para os religiosos, Deus criou o homem, ao final de sua jornada de trabalho dos sete dias da criação. Os belíssimos afrescos de Michaelangelo no teto da Capela Sistina, no Vaticano, registraram para sempre a figura de Deus transmitindo a Adão a fagulha de vida.

Para os agnósticos, foi o homem que criou Deus. A aceitar essa segunda hipótese, temos de admitir que, ao criar Deus, o homem poupou da principal contingência da condição humana: tudo que começa tem fim.

Não escapa dessa certeza o protagonista da estranha história de Benjamin Button, no filme de David Fincher, que concorreu ao Oscar de melhor filme e de melhor ator, para Brad Pitt.

Benjamin Button vive a vida ao contrário, nasce velho e, à medida que o tempo passa, vai-se rejuvenescendo, o que não o livra da morte, depois de ter voltado a ser um bebê de colo.

O que mais me impressionou no filme foram os encontros e os desencontros. Bem o disse o nosso grande Poetinha, Vinícius de Moraes: “A vida é a arte do encontro, embora haja tantos desencontros pela vida”. Para a maioria dos mortais, consertar os encontros é principalmente uma questão espacial: os encontrantes têm de estar na mesma latitude e longitude, num determinado momento. Button, além de procurar dividir o mesmo espaço com sua amada, teve também de aguardar que a cronologia de suas vidas lhes fosse favorável.

Ele nasceu em Nova Orleans, no exato dia em que terminou a Primeira Guerra Mundial. Ao longo de sua vida, mais desencontrou-se que se encontrou com o seu grande amor. Quando ela era uma linda menina, já afoita, ele, que conhecia sua avó, era um menino ancião, com todas as limitações e os dramas da velhice. Quando ele se

torna um magnífico jovem, a quem Brad Pitt empresta sua beleza e juventude, ela estava a caminho de se tornar uma anciã.

Mas houve um momento em que ambos se encontram em pleno vigor de suas vidas e se entregam a uma paixão sem limites. Dessa epifania, nasce-lhes uma menina, cuja sobrevivência e bem-estar ele garante enquanto goza do discernimento da idade adulta. Depois se afasta dela e da mãe, para que a menina pudesse ter um pai de verdade e não um coleguinha de jardim-de-infância.

Segundo Ruth de Aquino, o roteiro do filme aparentemente surgiu de uma citação de Mark Twain, que também levou Francis Scott Fitzgerald a escrever o conto de onde o roteirista, Eric Roth, recolheu o título e a trama do filme. Para Mark Twain, “A vida seria infinitamente mais feliz se pudéssemos nascer aos 80 anos e gradualmente chegar aos 18”. Talvez ele tivesse razão, se essa fosse a regra para todos. Pelo menos, poderíamos conciliar a maior vitalidade com a melhor sabedoria, que é a que se adquire com a

experiência. Mas já que não é assim que a natureza imprime o seu curso a todo ser vivente, só nos resta aprender a arte da vida, que é a arte do encontro. Salvador, BA,

Salvador, 30 de janeiro de 2009.

O outono está começando

Hoje não é domingo, mas me permiti dar uma volta a pé. Procurei em vão passarinhos pelo meu trajeto. Vi só umas andorinhas voando alto, nenhum outro pássaro se arriscava a desafiar o calor do início de outono no cerrado. Quem compareceu foram alguns lagartos. Sempre que os vejo me lembro de João Ubaldo e seus romances maravilhosos. Entre os contemporâneos, ele é meu escritor favorito. No bric-à-brac de pensamentos que povoavam minha mente enquanto caminhava, me detive na novela. Sim, eu vejo novela. Uma de cada vez, porque mais que uma me deixa entediada. Agora estou vendo “Caminho das Índias”.

A novelista Glória Perez é famosa pela inclusão em suas criações de um pouco de ficção científica, como no ‘Clone’, ou pela ambientação de suas histórias em países exóticos e distantes. Mas há um tema sempre recorrente em suas novelas, às vezes envolvendo os protagonistas, às vezes em tramas paralelas. Estou falando de jovens enamorados que, no auge de sua paixão, são obrigados a se separarem.



Na novela em cartaz, “O caminho das Índias”, esse é o próprio *leitmotiv* da obra. A mocinha hindu, Maya, apaixonou-se perdidamente por um rapaz, que não pertence a sua casta, Bahuan, o

que, naquela cultura, é um impedimento gravíssimo para o casamento. Pelo menos é o que nos faz crer a autora da novela. Maya estava disposta a fugir com Bahuan para os Estados Unidos, onde ele estudou e antevia uma promissora carreira. No entanto o rapaz prefere partir só, deixando para trás a noiva inconsolável, que pouco depois se percebe grávida. Escreve a ele implorando que volte, sem contudo mencionar a gravidez. Mas nada o demove de seu propósito de ganhar dinheiro e ficar poderoso no exterior, para depois voltar à Índia. Sem opção, Maya se casa com um pretendente de sua casta, deixando ambas as famílias felizes.

Ando irritada com Bahuan. Sente-se traído, com o casamento de Maya e se alimenta com o sentimento de vingança, mas foi ele que a abandonou. Glória Perez tem uma grande sensibilidade

para retratar os dramas humanos, em especial o comportamento masculino. Bahuan foi pragmático o suficiente para pôr acima de sua paixão seus interesses profissionais. Abandona a namorada que confiou irrestritamente nele. Mas quando soube de seu casamento, toma um avião e volta à Índia com a intenção de evitar que a cerimônia se concretizasse. Nada mais tipicamente masculino. Felizmente chegou tarde e quando rouba a noiva, montado num belo ginete árabe, levou a moça errada, uma amiga de Maya que estava usando o vestido da noiva.

Meu interesse na novela me faz lembrar uma conversa com o Professor William Labov. Ele me per-

guntou uma vez se eu via televisão. Confirmei e ele me disse que também assistia a alguns programas, mas que o intelectual típico nos Estados Unidos desdenha desse tipo de lazer. Talvez nós, os sociolinguistas, não sejamos intelectuais típicos. Mas vale uma ressalva, nunca vi um capítulo sequer do famoso BBB, que já está na nona edição. Minha paciência não chega a tanto.

Brasília, março, 2009.

Verdadeiros intelectuais desdenham a televisão???

Como já contei aqui, uma vez, na Universidade da Pensilvânia, o grande sociolinguista William Labov me perguntou se eu assistia televisão, mais propriamente, se me interessava por *sitcoms*. Tentei explicar a ele como as novelas brasileiras catalisam a atenção de grande parte da população e até da mídia. Depois rimos juntos quando ele observou que “verdadeiros intelectuais” supostamente não veem televisão. Como não tenho a pretensão de reivindicar a condição de “verdadeira intelectual” (nem sequer de falsa), posso admitir que vejo algumas novelas, não mais do que um capítulo por dia.

No momento um fato me chama muito a atenção. Dou notícia de duas novelas de grande audiência. A das empreguetes, que vejo aos pedaços, quando estou lanchando, e a “Avenida Brasil”, que me sento para ver e curtir. Ambas as novelas de sucesso giram em torno de mulheres. A primeira explorando, com humor, o conflito entre patroas e empregadas domésticas e a segunda, mais trágica, o desejo de vingança que a enteada, abusada e maltratada na infância, nutre em relação à

madrasta, mais perversa que as madrastas da Branca de Neve e da Cinderela juntas. O tema, como se vê, é antigo e já permeava o imaginário dos europeus quando as histórias infantis foram inventadas, difundidas e, posteriormente, registradas por grandes escritores. Naturalmente que há belos e bons atores do sexo masculino nas novelas, mas eles estão ali só para compor o contexto. As histórias se ocupam mesmo das personagens femininas. Nina é a Branca de Neve que dispensou o príncipe, porque, para ela, vingar-se da madrasta cruel é mais importante. Já as empreguetes são as gatas borralheiras que estão virando princesas. Ah, ia me esquecendo. Vejo também às vezes, quando consigo me manter acordada até mais tarde, a nova adaptação da obra prima de Jorge Amado, “Gabriela”. Essa é também uma novela feminina. Das mulheres que sofrem sob o jugo dos seus maridos, coro-

néis do cacau; das quengas que se vendem por tão pouco e que têm necessidade de se apaixonar por algum de seus clientes: das meninas casadoras que se guardam para o matrimônio e suspiram e ensaiam timidamente rebelar-se contra a castidade que lhes é imposta. E, é claro, tem a Gabriela, a mais completa encarnação da mulher ideal, de cama e mesa, que povoa o universo do escritor baiano. Além de linda, ela é despojada, dedicada ao seu homem, mas incapaz de perceber por que não se deveria deitar também com o moço bonito que lhe faz a corte.

Bem, pra quem gosta de novelas, temos, só nessa amostra, três delas que prestam uma verdadeira homenagem à mulher brasileira.

Brasília, 24 de julho de 2012.

Bartolomeu Campos de Queirós

Nunca é tarde para se conhecer um bom livro. Ganhei de minha aluna de doutorado, Celina Josetti, na última aula do semestre, um exemplar do livro *Indez*, do escritor mineiro, Bartolomeu Campos de Queirós. É um livro de ficção para o público leitor infanto-juvenil, mas poderia ser um livro de Etnografia sobre uma comunidade familiar do interior de Minas.

O autor já é um veterano no gênero, vencedor do Prêmio Orígenes Lessa – Melhor Livro Para Jovens – FNLIJ; Prêmio Jabuti – Melhor Autor de Livro Juvenil – CBL, Prêmio Internacional de Literatura Infantil – Brazilian Book Magazine – Best Book for children, e pertence à Lista de Honra do IBBY – Infantil “entre os 100 melhores do mundo”. É natural de Papagaio, no interior de Minas, mas vive em Belo Horizonte.

Fui ao dicionário conferir o significado de “indez”. Segundo o Houaiss, é um ovo que se deixa em um ninho descoberto, como chamariz para novas posturas da galinha. É nesse sentido que o autor usa a palavra.



A narrativa é um primor, mas encantou-me principalmente a forma como o autor nos põe em contato com a riquíssima cultura interiorana de tradi-

ção oral. Para nós, professores, interessa sobretudo como o Antônio, o menino protagonista, vai naturalmente somando às suas experiências do-

mésticas de mundo as práticas sociais letradas, adquiridas em casa e na escola.

Antônio não só se divertia procurando os ninhos das galinhas legornes, cuja plumagem às vezes a mãe pintava com anilina para que elas colorissem o quintal de arco-íris. Comia junto com os irmãos a bandeira brasileira construída no prato com alimentos coloridos: chuchu, arroz com gema e o azul do esmaltado do prato.

Certa vez engoliu piabas vivas para aprender a nadar depressa e teve forte infecção intestinal. Acompanhou o resguardo da mãe, quando nasceu a caçula e podia comer os pedaços da galinha que não eram aproveitados na canja, menos os pés, porque os pés não se pode comer um só, sob o risco de na vida só espalhar e não ajuntar.

Brincava de chicotinho queimado, boca de forno, Pai Francisco entrou na roda, de passar anel...

Tomava óleo de rícino e vermífugos. Foi mordido por escorpião. Tomou banho no sangue de tatu para limpar a pele das pústulas da varicela e car-

regou no pescoço um guizo de cascavel para deixar de fazer xixi na cama.

Aprendeu a rezar e a cantar para fazer primeira comunhão. Recitava de cor os dez mandamentos. Ajudava a montar o presépio, envolvia-se com os festejos juninos, divertia-se no primeiro de abril, com as peças que a mãe lhes pregava; comia biscoitos assados no forno de barro, tudo isso entremeado com os reis, as fadas e os mágicos dos castelos encantados das histórias que lhe contavam e que depois ele mesmo aprendeu a ler, quando também já sabia tabuada de vezes.

Conhecia os movimentos de rotação e de translação, Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral, e imaginava a calmaria, que ajudou a descobrir o Brasil, vestida de branco. Já o oceano, ele sabia que era azul como o céu e que só tinha uma margem, de tão grande, porque havia uma gravura na parede. Também na parede do quarto estava o santo anjo do senhor, meu zeloso guardador, protegendo duas crianças de cair no despenhadeiro.

Assim ia crescendo e à medida que crescia sua imaginação ultrapassava as montanhas que circundavam a casa, na busca dos outros mundos que ele ia conhecendo nos livros.

Um dos livros clássicos que descreve como as crianças, no seu círculo primário de sociabilização, vão conciliando práticas culturais orais e letradas, é o *Ways with Words*, de Shirley Brice-Heath, etnografia ambientada em comunidades rurais nas Carolinas do Norte e do Sul, nos Estados Unidos, nos anos 1970.

Aconselho os educadores brasileiros, antes de lerem esse clássico, que se familiarizem com os livros de Bartolomeu Campos de Queirós. Além do *Indez*, há outros com temática semelhante. Essa leitura há de ajudá-los a entender melhor como se dá, dia após dia, a transição da criança, da cultura tradicional da família, para a cultura letrada que a espera na escola.

Brasília, dezembro 2006.

A mocinha do mercado central

Uma das melhores experiências que vivenciei neste recesso de Natal foi a leitura do livro *A mocinha do mercado central* de Stella Maris Rezende (Editora Globo, 2011). O livro ganhou dois prêmios Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro: o de melhor obra infanto-juvenil e o Livro do Ano. Agora sei por quê. Não conheço pessoalmente a autora, que já morou em Brasília e até fez mestrado em Literatura Brasileira na UnB, mas troco com ela mensagens no Facebook.

Seu livro é mágico, como diria a Valentina Vitória, aquela que sabia o significado de todos os nomes. É um livro realista, entrecortado por episódios de realismo fantástico, pois a tessitura da narrativa, elaborada com muita competência, oscila entre eventos factuais, objetivos, e os que têm lugar na imaginação da protagonista.

O mote são as constantes mudanças de nomes - e seus significados - da mocinha do mercado central. Fruto de um estupro quando sua mãe viajava de ônibus, ora ela é ingênua e tímida, adolescente que gostava de carinho, mas não ia além

dos beijos, ora era destemida, até audaciosa, quando persegue sua intuição e seu destino. Apaixona-se por Selton Mello, ao vê-lo no filme “Lisbella e o prisioneiro” e não hesita em dizer isso a ele, quando o acaso a põe diante do ator, que se torna personagem do romance.

A história não é piegas, ainda que nela prevaleça a dimensão afetiva que emana do amor entre pais e filhos. Tampouco é panfletária, embora dê testemunho das dificuldades que enfrenta uma jovem brasileira pobre, nos dias atuais. Não tem intenções didáticas, mas passeia com leveza por entre informações literárias e até geográficas, relativas ao roteiro de viagem da protagonista.

Me encantou a forma como a autora lida com o português das interações ordinárias e cotidianas, colorindo-as com umas pinceladas de mineirês, que é marca identitária de sua origem, em Dores do Indaiá, Minas Gerais. Apreciei muito também a machinery - como diria um crítico literário em língua inglesa - de sua contação de história. Enfim, gostei muito do livro. Devo dizer também que a obra se valoriza com as ilustrações de Laurent Cardon. Recomendo a leitura.

Brasília, dezembro de 2012.

Roberto Carlos

Roberto Carlos é um cantor muito apreciado no Brasil e em toda a América Latina, mas não é uma unanimidade. Em nosso país, muitos, em particular os que têm menos de trinta anos, o acham superado e cafona. Já que não estou nessa faixa etária, nem preciso dar satisfação de minhas preferências, na música ou em qualquer outra esfera da vida, a ninguém, curto as músicas dele e não faço segredo disso.

Como está no mercado fonográfico há muitos anos, ouvi-lo cantar é fazer uma retrospectiva de nossa própria vida. Cada canção é um afago em uma lembrança bem recôndita, bem longínqua, mas que teima em permanecer viva.

O cantor é herdeiro da geração de músicos românticos, de meados do século vinte. Começou no movimento Jovem Guarda, esnobado pelos jovens que nas décadas de 1960/1970 preferiam músicas de protesto. Quando Roberto faz uma canção para Caetano Veloso (“Debaixo dos caracóis do seu cabelo”), este sim, compositor enaltecido pela juventude descolada e politizada, e que esteve um período autoexilado

em Londres nos anos de chumbo no Brasil, a turma que achava Roberto Carlos muito brega começa a prestar atenção nele: Se ele é amigo de Caetano... Indiferente a esses julgamentos e apoiado na imensa legião de fãs que não tinham compromisso com a música engajada, Roberto segue o seu caminho de glória. Vencido o período da Jovem Guarda, passa a imprimir um caráter muito romântico às suas criações. O amor a mulher, espiritual ou físico, consolida-se como o mote permanente das músicas que compõe ou escolhe para cantar.

Como o amor de um homem por uma mulher, ou vice versa, é tema antigo e que não sai de moda, Roberto Carlos continua a fazer sucesso. Principalmente as mulheres gostam de ouvir falar disso.

Não escuto Roberto Carlos com muita frequência, mas gosto de assistir aos seus shows ao vivo ou na TV. Cada música é um flashback: onde eu estava, com quem estava, quando a ouvi ou a cantarolei pela primeira vez, como fui apresentada àquele sucesso?

Há no repertório do cantor algumas canções imortais, como “Amada amante” ou “ Nas curvas da estrada de Santos”. Ouvi-lo cantar “Detalhes” é como ouvir o Sinatra cantar “My Way”.

Roberto é bem a cara do Brasil no século XX.

Brasília, 27 de dezembro de 2012.

E por falar em Carmen Miranda...

Minha filha, Larissa Bortoni, enviou-me ontem o roteiro de um programa sobre Carmen Miranda, a ser veiculado pela Rádio Senado FM, de sua autoria, em parceria com o colega jornalista Maurício De Sanctis. Fiquei comovida com o texto, elaborado como se fosse uma sucessão de cartas escritas por minha mãe à sua irmã, falando da grande cantora e atriz.

Mamãe, de fato, acompanhava com interesse a vida da famosa Carmen Miranda. Costumava dizer que tinham a mesma idade, mas verifico hoje que a cantora nasceu em fevereiro de 1909 e minha mãe em janeiro de 1915.

Não sei se você, jovem leitora ou leitor, tem clareza sobre a importância que Carmen Miranda teve na formação de nossa cultura. Quantos brasileiros foram ou são bem conhecidos além das fronteiras nacionais? Contam-se nos dedos das mãos os patricios que alcançaram alguma notoriedade e têm seus nomes citados no exterior. Contemporaneamente, os brasileiros que desfrutam dessa condição são os jogadores famosos, começando por Pelé, o mais famoso de todos, por

Zico, que ficou muito conhecido no Japão, e os dois Ronaldos, Kaká e Romário, que, em anos recentes conquistaram o título de melhor jogador da FIFA.

Carmen Miranda, portuguesa de nascimento, cresceu no Rio de Janeiro, numa família de imigrantes pobres. Começou a cantar e gravou seu primeiro disco em 1929. Tinha uma enorme empatia com o público. Do Cassino da Urca foi para os Estados Unidos, onde se transformou na Brazilian Bombshell. Chegou a ser a intérprete mais bem paga de Hollywood, num período dos grandes ídolos do cinema.

O que mais me impressiona em sua carreira foi sua criatividade para criar uma persona, a baiana estilizada de voz e gestos sensuais, que acabaria por ser tornar o próprio estereótipo do Brasil no exterior.

A figura da baiana lhe veio da convivência com o jovem compositor Dorival Caymmi, que chegara ao Rio para mostrar o seu talento: “O que é que a baiana tem?”. O chapéu de bananas e frutas tropicais foi certamente ela mesma que criou,

pois ela foi chapeleira antes de começar a fazer sucesso como cantora. As sandálias de plataforma também devem ter sido ideia dela, já que elas lhe acrescentavam alguns centímetros preciosos ao seu 1,53 m de altura.

Todos os seus biógrafos são unânimes em afirmar que, não obstante o grande sucesso e a fortuna que amealhou, ela foi muito infeliz, principalmente nas relações amorosas. Mas essa tristeza não contaminava sua imagem pública, a própria personificação da alegria e da sensualidade dos trópicos. O depoimento que faço a seguir é muito revelador da importância que ela assumiu nos Estados Unidos.

Carmen Miranda faleceu prematuramente em 1955, de um infarto fulminante, em sua casa em Beverly Hills, Califórnia. Mais de dez anos depois, tive oportunidade de passar doze meses nos Estados Unidos, cursando o primeiro ano de universidade. Foram muitas as pessoas que, ao me conhecerem, faziam alusão a Carmen Miranda. Creio que era a única referência que tinham sobre o Brasil. Lembro-me especialmente de um

episódio. Eu havia ido com uma colega, de Cleveland, em Ohio, para Jacksonville, na Flórida e nos hospedamos na casa da família dela. Seu pai era um veterano da Guerra da Coreia. Durante todos os dias que passei com eles ele me falou de Carmen Miranda, como ela havia encantado a vida dele e de seus amigos.

Na década de sessenta, a figura da baiana, de lindas curvas e turbante de frutas, foi aos poucos cedendo lugar à figura da ‘girl from Ipanema’, já que a música de Tom Jobim e Vinícius de Moraes tocava sem parar no rádio e nas caixas de música em todos os bares. Mas não se pode esquecer que, por muitos anos, para os norte-americanos, tão etnocêntricos e ignorantes de tudo o que existe ao sul do Rio Grande, o Brasil permaneceu associado à imagem de uma jovem mulher, alegre, de olhos verdes, equilibrando bananas na cabeça, que cantava e acompanhava o

ritmo de suas canções com o movimento dos quadris e um jeito sestroso de mexer as mãos. “Quando você se requebrar caia por cima de mim, caia por cima de mim, caia por cima de mim”.

A persona criada por Carmen Miranda como símbolo do Brasil foi também assimilada pelos próprios brasileiros e é até hoje um ícone da cultura nacional. Comandou o movimento da Tropicália e foi cantada em prosa e versos por Chico Buarque e Caetano Velloso, no momento mágico em que regravaram a canção “ Nós somos as cantoras do rádio”, originalmente conhecida nas vozes de Carmen e sua irmã Aurora Miranda, nos dias de glória do Cassino da Urca, nos idos de 1940.

Salvador, fevereiro, 2009.

Rubem Braga, mangueiras e passarinhos

Rubem Braga completaria hoje 100 anos. Sempre fui leitora assídua de suas crônicas maravilhosas, pela imprensa e em livros publicados pela Editora Sabiá, uma editora de autores, como Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Rubem Braga e outros, dos anos sessenta. Mas só o conheci pessoalmente no final da década de 1980. Eu era então chefe do Departamento de Letras da Universidade de Brasília e Rubem Braga estava visitando a Universidade. O pessoal da reitoria o levou ao nosso departamento e me transferiu a responsabilidade de entretê-lo até o horário de sua palestra. Fiquei numa tremenda saia justa. Conhecia a fama do escritor como homem de pouca conversa. Tive pudor de aborrecê-lo com o meu falatório. Poderia ter-lhe dito, por exemplo, que minha avó paterna, já perto dos setenta anos, leu o seu livro *A Borboleta Amarela* e começou a escrever. Era uma produção *naïve*, mas apreciada por muitos de seus conterrâneos.

Quando pensei em escrever crônicas, me lembrei de minha avó, mas também de Rubem Braga. Fiquei insegura, quis

abandonar a ideia, mas como tinha leitores em meu blog, fui escrevendo. Não havia acontecimentos grandiosos a relatar. Era o dia a dia, a rotina na universidade, o contato com os alunos e as atividades prazerosas, como ir à academia ou dar uma volta pelo bairro. Em particular, me encantava observar os passarinhos. Moro em um bairro residencial, com quintais cheios de mangueiras e outras árvores frutíferas. Há mangueiras também ao longo das ruas e próximas às cercas que delimitam os quintais. Isso atrai os pássaros. De manhã, sou geralmente acordada pelos periquitos. Depois que esses sossegam, surgem sabiás e até beija-flores. Tive a ideia de pendurar vasilhas com água açucarada para atrair os colibris ou cuitelinhos, que beijam as flores, mas o que atraí foram morcegos, que também fazem morada sob o beiral da casa.

Na universidade de Brasília, cheguei a acompanhar a rotina de uma coruja do barranco. Há muitas delas por aqui. Passava de carro, próximo à garagem do campus e via a coruja com a cabeça

de fora de seu abrigo. Um belo dia, uma surpresa, havia duas delas e já não estavam escondidas, mas pousadas no galho da árvore retorcida do cerrado. Eram uma casal, imaginei, e lá no fundo de seu lar barroco por certo haveria muitas corujinhas.

Arborizar as ruas com árvores que dão fruto é uma característica de Brasília. Foi uma forma de humanizar a cidade, sempre lembrada pela ausência de esquinas, e poucas calçadas. Por aqui, ao longo do asfalto, há fruta-pão, há jacas, mas as mangueiras prevalecem. Dia desses, encontrei uma amiga na entrada do banco e ela me perguntou se recolho mangas que estão pelo chão. Confesso que sinto vontade às vezes, pois elas são cheirosas. Mas nunca as apanhei. Talvez por temor de que os donos da casa estranhassem meu comportamento. Ou por julgar que algum cachorro já as tenha batizado.

Brasília, 12 de janeiro de 2013.

Lincoln, o Filme

Fui ontem ver Lincoln, o filme. Quem esperava encontrar a ação que marca a maioria dos filmes de Steven Spielberg se decepcionou. É um filme com pouca ação e muitos diálogos. Mas eu gostei. Primeiro porque desconhecia esse trabalho de bastidores realizado pelo presidente junto ao congresso americano, em 1865, para conseguir aprovar a emenda que garantiu a abolição da escravatura no país. A história atribui esse fato à vitória da União sobre os confederados, mas houve todo um esforço político conduzido por Abraham Lincoln, que teve de negociar com o seu Partido Republicano, e principalmente com o Democrata, cujos deputados eram defensores mais ferrenhos da escravidão no estados do Sul, que garantia a pujança econômica da região. Lincoln fez muitas concessões, distribuiu muitos cargos e favores em troca dos votos valiosos. Esse jogo do é dando que se recebe, que marca o equilíbrio entre os poderes executivo e legislativo nos regimes democráticos, é um exercício no fio da navalha. Qualquer deslize e a negociação vira crime. Um bom tema de reflexão.

Gostei também de ver o desempenho dos atores principais, Mrs. Lincoln é Sally Field - a noviça voadora da programação vespertina há alguns anos, já agora bem madura. O papel título é de Daniel Day-Lewis, impecável, candidatíssimo ao Oscar de melhor ator. Lembro-me dele no filme “Meu pé esquerdo”, que vi em um cinema de arte com meu filho na Filadélfia, na década de 1990, também um primor de interpretação de Day-Lewis.

Brasília 10 de fevereiro de 2013.

Visita à UFJF e leitura de bordo

Acabei de chegar de viagem. Fui à Universidade Federal de Juiz de Fora avaliar duas excelentes dissertações de mestrado em Sociolinguística e falar sobre “Os Doze Trabalhos de Hércules – do oral para o escrito”. Na UFJF há um núcleo de Sociolinguística e Dialectologia muito competente. Gosto de estar com eles. O problema foi o roteiro da viagem de volta. Acordei hoje bem cedo para pegar o carro da universidade que me levaria ao Galeão. Do Rio de Janeiro vir para Brasília seria muito simples, mas a passagem programada pelo órgão federal encarregado dessas despesas previa um trecho do Rio de Janeiro a Curitiba e de Curitiba a Brasília. Confesso que não entendi por que essa alça à Região Sul, se eu poderia voar do Sudeste ao Centro-Oeste, com fartura de opções de voos. Enfim. Já cumpri o roteiro. Para enfrentar tantas milhas aéreas, como já não havia tese a ler, parei numa livraria no Galeão/ Aeroporto Antônio Carlos Jobim, e comprei o livro *A Queda de Diogo Mainardi*. Ele me surpreendeu. Não está ali o Mainardi, crítico mordaz do governo do PT, mas o pai dedicadíssimo ao filhinho (por sinal, muito lindo) que sofre de para-

lisia cerebral, sequela de um acidente de parto realizado em um hospital de Veneza. Me comoveu sua dedicação cotidiana e incondicional ao filho doente e à família. Chamou-me a atenção também o fato de que toda a leitura de mundo que o autor faz é filtrada por informações literárias (Literatura, Filosofia, História da Arte...). Um belo exemplo de cultura letrada permeando o cotidiano de um indivíduo.

Brasília, 2 de março de 2013.

Bandeirantes modernos

De vez em quando assisto o “Globo Rural” pela TV, nas manhãs de domingo. As reportagens me fazem sentir um certo orgulho deste nosso Brasil, que saiu da monocultura cafeeira há poucas décadas - éramos produtores de café e de leite, o primeiro para exportação e o segundo para consumo interno - para se tornar a potência agropecuária que é hoje, ocupando, no caso de alguns itens, o primeiro lugar no ranking internacional de produção. Hoje dois pensamentos me ocorreram quando vi o programa. Não sabia da existência de hidrovias com tal capacidade de transporte de produtos agrícolas. Falo da hidrovia que nasce no sul de Goiás, em São Simão, e percorre vários rios, até o Tietê. No trajeto há eclusas que corrigem o curso de navegação. Pela hidrovia são escoadas toneladas de soja e de cana.

Meu pensamento voltou-se também para o papel dos gaúchos na transformação de nossa economia agropecuária. Houve na segunda metade do século vinte uma verdadeira diáspora de gaúchos demandando áreas recém-povoadas,



no Centro-Oeste, no sul da Bahia, em Rondônia, Roraima... Os gaúchos, que já haviam colonizado o oeste do Paraná, saíram, como bandeirantes modernos, à busca de riquezas, mas dessa vez, não apenas para extraí-las do solo de aluvião, mas sim do manejo laborioso desta nossa terra em que, se plantando, tudo dá. Mas é preciso plantar.

Brasília, 7 de abril de 2013.

Em família

Ontem vi a novela “Em família” pela primeira vez. Sei que a novela tem muitos flashbacks e ainda não estou familiarizada com a trama de Manoel Carlos. Mas gostei do capítulo que assisti. Um jovem (Laerte?) fere gravemente um outro ao final de uma festa de despedida de solteiro e julgando-o morto enterra-o numa cova rasa. Não é novidade na literatura alguém supor que cometeu um homicídio e então faça loucuras. Mas acho que o autor conduziu bem o episódio, fazendo crer que houve de fato um crime de morte e ocultação de cadáver. É interessante também que o jovem ferido fosse encontrado pelo seu cachorro.

Essa é a primeira geração da novela, que é ambientada em Goiânia (creio que é primeira a aproveitar o cenário natural da capital de Goiás), no Leblon e na Barra da Tijuca. Manoel Carlos gosta de dar às suas Helenas um lar no Rio de Janeiro. À medida que a novela avançar, essa geração de adolescentes casa-se, forma famílias e a história continua, sempre em tor-

no de relações familiares, amor, ciúmes, dramas, como convém a uma boa novela.

Gostei especialmente dos cenários domésticos, muito coloridos, aconchegantes, um misto de decoração moderna e toalhas de crochês do tempo das vovós. Há poucas externas, a trama se desenvolve no interior das casas.

Chamou minha atenção também a forma como o novelista reúne atores negros e não-negros, pobres e ricos, interagindo no dia a dia. Um espectador que não conheça bem o Brasil haveria de julgar que, de fato, somos uma democracia racial bem resolvida. Mas sabemos que não é bem assim.

Vou continuar a assistir à novela e observar como essas relações evoluem. Também desejo

saber quais os temas nas vidas das famílias brasileiras contemporâneas o autor vai privilegiar.

As novelas televisivas talvez sejam o principal produto cultural do Brasil. Vão pelo mundo afora. São dubladas em muitas línguas. Somente nos oito países lusófonos, Portugal na Europa, Timor Leste na Ásia e as cinco nações africanas que têm o português como língua oficial, se mantêm os diálogos originais. Mas falados em croata, em russo, em húngaro, em japonês, ou em qualquer língua, os diálogos levam muito da nossa cultura e do nosso talento, para as salas de estar em países que pouco sabem sobre o Brasil.

7 de fevereiro de 2014.

E aí, comeu?

Filme agora salta rapidinho da telona para os canais pagos e até os canais abertos. Vi na TV o filme nacional “E aí, comeu?” - roteiro do Marcelo Rubens Paiva, com Bruno Mazzeo, Marcos Palmeira e mais uma turma, inclusive a Dira Paes. Filme muito novo e muito bom. Não é que a rapaziada no Brasil aprendeu a fazer comédia! Nada contra filme na favela ou na aridez do sertão nordestino, mas é bom assistir a uma comédia inteligente.

Parece que cineasta brasileiro do Cinema Novo se sentia mal de fazer comédia. Era preciso fazer cinema de denúncia, de protestos. Quando muito, filmes de Lampião ou de outros bandidos. Enquanto isso o cinema urbano argentino floresceu.

Nos últimos anos temos visto algumas boas comedias nacionais. O bom resultado de bilheteria motivou a produção de novas comédias. É o nosso cinema chegando à maturidade, regulado pela mão invisível do mercado.

Brasília, 29 de maio de 2013.

Memória Musical

A Rádio Nacional FM de Brasília, 96.1, leva ao ar dois programas musicais primorosos nas manhãs de domingo, a partir das 11h. O primeiro é “Memória Musical”, programa de entrevista com personalidades que revelam suas canções preferidas. Foi criado por Bia Reis e, após a sua morte, vem sendo conduzido por Márcio Lacombe, Logo em seguida vem o “Clube do choro”, conduzido por Reco do Bandolim, que convida músicos dessa tradição musical que visitam Brasília para se apresentar no excelente Clube do Choro da cidade. Mesmo quem não tem talento musical, que é o meu caso, mas aprecia a música brasileira, deleita-se com esses programas radiofônicos.

Impressiona-me, principalmente, o conhecimento que têm os entrevistados sobre a música popular brasileira, que vem a ser um dos nossos principais produtos culturais, apreciado em muitos países. Quase todos os músicos que dão entrevistas falam de sua infância em famílias marcadas pelo talento musical. Chego a imaginar que dificilmente surgiria um músi-

co talentoso em uma família de pouca convívio com essa arte.

Às vezes me envolvo em uma brincadeira de escolher, eu própria, as dez músicas que mais marcaram minha vida. Sempre estão presentes na minha seleção particular aqueles compositores brasileiros que me encantam: Pixinguinha, Antônio Carlos Jobim (particularmente em parceria com o Vinícius), Chiquinha Gonzaga, Luís Gonzaga, Dorival Caymmi, Ary Barroso, Chico Buarque,

Dolores Duran e Caetano Veloso. Minha lista inclui ainda, muitos românticos que cantam a mulher amada.

A cada domingo, enquanto caminho pela vizinhança, me delicio com as músicas e me regozijo por pertencer à cultura brasileira.

Brasília, 2 de junho de 2013.

Atílio e Gentil, duas faces de uma mesma alma

Entre os personagens da novela “Amor à vida”, meu favorito é Atílio, também conhecido, em outro grupo social que ele acidentalmente veio a frequentar, como Gentil.

O personagem de Walcyr Carasco é muito complexo porque encarna, de fato, duas personalidades que convivem, ora harmoniosamente, ora em conflito na alma de muitos homens.

Atílio é um executivo bem sucedido, rico e generoso. Ajuda a ex-mulher que não trabalha e é uma ex-rica, decadente, e vive em harmonia com a mulher atual, elegante e refinada, a mulher ideal para um executivo de seu nível.

Ao sofrer um acidente, seguido de uma cirurgia cerebral, perde a memória. Em um desses episódios de amnésia, acaba por conhecer uma ex- chacrete, Tetê Para-choque e Paralama, vivida com muita verossimilhança pela Elizabeth Savalla. Atílio, já então usando o nome de Gentil, se apaixona pela Tetê e se insere numa nova rede social, de gente pobre, muito distinta de sua rede anterior.

Na altura em que a novela está, ele já recuperou a consciência, mas percebe que não poderá viver sem uma ou outra mulher. Ele de fato é um símbolo, uma personificação dos conflitos vividos por muitos homens que “precisam” ter duas mulheres: uma para uso externo, para ajudá-los em sua inserção social e outra, para uso interno, para suprir sua necessidade afetiva e sexual. Conheço muita gente assim. Homens que não con-

seguem resolver essa ambivalência e acabam por sucumbir à bigamia.

Atílio não é mal intencionado. É uma vítima das circunstâncias. E, naturalmente, é fraco demais para tomar uma atitude definitiva. Quer manter ambas as mulheres. O personagem é uma ótima sacada do autor. Vejamos o que vem por aí.

Brasília, novembro de 2013.

Marcas do amor

A novela de Manoel Carlos, “Em família” está agora muito centrada na sedução homoafetiva das duas belas moças, a festejada fotógrafa e a jovem mãe de família. Mas o que me tem chamado mais a atenção é o drama do Laerte. Bem sucedido como músico internacional, bem amado por uma linda e dedicada mulher, ele se martiriza porque vê a antiga namorada, aquela com quem quase se casou, não fora o delegado que o levou preso na hora da cerimônia de seu casamento, casada com o rival, aparentemente bem ajustada, cuidando da família.

O primeiro amor.... ou melhor, o primeiro amor pra valer! Pode ser uma experiência tão avassaladora que acompanha a pessoa durante toda a vida. Como bem diz o axé: “A fila anda”, cada um busca acomodar-se na vida, vivendo novos papéis, novas experiências e, no entanto, lá no âmago, amarga uma tristeza por um amor não realizado.

Vocês me dirão: “Mas isso só acontece com pessoas mal resolvidas” Pode ser. Mas o drama de Laerte me faz pensar

que talvez o problema seja mais comum do que imaginamos. Já ouvi de algumas mulheres confidências sobre um namorado, tão longínquo, perdido na névoa do tempo. Mas elas se referem a ele com certa nostalgia, com certa frustração.

As marcas de amor são uma incógnita. Mas suspeito que, ao lamentar a frustração de um amor não vivido, o que se está lamentando é a força de uma paixão, o arrebatamento, o entusiasmo, o salto sem rede, sentimentos que a vida se encarrega de arrefecer.

Brasília, maio de 2014.

No Hospital São Magno

Ouço pessoas dizendo que estranham o Hospital São Magno da novela, “Amor à Vida”, onde o que mais tem é namoro. Confesso que nesse aspecto acho a história de Walcyr Carasco muito verossímil. De fato, em organizações como um hospital, uma empresa, uma universidade, as relações amorosas, na maior parte clandestinas, são intensas.

Pensando em minha universidade, gosto de usar a metáfora da arquitetura de Niemeyer no Minhocão - uma imensa edificação de 800 m de comprimento - para explicar ou entender as ligações entre as pessoas.

Desde meu doutorado, no início da década de 1980, interesse-me por redes sociais. Pois bem, o Minhocão é constituído de três pisos: o mezanino, o térreo e o subsolo. Vislumbro no térreo as redes sociais formadas pelos vínculos de trabalho: as divisões departamentais, a proximidade física nos laboratórios; a convivência nos jardins. No mezanino se situam as relações acadêmicas, fomentadas pelos interesses comuns, o partilhamento de ideias, o respeito dos mais jovens, inclusive

os alunos, pela sabedoria acumulada. As redes se formam institucionalmente de acordo com o organograma das unidades e se sustentam pela troca de experiências; pelo trabalho compartilhado; pela ajuda mútua, ou, às vezes, pela competição, pela emulação, pela formação de grupos de trabalho, enfim, pela atividade científica, que é a própria finalidade última da universidade.

Mas é no subsolo que está um emaranhado de relações motivadas pela atração sexual. São redes que poderiam interessar principalmente aos escritores de ficção romântica. São os casais que se formam, ou se desfazem, cujos contatos quase sempre se mantêm invisíveis, ou comentados apenas entre sussurros, dúvidas, inconfidências... ou maledicências. Mas não são raros. É nos subsolos de relações inconfessáveis que o autor da novela, Walcyr Carrasco, parece buscar

sua inspiração. Muitos estranham essa teia de relacionamentos afetivos que se concretizam em namoros que não se desvelam em público. Mas, afinal, seres humanos são seres humanos, dotados de muita engenhosidade, inteligência e forças instintivas que, às vezes, prevalecem sobre as outras forças que explicam a agência humana.

Assisto à novela, descarto o que é tão somente dramaturgia, e fico pensando na forma como o autor retrata os envolvimento, tradicionalmente entre homens e mulheres e, hoje em dia, tanto hetero quanto homoafetivos, no ambiente de trabalho. Porque eles sempre existiram, e por certo não vão de continuar a existir. A arte só imita a vida.

Brasília, 22 de novembro de 2013.

A vida secreta de Walter Mitty

Sáimos de casa na tarde deste domingo para ver o filme “Álbum de família”, mas muitas outras pessoas tiveram a mesma ideia e encontramos o cinema com a lotação esgotada. Entramos então em outra sala e vimos “A vida secreta de Walter Mitty”, protagonizado e dirigido por Ben Stiller. Tivemos sorte, o filme é ótimo.

É baseado em um conto de ficção, mas o contexto não poderia ser mais realista: a história se passa nos últimos dias de funcionamento da revista Life, que efetivamente foi fechada em maio de 2000. O chefe do setor de fotografia precisa encontrar um negativo enviado por fotógrafo de grande reputação, que recomendou a foto para a capa da revista.

Pressionado para entregar o negativo que foi extraviado, o funcionário da revista, e bom skatista, (Ben Stiller) sai em busca do fotógrafo. Daí o filme evolui no mais fiel estilo Júlio Verne. Nesse esforço, vai parar na Groenlândia, onde mergulha nas águas geladas e de lá vai para a Islândia, no sopé daquele vulcão, ainda em atividade, de nome impronunciável, exce-

to pelos próprios nativos da ilha. Nessas andanças perto do Círculo Polar Ártico, mesmo sendo verão, o protagonista tem sempre seu bigode branco de gelo. Mas, nessa altura, o fotógrafo já estava no Himalaia, fotografando tigres e os nativos que jogam futebol. Tudo isso tem como background uma história de amor, um romance ainda incipiente, e muita interação via internet.

As aventuras do até então pacato jornalista vão sendo entremeadas por seus sonhos e devaneios em que ele se confunde com seus super heróis. O filme consegue conciliar toda esta *fé-*

rie com muita ternura, de tal forma que nem sei se é um filme de aventuras ou de emoções humanas na vida moderna, em que as pessoas estão perdendo seus empregos em decorrência da tecnologia. Ia me esquecendo, em certa altura há uma referência ao filme “O curioso caso de Benjamin Button”, filme que concorreu ao Oscar em 2008 com 13 indicações, também baseado em obra ficcional. Eu o assisti e até escrevi uma crônica sobre ele, que está neste livro.

Brasília, 29 de dezembro de 2013.

O tempo e o vento

O Tempo e o vento é uma saga maravilhosa dos brasileiros da fronteira sul. É a obra prima de Érico Veríssimo. Não temos muitos romances históricos, que aprecio, pois são muito reveladores da nossa verdadeira identidade. Os meus dois favoritos são esse de Érico Veríssimo e *Viva o povo brasileiro* de João Ubaldo Ribeiro, também escrito no século XX, algumas décadas depois do romance de Veríssimo.

Não é a primeira vez que adaptam *O tempo e o vento* para a televisão. No momento, temos uma minissérie em três episódios, versão adaptada do filme de Jayme Monjardim. Apesar de estar muito resumida, vale a pena rever a história. Muito criativa a forma encontrada para condensá-la. Todos os antecedentes formativos do clã são narrados em flashback por Bibiana (Fernanda Montenegro) já anciã, que em seus delírios causados pela febre e pela senilidade, conversa com seu amado Capitão Rodrigo (Tiago Lacerda, gloriosamente lindo, como também esteve lindo, na versão anterior, Tarcísio Meira). Enquanto conversam, o Sobrado (contexto e personagem

na narrativa) está cercado pelos combatentes das duas famílias, duas facções políticas de Santa Fé, que estão ‘peleando’. De fato, durante os quase dois séculos que a histórica recobre, os homens lutam incessantemente, o vento não para de soprar e as mulheres não se cansam de esperar.

Vale a pena ver. A produção está esmerada, com uma fotografia digna de obras cinematográficas de respeito, e um elenco brilhante. Hoje vai ao ar o último capítulo. (Rede Globo, 10:30)

Brasília, 3 de janeiro de 2014.

Ricos e pobres na TV

Hoje em um agradável almoço, comendo um matrxã vindo direto da Amazônia, conversava com amigos sobre a qualidade das novelas de televisão. “Por que a última novela, de Manoel Carlos, ‘Em família’, não decolou e acabou sendo substituída por outra antes do tempo?”

Uma amiga acha que a novela era trivial demais, sem grandes emoções, assim como a vida familiar, rotineira, com pequenas alegrias e dramas previsíveis.

Pra mim, o que faltou à novela foram os grandes clichês próprios do gênero. Pra começar não havia um núcleo dos muito ricos, relacionando-se com o outro núcleo, dos pobres.

A família da trama era classe média alta e interagiu com pessoas mais pobres, mas sem grandes assimetrias, com direito a um casamento entre o rapaz pobre e a filha dos patrões.

O público brasileiro parece gostar de novelas com milionários, mesmo que sejam meio cafonas, como em Avenida Brasil”.



Se for assim, a novela que entrou em cartaz, “Império”, de Aguinaldo Silva, vai agradar em cheio. O núcleo rico, de fato, é um núcleo milionário, o patriarca, um poderoso comendador de origem obscura que, em raro golpe de sorte, inicia uma atividade clandestina com o comércio de diamantes, extraídos de garimpo no Monte Roraima - locações lindas, por sinal.

Sua mulher é de família tradicional, ex-rica, que soube farejar com competência o potencial do aventureiro das pedras preciosas. Juntos, constroem enorme fortuna.

Quanto ao núcleo pobre, é comandado por duas irmãs, mulheres guerreiras, mas solitárias e infelizes.

Os dois universos, dois estratos sociais tão distantes, já começam a se cruzar, pois um dos herdeiros da família poderosa atropelou e matou um dos filhos da família dos despossuídos. Já vimos esse filme.

Em meio a esse contraste, despontam personagens homossexuais, tão assíduos nas novelas brasileiras contemporâneas.

Vejamos como Aguinaldo Silva vai conduzir esse microcosmo que nos traz como representativo da sociedade urbana brasileira. Vejamos também se vai acertar a mão ao manipular os clichês que habitam nosso principal produto cultural de exportação e de consumo interno.

Brasília, 26 de julho de 2014.

Império I

A novela Império, assim como outras boas novelas recentes, é povoada por muitos personagens gays, o que reflete a própria constituição de nossa sociedade. O autor, Aguinaldo Silva, dedicou o capítulo de ontem à questão da homofobia. O personagem bissexual, Cláudio, profissional muito bem sucedido, bem casado e pai de dois filhos, até então conseguira manter em segredo a sua atração por belos rapazes. Ontem sua intimidade foi cruelmente desvelada na internet, por outro gay, esse sim, bem assumido. O resultado foi uma execração pública, começando pelo seu próprio filho. Não é raro no mundo contemporâneo que os filhos sejam mais conservadores em matéria de costumes e de crenças, que os pais.

A homofobia que estamos vendo na novela é a mesma que anda grassando nos campos de futebol e em outros cenários, e que às vezes assume perigosamente uma dimensão de violência contra cidadãos em virtude de sua opção sexual. Já que as novelas são o produto cultural mais consumido no pa-

ís, que essa nos dê oportunidade de pensar sobre a homofobia.

Brasília, 21 de setembro de 2014.

Amores Roubados

O conceito de honra é tema muito estudado pelos antropólogos. Penso nisso enquanto assisto à minissérie “Amores Roubados”, que é um hino ao machismo brasileiro. Entre nós a noção de honra varia muito de acordo com os gêneros - masculino ou feminino. Para os homens é uma questão de honra ser o primeiro a possuir uma mulher. E a partir dali, ela passa a lhe pertencer, portanto torna-se inadmissível que se envolva com outro homem. Justifica-se até, não sei se no direito positivo, ou apenas consuetudinariamente, que um homem mate sua mulher e o outro que ousou seduzi-la, e alegue legítima defesa da honra. Foi o que aconteceu no sertão nordestino, onde se passa a história que está sendo exibida na TV com sucesso.

Até meados do século XX era bem mais fácil para os homens manterem esse status quo. A chamada emancipação do sexo frágil alterou hábitos e aliviou culpas das mentes e corações femininos. Ao escrever isso, me ocorre o caso de amor clandestino do Presidente da França, recentemente tornado públi-

co, revelação que levou sua companheira de muitos anos, investida no papel de primeira dama, ao hospital.

Hoje termina a minissérie, não sei se com punição do marido traído que perpetrou o homicídio. Ouvi dizer que a esposa adúltera fará justiça com suas próprias mãos. É oportuno compararmos as reações de homens e mulheres no sertão brasileiro, com o que ocorre em outras culturas. E haveremos de concluir que a honra não é um valor absoluto, é um valor culturalmente condicionado. Como dizia Sérgio Buarque de Holanda: “Não existe pecado do lado de baixo do Equador”, e eu acrescentaria: para os homens, naturalmente.

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Nu de botas

Em boa hora comecei a frequentar um Clube de Leitura. Neste mês nossa tarefa era ler o livro de crônicas e contos em que o jovem colunista da Folha, Antonio Prata, fala de sua infância. Uma leitura deliciosa: Nu porque o menino é assombrado pelos medos tipicamente infantis, em especial que descobrissem a troca de cartas com a coleguinha de classe no primeiro ano, que pediu para namorar com ele, e de botas porque elas eram o ícone que o identificava com os super heróis.

Antonio nasceu em 1977, filho de uma jornalista e um escritor e cresceu no bairro de classe média do Itaim Bibi, em São Paulo, num período em que os brasileiros urbanos e com bons empregos estavam descobrindo as maravilhas da tecnologia importada.

Não são simples reminiscências. Como alerta o editor, Antonio ‘retrocede ao ponto de vista da criança’, no final da década de 1970 e início da seguinte, passando pela Copa de 1982, de Sócrates, Maradona e Paulo Rossi. Pertence a uma

geração que cresceu aconchegada no sofá em frente à televisão e é de lá que ele tira quase todas as suas referências, do Gugu ao Pinóquio. As lembranças vão do assoalho da sala no sobrado da vila onde vivia, inicialmente com o pai e a mãe, depois da separação dos pais, com a mãe e as irmãs, até o cometa Halley, em 1986, ano da Copa do México.

Suas descobertas são muito reveladoras de seu espírito irrequieto: onde fica Deus? Por que as pessoas gostam de revistas de sacanagem? Será que todo mundo fazia cocô, até a mãe dele? Até o Bozo? Que fazer com um animal de estimação? Como a Vó do Walter podia tirar, toda noite, os dentes e as gengivas e guardá-los num copo? Por que havia bandidos? Por que eles não iam à escola? Por que o pintinho a quem ele deu goiabada e coca-cola de repente parou de funcionar? E por que a tartaruga com quem ele dividiu o chiclete ficou imóvel, de barriga pra cima, no fundo da bacia?

São descobertas encantadoras e não há como não se emocionar ao adentrar aquele universo.

Mas o que encantou mesmo a educadora que mora dentro de mim foi perceber como Antonio e suas irmãs iam penetrando no mundo do letramento. O ponto alto é quando estão na praia e a mãe e o padrasto os brindam com a história de Romeu e Julieta. Rejeitam o final trágico do casal de Verona, acostumados que estavam com as histórias de final feliz, mas o vírus da literatura clássica estava inoculado, e passaram pelos Irmãos Grimm e Monteiro Lobato e nunca mais pararam.

Vem daí a grande diferença, um fosso mesmo, entre o aproveitamento escolar dos filhos de pais letrados e dos filhos de pais analfabetos ou analfabetos funcionais. Recomendo a leitura aos psicólogos educacionais que constroem teorias complexas para explicar a aprendizagem ou os seus diferentes ritmos. De fato, recomendo o livro a qualquer adulto, que tenha filhos ou netos ou que queira somente evocar as experiências maravilhosas de sua própria infância, no lar e na escola.

Nu, de botas, Prata, Antonio, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Brasília, agosto de 2014.

Império II

O Autor de novela, mais do que qualquer outro ficcionista, é um deus que põe e dispõe sobre a vida e a morte, sobre o amor e o desamor, sobre a fortuna e a pobreza.

É comum que as tramas das novelas brasileiras abranjam mais de uma geração. A primeira que usou esse recurso, se me lembro bem, foi “O Casarão”, novela de Lauro César Muniz exibida em 1976. A história cobria um lapso de 76 anos com várias gerações, todas embaladas ao som da belíssima “Fascinação”. O casal protagonista jovem era vivido por Gracindo Junior e Sandra Barsotti, depois de envelhecidos foram substituídos por Paulo Gracindo e Yara Cortes. É fácil envelhecer personagens, às vezes basta o recurso da maquiagem. O mais difícil é rejuvenescer personagens, como aconteceu agora na novela Império.

Não é raro que filmes, séries e novelas enfrentem a morte de um ator ou atriz. No Brasil dois casos comoventes foram a morte de Jardel Filho, na novela “Sol de Verão” e a de Daniella Perez na novela “De Corpo e Alma”, brutalmente assassi-

nada em 1992. Felizmente o problema que o autor de Império está enfrentando não é trágico. A atriz Drica Moraes, a vilã Cora na novela, sofreu um problema de afonia e teve de ser substituída. O curioso é que foi substituída pela jovem que deu vida à personagem na juventude, a atriz Marjorie Estiano, que está dando bem conta do recado. Mas de repente foi preciso explicar a milhões de telespectadores que Cora havia passado por um processo de rejuvenescimento: Uma plástica? Uma mágica? Por sorte para Aguinaldo Silva, telespectador de novela não é exigente, nem muito preocupado com a lógica, sequer a cronológica.

Diante de muitos fatos adversos, o comendador protagonista decidiu simular sua morte, o que

não é novidade desde os tempos de Shakespeare. Quem não se lembra da poção que Frei Lourenço deu à Julieta? No caso dos dois enamorados de Verona o estratagema não deu certo. Esperemos que a garrafada dos espíritos da floresta que José Alfredo vai tomar permita que ele volte à vida.

Antes de terminar, mais uma palavrinha. Me impressiona muito a subtrama de Leonardo. Abandonado pelo amante e mantenedor, entra em rápida decadência moral e física que o leva a morrer na rua. Há de fato uma distância pequena entre a vida regular sob um teto seguro e a condição de morador de rua.

Brasília, 12 de dezembro de 2014.

Capítulo 4

Fala, Professora

“O menino de Ouro Fino era uma criança como outra qualquer, que tenha o português como língua materna, mas que o fala como o ouve em sua rede social. O resto é blá-blá-blá.”



Seis semanas de férias

Nestas seis semanas de férias, que passamos à beira-mar, todo verão, em busca de lazer e de iodo marinho que possa prevenir um mineiríssimo bócio em minha tireoide, sempre contamos com o apoio de alguma moça da terra, que se encarregue da cozinha e mantenha a casa limpa, o que me é muito conveniente, já que não sou afeita aos trabalhos domésticos.

Neste verão temos uma moça de pouco mais de vinte anos, nascida e criada na cidade de Salvador.

Há poucos dias ela me disse:

– D. Stella, é preciso comprar um limpa vidros porque o box no banheiro está embaçamado.

É claro que entendi perfeitamente o que ela queria, mas resolvi espichar a prosa.

– O que que há com o box? Perguntei.

– É que fica embaçamado, por causa da maresia.

Não sei se o “embaçamado” é uma variante local ou se é idiossincrático, do repertório de minha auxiliar. Teria que perguntar à Profa. Suzana Alice Cardoso da UFBA que, além de baiana, é uma exímia dialetóloga e coordena um projeto de dialetologia de âmbito nacional.

Mais tarde, depois que comprei o líquido de limpar vidros, uma amiga nos presenteou com uma tigela de mungunzá. Só de olhar já vi que era uma vasilha com canjica. Aquela feita de grãos de milho no molho de leite, ao qual algumas pessoas acrescentam coco ralado ou até amendoim. É um prato muito popular em nossas festas juninas no Distrito Federal.

Pois bem, por aqui, canjica tem o nome de mungunzá e a nossa canjica é referida como curau, que pra nós não é canjica, é um creme de milho verde, muito saboroso.

Complicado? Não é muito. Isso é variação lexical, a que incide nas palavras. Neste país muito grande, com quase duzentos milhões de habitantes, não há muita variação linguística de natureza geográfica. Ou melhor, a variação regional é per-

cebida principalmente na curva melódica dos enunciados, que chamamos de sotaque, e em algumas palavras, que variam de um lugar para outro, mas não impedem a compreensão entre pessoas de diferentes regiões. É o caso de “canjica”. De fato, há mais variação quando comparamos o português que usamos nas áreas urbanas e o que é empregado em áreas rurais, ou rurbanas, ou seja, áreas situadas nas periferias das cidades ou em distritos, onde a população preserva muitos traços de sua cultura rural.

Aproveitei a canjica e o mungunzá para explicar à minha auxiliar que às vezes temos dois nomes, ou até mais, para nos referirmos à mesma coisa. É o caso do vidro ‘embaçamado’. Você diz embaçamado, eu digo ‘embaçado’. Tanto faz uma forma ou outra. Nós geralmente usamos a que é mais usual na fala das pessoas que nos cercam.

Quando temos duas variantes de uma mesma palavra, é comum que uma delas seja avaliada como correta, enquanto a outra recebe a pecha de erro, ou de manifestação de ignorância, mesmo quando ambas estão dicionarizadas. Essa é

uma atitude muito disseminada na sociedade brasileira.

Nas escolas que recebem alunos de diversas origens geográficas, alguns oriundos de zona rural, com frequência aqueles que falam de modo diferente sofrem discriminação. Contou-me uma colega professora que, ao frequentar a sua primeira escola, recém chegada do campo, perguntou à professora:

– “É pra copiar o que tá lá em riba, no quadro também?” _ apontando para a data e o nome da escola, dispostos bem em cima, no quadro de giz.

A professora caçoou dela. Disse que “em riba” é fala de gente ignorante.

Lamento dizer isso, mas foi a professora nesse caso que deu prova de ignorância. Desconhecia a expressão ou a julgava inadequada ou anacrônica. Por mais estranhos que os modos de falar

de nossos alunos soem aos nossos ouvidos, acostumados à linguagem urbana, ou à linguagem veiculada na mídia, a expressão de nossos alunos ou de qualquer outro interlocutor merece todo o respeito. E é bom aprendermos também que, em qualquer língua, existem com frequência duas ou mais formas de se dizer a mesma coisa.

Despeço-me aqui dizendo _”Tchau”; mas poderia dizer também – “Até amanhã”, ou “Até à vista”, ou “Até outro dia”. Também podia dizer: – Vou vazar, fui”.

Posso escolher qualquer uma dessas formas de me despedir. Geralmente escolhemos a que julgamos que será mais bem recebida pelo interlocutor. Quanto ao mungunzá ou canjica, experimentem. Vale a pena.

Salvador, BA, 16 de fevereiro de 2009.



Refletindo sobre o Letramento no Brasil

Hoje, dia 8 de setembro, comemora-se o Dia Internacional da Alfabetização. Existem mais línguas ágrafas que línguas com sistema de escrita no mundo. Nessas últimas, a escrita e sua contraparte, a leitura, provocaram grandes mudanças sociais. Tais mudanças sociais, provocadas pela cultura escrita, recebem o nome de Letramento.

A data é uma boa oportunidade para refletirmos sobre o Letramento no Brasil. Nosso País sofre, desde o seu surgimento no concerto das nações, com o problema do analfabetismo extensivo. Dois aspectos da questão me chamam especialmente a atenção. O primeiro é histórico; o segundo se refere ao desempenho das escolas em nosso País contemporaneamente. A população brasileira nunca foi majoritariamente alfabetizada. Em meados do século XX, em 1940, a porcentagem de analfabetos, considerando os indivíduos de 15 anos ou mais, ainda era de 56 %. Em 1990 era de 19%. Naturalmente que, em números absolutos, o quantitativo de analfabetos

vem crescendo, acompanhando o crescimento da população total.

A publicidade governamental há mais de uma década nos informa que mais de 90% das crianças em idade escolar estão matriculadas em escolas. No entanto esse dado não inclui as crianças de menos de seis anos. Também há que se levar em conta as desigualdades regionais. Segundo dados do IDEB, Maceió, por exemplo, tem 52 mil crianças de 0 a 5 anos fora da escola. Com 2,3 pontos nos anos finais do ensino fundamental, Maceió é a capital com o pior desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação. Mas a história não se encerra com os dados quantitativos. O principal problema hoje em dia é de natureza qualitativa. Nossa escola, de modo geral, não vem atingindo os seus objetivos de alfabetizar bem e letrar as crianças e os jovens.

Entre 2001 e 2011, o domínio pleno da leitura caiu de 22% para 15% entre os que concluíram o Ensino Fundamental II (do quinto ao nono ano), e de 49% para 35% entre os que fizeram o Ensino Médio. Com Ensino Superior, 38% não che-

gam ao nível pleno (www.ipm.org.br). De fato o número de analfabetos funcionais, ou seja, os que não apresentam esse nível pleno de leitura, equivale à população de dois Chiles.

A Prova ABC, aplicada nas escolas das capitais, em 2011, foi a primeira avaliação externa da Alfabetização das crianças de 8 anos, conduzida no Brasil. Realizada pelo movimento Todos Pela Educação, pelo Instituto Paulo Montenegro/Ibope, pela Fundação Cesgranrio e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – mostrou que somente pouco mais de metade das crianças avaliadas apresentou aprendizado adequado em leitura e escrita no final do terceiro ano do Ensino Fundamental, e essa proporção cai para pouco mais de 40% em Matemática.

Outros sistemas de avaliação de larga escala, voltados para a aferição da aprendizagem de estudantes de mais idade, como a Prova Brasil e o ENEM, também mostram que nossos alunos têm domínio precário das habilidades de leitura e es-

crita e do uso das operações básicas de Matemática.

Diante dessa falência dos sistemas escolares, pode-se afirmar, em conclusão, que é crucial que os cursos de formação de professores abram espaço curricular para uma Pedagogia da Leitura e da Escrita. Nossa escola está equivocada ao acreditar que a alfabetização se conclui com a aquisição do princípio alfabético, terminada a aprendizagem da decodificação; da associação entre cadeias sonoras e notações gráficas. A alfabetização tem época para começar, mas não tem época para acabar. Ao longo de todo o ensino básico é indispensável que os alunos brasileiros desenvolvam habilidades de leitura, principalmente as relacionadas à metacognição, que são aquelas habilidades relativas à consciência do próprio esforço cognitivo que os leitores empreendem, quando estão realizando uma leitura.

Após o período de alfabetização, propriamente, é comum que a escola sinta-se desobrigada a proceder ao trabalho pedagógico com a leitura. Entende-se que, se o aluno já lê fluentemente, já

completou seu treinamento como leitor. Pelo contrário, ao atingir a leitura fluente, nossos alunos deverão começar um programa de leitura, no qual terão a oportunidade de conhecer diversos gêneros textuais, perceber sua estrutura e tomar consciência de seu diálogo com o texto na condição de leitores.

Considerando que o Brasil tem o sexto Produto Interno Bruto – PIB – do mundo, é lamentável constatar que nossos índices de escolaridade estejam entre os piores. Só com a Constituição de 1988, o ensino fundamental tornou-se compulsório. O processo de alfabetização da população tem sido lento e desafiado programas como o Mobral, Alfabetização Solidária e o atual Brasil Alfabetizado, conduzidos pelo Governo Federal nas últimas décadas. Com 13,9 milhões de jovens, adultos e idosos que não sabem ler nem escrever – ou 9,6% da população de 15 anos ou mais, segundo o Censo 2010 –, o Brasil terá de dobrar o ritmo de queda do analfabetismo para cumprir a meta assumida perante a ONU de chegar à taxa de 6,7% em 2015.

Essa meta é, sem dúvida, a mais importante que temos a atingir e deve ser um compromisso de toda a sociedade, não somente dos governos e órgãos públicos nas esferas, federal, estadual e municipal. Temos de nos convencer, sem sombra de dúvida, que atingir essa meta é mais relevante para o País que ganhar a Copa do Mundo em 2016.

Brasília, setembro de 2012.



Há 200 anos, ideias de Darwin causam temor

Na semana em que se comemora o bicentenário de nascimento de Darwin e, por coincidência, no ano do sesquicentenário da publicação de seu livro mais célebre, *A Origem das Espécies*, como explicar a persistente má vontade para com suas teorias em países que abrigam as melhores universidades e costumam ganhar a maiorias dos prêmios Nobel nas categorias científicas?

Charles Darwin é um paradoxo moderno. Não do ponto de vista da ciência, área em que seu trabalho é plenamente aceito e celebrado como ponto de partida para um grau de conhecimento sem precedentes sobre os seres vivos. Sem a teoria da evolução, a moderna biologia, incluindo a medicina e a biotecnologia, simplesmente não faria sentido. O enigma reside na relutância, quase um mal estar, que suas ideias causam entre um vasto contingente de pessoas, algumas delas fervorosamente religiosas, outras nem tanto.

Veja o que ocorre nos Estados Unidos. O país dispõe das melhores universidades do mundo, detém metade dos cientistas

premiados com o Nobel e registra mais patentes do que todos os seus concorrentes diretos somados. Ainda assim, só um em cada dois americanos acredita que o homem possa ser produto de milhões de anos de evolução.

Outros pilares da ciência moderna, como a lei da relatividade, de Albert Einstein, não suscitam tanta desconfiança e hostilidade. Raros são aqueles que se sentem incomodados diante da impossibilidade de viajar mais rápido que a luz ou saem à rua em protesto contra a afirmação de que a gravidade deforma o espaço-tempo. Eviden-



temente, o núcleo incandescente da irritação causada por Darwin tem conotação religiosa.

A teoria da evolução de Darwin usa o termo em sua conotação científica. Neste caso, a teoria é uma síntese de um vasto campo de conhecimentos formado por hipóteses que foram testadas e comprovadas por leis e fatos científicos. Ou seja, uma linha de raciocínio comprovada por evidências e experimentos. Por isso, quando é ensinado numa aula de religião, o Gênesis está em local apropriado. Colocado em qualquer outro contexto, só serve para confundir os estudantes sobre a na-

tureza da ciência.

Hoje, os biólogos se dedicam a responder questões ainda em aberto no evolucionismo, como quais são exatamente as mudanças genéticas que provocam as adaptações produzidas pela seleção natural. É espantoso que, enquanto continuam a desbravar territórios na ciência, as ideias de Darwin ainda despertem tanto temor.

Salvador, 7 de fevereiro de 2009.



Aniversários, Charles Darwin e Mata Atlântica (Não necessariamente nessa ordem)

Descobri ontem, lendo excelente matéria na revista Época desta semana, de autoria de Peter Moon –“Darwin estava errado?”, a propósito do bicentenário de nascimento do maior cientista do século XIX, que nasci no mesmo dia do mês que ele. Já havia descoberto, quando passei meu aniversário de vinte anos nos Estados Unidos, que também sou malunga com Abraão Lincoln, mas confesso que partilhar meu aniversário com o britânico Charles Darwin me emociona mais que partilhá-lo com o presidente americano que venceu a Guerra da Secessão e aboliu a escravidão em seu país, ainda que eu o respeite muito.

Apreendi também, na mesma reportagem especial, que a primeira parada do brigue de três mastros e seis canhões da Marinha Real, que trazia a bordo o jovem naturalista, Charles Darwin, foi em Salvador, em 29 de fevereiro de 1832. No Recôncavo Baiano, Darwin ficou mesmerizado com a visão da Mata Atlântica, sua primeira experiência com a profusão de vida animal e vegetal em uma floresta nos trópicos.

A viagem no Beagle durou seis anos (1831-1836). Da Bahia, a expedição rumou para o sul, margeando a costa, parando em Montevideu, Buenos Aires e Ilhas Malvinas. Contornou o extremo sul do continente, pelo Estreito do Beagle e demandou o norte, seguindo pelo litoral do Chile até Galápagos, no Equador. A cada parada, Darwin observava a fauna e fazia as anotações que o levaram a desenhar a árvore da vida, ao chegar à Inglaterra. Nessa árvore cada ramo é uma espécie, que conduz a novas espécies, no processo de adaptação pela sobrevivência.

Hoje em dia, com as pesquisas do DNA, os cientistas sabem que a árvore é de fato uma teia, mas as ideias revolucionárias de Darwin continuam válidas. Existem evidências contemporâneas de que as mutações se dão por meio de infecções virais. Quando são adaptativas essas infecções, que podem inocular espécies distintas, invadem o DNA dos hospedeiros e promovem mudanças.

Com as revisões que a pesquisa moderna permitiu, o darwinismo continua mais válido que

nunca e tem influenciado muitas ciências, inclusive a Linguística. Os sociolinguistas sabem que toda língua está em permanente mutação. Antes de uma mudança se consolidar, aquele traço passa por um processo de variação. O que os sociolinguistas ainda não sabem, com certeza, é se toda mudança linguística é funcional, isto é, visa a tornar a comunicação mais ágil. Por exemplo, quando falamos, “Encontramos eles lá no Pelô” transmitimos a mensagem de forma mais clara que no enunciado “Encontramo-los no Pelô”. Mas há mudanças que não tendem à economia. Tendemos a dizer “Eu sou mais velha do que ela”, em vez de “Sou mais velha do que ela.” Esse é um assunto que ainda vai merecer muita reflexão.

Na minha família, éramos apreciadores de Charles Darwin. Para meu pai, agnóstico, a sua maneira, a aceitação da teoria não trazia nenhum conflito. Minha mãe, devota de muitos santos e das almas do Purgatório, de mineiríssima tradição religiosa, era muito letrada, e por isso sabia que o marido tinha razão ao ensinar às filhas o princípio

da evolução das espécies. Fui criada aprendendo a respeitar as ciências. Durante meus anos de colégio interno, me calava sobre minha crença no darwinismo. Não queria escandalizar as freirinhas, tão ingênuas em relação aos fatos da vida. Ademais, essa crença não afetava meu fervor religioso, que cultivo até hoje, e tem seu espaço numa dimensão mais afetiva que racional.

Quanto à Mata Atlântica, que encantou Darwin, ainda se podem encontrar alguns resquícios na região de Salvador. Mas no sul da Bahia, em Iheus e Itacaré, existem áreas extensas cobertas

pela floresta. É lá que vivem os micos leões dourados que, certamente, passaram por muitas adaptações para sobreviver à fúria devastadora do bicho homem. Aprenderam recentemente a atravessar a BR 101 por cima das redes que foram postas de lado a lado da estrada, a uma altura de cerca de dez metros, para ajudar na preservação desses nossos parentes primatas de cara cor de ouro.

Salvador, 8 de fevereiro de 2009.



As time goes by: A todo domingo, segue-se uma segunda-feira

Ontem, domingo, saí para caminhar de manhã. Tenho o mais genuíno prazer de caminhar, aos domingos, sem muita pressa, pelas ruas do meu bairro. Quando a caminhada se prolonga ainda tenho tempo de ouvir o programa “Memória musical”, na Rádio Nacional, FM de Brasília, às 11h. A produtora e apresentadora, Bia Reis, entrevista cantores e músicos em geral que nos dão verdadeiras aulas de MPB e de Brasil.

Minha caminhada tinha um destino certo: a banca de revista, onde eu queria adquirir o livro-dvd “Casablanca”, que é o segundo lançamento de uma edição de filmes clássicos ora em andamento. Casablanca, com Ingrid Bergman e Humphrey Bogart, dirigido por Michael Curtis em 1942, é um filme de baixo orçamento, que se transformou num ícone do cinema romântico. Contém cenas antológicas como aquela rodada no Rick’s Café em que Ilza (Ingrid Bergman) pede ao pianista Sam (Dooley Wilson) que toque a música “As time goes by”, e também a cena final do aeroporto, muitas vezes parodiada e imitada.

Interesso-me por Casablanca não só porque sou uma confessada cinéfila, especialmente de filmes de amor. Há uma razão familiar também. Meu pai, até o final de sua vida, aos 86 anos de idade, viu e reviu Casablanca mais de cem vezes. Fico curiosa para descobrir qual o efeito mágico que esse filme produzia sobre um cidadão brasileiro, autodidata (Ele dizia que seria o último analfabeto na família, e providenciou para que seu desejo se concretizasse). Nunca saiu do Brasil, mas generosamente me propiciou a oportunidade de cursar parte de minha graduação nos Estados Unidos.

Talvez o que o mesmerizasse tenha sido a beleza de Ingrid Bergman. Ou talvez a trama política, durante a Segunda Guerra Mundial. O fato é que ele, também um cinéfilo, nunca apreciou um filme mais do que Casablanca.

Hoje, segunda-feira, tive de deixar a celebração de Casablanca e retomar meu trabalho na formação de professores que sejam agentes letradores. Vejam uma amostra desse trabalho, que também me encanta, ainda que não seja romântico,

nestas mensagens trocadas com um professor (E).

Meu nome é E. Sou aluno de Mestrado. Por favor, se possível gostaria que a senhora me auxiliasse no sentido de solucionar uma pequena dúvida minha.

Na minha dissertação trabalho com reescritura textual, analisando textos de alunos. Estudo a reescritura dos alunos motivada pela correção do professor. Ao observar os textos dos alunos e os problemas sinalizados pelo professor na correção, deparei-me com o seguinte fenômeno: um aluno escreve “nós avistemos”, “nós aguentemos” e “nós seguremos” e o professor os destaca. Minha dúvida é como categorizar esse fenômeno: isso poderia ser considerado um desvio de ortografia? Ou há uma denominação especial para casos de variação como esse?

Meu caro E. As formas “avistemo(s)”, “cheguemo(s)” etc. São muito comuns na língua oral no Brasil, especialmente em comunidades cujos membros têm pouca escolaridade e pouco acesso a práticas sociais letradas, e que estão afasta-

das de centros urbanos. Observe que, no pretérito, a vogal temática da primeira conjugação é /e/, na primeira pessoa do singular: “avistei”; “cheguei” ou seja, um alomorfe da vogal /a/, que marca a primeira conjugação. Na forma da primeira pessoa do plural, os falantes podem estar usando a primeira pessoa do singular como paradigma: avistei>avistemu. Se em sala de aula os alunos estão usando a variante “avistemu” é porque a têm em seu repertório oral. Cabe aos professores mostrar a eles as duas variantes e treinar o uso da variante “avistamos”, que deve ser usada em estilos monitorados e na língua escrita. Desejo-lhe boas pesquisas em Sociolinguística.

Stella Maris.

Brasília, junho, 2012.



Veni, vidi, vinci

“Ei, Stella”. Você que vive por aí estudando, me diga por que ninguém sabe usar o verbo “vir”. Por todo canto, só ouço as pessoas dizerem: “Eu não quero vim”; “Ele me disse que num vai vim”.

Quem me interpelava era uma amiga, colega da hidroginástica. Ela tem demonstrado uma especial perspicácia na percepção de fatos linguísticos, embora os Estudos da Linguagem não sejam sua área profissional. Creio que o fato de ser bilíngue, tendo aprendido o alemão antes do português, a predisponha a prestar mais atenção a fenômenos da língua.

De fato, o uso do verbo “vir” é um caso peculiar e interessante no nosso português contemporâneo, distinto do emprego de outros verbos. De modo geral, no português brasileiro, suprimimos o “r” dos infinitivos verbais. Também suprimimos esse segmento ao final de palavras que não são verbos, mas a maior frequência de supressão se dá com os infinitivos verbais. O infinitivo é, por assim dizer, o nome do verbo, a forma que aparece nos dicionários para designar o verbo. Todo infi-

nitivo (dito impessoal) termina com o fonema /r/. Quando estamos conversando de forma despreocupada, não pronunciamos esse fonema. Fazemos é esticar a vogal da sílaba final, como em “Vou desligaaaaá, agora”; “Num dá pra você su-biiiiiii o som aí?”.

Com o verbo “vir”, que é um verbo irregular, não suprimimos o fonema /r/ final. Substituímos a forma do infinitivo “vir”, pela forma da primeira pessoa do tempo passado: “Eu vim ontem”.

Não é só nessa forma do verbo que aparece uma vogal nasal ou nasalizada. Também no imperfeito: “vinha”, ou no gerúndio “vindo”. E até a forma da terceira pessoa do plural, “vieram”, é realizada por alguns como “vinheru”. É que, na sua origem, no seu berço latino, esse verbo era “venire”. Mas no português, que é uma das línguas que resultaram da evolução do latim, em contato com outros idiomas durante a expansão do império romano, o verbo se consolidou com a forma “vir”. Em espanhol é “venir”, mais próxima do avozinho latino.

“É conhecido o enunciado de Júlio César, o grande general romano, ao relatar uma vitória ao Senado: “veni, vidi”, vinci”, ou seja, vim, vi e venci. Isso foi no ano 47 a.C. Bem antes que no extremo oeste da Península Ibérica se falasse alguma coisa já parecida com o português. Os especialistas consideram que o primeiro documento escrito em português data de 1175 d.C., portanto 1222 anos depois da famosa esnobada de Júlio César ante o Senado Romano. Nesse ínterim, o próprio Júlio César conquistou a Península Ibérica e plantou ali as sementes do que viria a ser a nossa língua e muita água rolou do leito do Tejo para o Oceano Atlântico.

Voltando ao verbo “vir”, e respondendo a minha amiga, temos hoje em dia duas maneiras de usar o infinitivo impessoal desse verbo. Quando estamos prestando atenção à fala, de modo a atender às expectativas de nossos interlocutores que esperam de nós anuência às prescrições gramaticais, usamos a forma (ou variante) “vir”. Quando estamos falando de maneira despreocupada, entre amigos, sem pressões, às vezes usamos a forma “vim”. Assim: “Acho que não vô vim não. Tô

ocupada até a tampa”. Essa variante, naturalmente, não é abonada pela gramática e seu emprego não é recomendado na língua escrita. Os professores têm de ficar atentos, porque muitas crianças, e até estudantes mais maduros, desconhecem a variante “vir”, em benefício da variante “vim”, que não é considerada elegante ou adequada, embora seja possivelmente mais usada do que a forma mais chique do infinitivo do verbo.

Brasília, 26 de abril de 2009.



Ensinando e aprendendo a ler, escrever e calcular

Quando o Congresso Nacional aprovou a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, estabeleceu que o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, tem por objetivo desenvolver a capacidade de aprender, por meio do pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo. Andou bem o legislador, pois a capacidade de ler, escrever e lidar com números, medidas e representações de grandezas é a base para a construção de conhecimentos adquiridos na escola ou na interação social. É preciso saber ler, escrever e calcular, ou como se diz hoje em dia, é preciso adquirir competências e habilidades no letramento literário, matemático e científico para se avançar na aquisição de habilidades mais complexas e específicas, exigidas nas rotinas da vida em sociedade e nas atividades profissionais.

Nosso Ensino Fundamental, que hoje está previsto para nove anos, a partir dos seis anos de idade, tem falhado, no entanto, em ensinar essas competências básicas, previstas na lei que define a política de educação no país. Desde 1990 o Mi-

nistério da Educação vem realizando exames nacionais para avaliar a competência dos alunos em língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental e Médio. Trata-se do SAEB, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, cujos resultados têm sido motivo de preocupação, e até alarme, tanto no governo quanto na mídia. Vejamos alguns números. Nos testes de leitura do SAEB, aplicados em 2001, 59% dos alunos de quarta série tiveram resultados críticos ou muito críticos. Isto significa que quase 60% de nossas crianças, depois de pelo menos três anos de escola, não são capazes de ler e entender o que estão lendo. Em matemática os resultados foram também muito fracos: quase 53% das crianças nesse nível de escolarização tiveram desempenho ruim no teste. Na edição de 2003 do mesmo exame houve alguma melhora nas médias, mas só em algumas regiões a diferença é estatisticamente relevante.

Os resultados do SAEB mostram ainda que o desempenho de nossas crianças é mais baixo nas regiões mais pobres, onde o índice de desenvolvimento humano também é mais baixo. Os resulta-

dos do Sul e Sudeste são bem superiores à média nacional e às médias do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Outros dados preocupantes são fornecidos pelo Instituto Paulo Montenegro do IBOPE, responsável pelo Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional _ INAF. Esse índice é construído mediante avaliação de habilidades de leitura, escrita e matemática em uma amostra de 2 mil pessoas de quinze a sessenta e quatro anos.

Os últimos resultados, divulgados este ano, mostraram que 80% das pessoas com escolaridade inferior a três anos não conseguem ultrapassar o primeiro nível de alfabetismo matemático. Mostram também que entre os que cursaram pelo menos quatro anos de escola, há quase 40% de analfabetismo matemático absoluto, ou seja, 4 em cada 10 brasileiros com esse nível de escolaridade não estão aptos a enfrentar situações que exijam habilidades matemáticas básicas. A dificuldade em trabalhar conceitos matemáticos principia no próprio fato de que são incapazes de ler e entender os enunciados dos problemas.

Sabemos que o analfabetismo é problema gravíssimo no Brasil, embora os dados do IBGE indiquem um aumento na população alfabetizada de 66% em 1970 para 80% em 1991. A previsão de redução do analfabetismo, mesmo considerando-se melhorias no sistema educacional e a mortalidade nas faixas etárias acima de 50 anos, ainda é muito modesta. Prevê-se um decréscimo de 0,06% no número de analfabetos até 2010 e de 0,09 % até 2020. Temos razões de sobra para nos preocuparmos porque, por um lado, são conduzidos programas de alfabetização de jovens e adultos, mas, por outro, a própria escola não está garantindo a alfabetização funcional das crianças e adolescentes.

Esse parece ser um problema afeto somente aos educadores e aos sistemas de ensino, mas de fato é um seriíssimo problema nacional. Que podemos esperar do futuro deste país a curto e médio prazo se as gerações que estão na escola leem tão precariamente? Estamos diante de um problema estrutural, de múltiplas causas, mas uma forma viável de abordá-lo é pensar na formação dos professores das primeiras séries escola-

res. Nesse nível a formação inicial se dá nos cursos de pedagogia. O ensino de Língua Portuguesa e de Matemática, nas universidades, fica a cargo das respectivas licenciaturas e há ainda pouco diálogo entre essas licenciaturas e os cursos de Pedagogia. No entanto esse diálogo pode trazer benefícios à formação dos professores de séries iniciais, especialmente na formação do alfabetizador e no ensino da leitura e escrita. A Linguística e as Ciências da Linguagem em geral já acumulam no Brasil um grande acervo de reflexão sobre alfabetização e linguagem, que é útil à formação específica do professor e pode ajudá-lo de fato a trabalhar os problemas que têm sido diagnosticados na competência dos alunos. Os programas de educação continuada já estão incorporando esse acervo em seus currículos. Esperemos que os programas de formação inicial, nos cursos de Pedagogia e no curso de Magistério do ensino médio possam e queiram fazer o mesmo.

Nota: Para mais informações sobre o SAEB, consulte o site do [Inep](http://inep.gov.br).

Para mais informações sobre analfabetismo no Brasil, consulte [Universia Brasil](#); [IBGE](#); [IPEA](#).

Para mais informações sobre [indicadores de alfabetismo, consulte o portal do [Instituto Paulo Montenegro](#).

Texto publicado no Correio Braziliense, 5/11/2004, republicado na Revista Letra – Oralidade e Letramento, UFRJ, ano IV, vol 1, jan-jul/2005.

A row of flamboyant trees (Flamboyants) in a park setting. The trees have thick, brown trunks and large, green, heart-shaped leaves. They are planted in a row on a grassy area. In the background, there are other trees and a clear blue sky.

Uma colcha de retalhos (ou meu artesanato de patchwork)

Uma chuvinha fina encurtou a minha caminhada, Mesmo assim pude ver muitos passarinhos (a maioria marrom) pousados na fiação, que por aqui é aérea (em muitas áreas de Brasília, a fiação é subterrânea). Minha vista se deteve nos flamboyants, alguns são tão frondosos, com troncos tão grossos que imagino sejam mais antigos que a cinquentenária Brasília. Enquanto caminhava, uma sucessão de pensamentos não encadeados ocupava a minha mente. Eram tão díspares que pensei em chegar em casa e registrá-los.

Comecei pensando em como as palavras homófonas, mas não homógrafas, são verdadeiras armadilhas até para os redatores experientes de jornais. Homófonas são duas palavras distintas que têm a mesma pronúncia: “traz” do verbo trazer e “trás” advérbio formam um par de homófonos (mesma pronúncia e grafia diferente). As pessoas confundem muito as duas palavras. Hoje, antes de sair passei os olhos pelo jornal e vi que até a Folha de São Paulo escreveu “trás”, onde queria usar “traz”.

É por isso que eu vivo insistindo que é preciso ensinar ortografia sistematicamente na escola. Penso que é uma falácia achar que ortografia é um estudo de somenos importância. As pessoas podem ser muito estigmatizadas se erram na ortografia de uma palavra.

Dos homófonos meu pensamento saltou para o tratamento “O senhor”, “A senhora”. Tenho amigas que se sentem ofendidas quando alguém se dirige a elas por “senhora”. Pensam logo: devo estar um bagulho, vou voltar pra casa, renovar a base e pôr um pouco de blush. Convém também mudar de roupa.

O fato é que as pessoas hesitam em dirigir-se a uma mulher como “você” ou como “senhora”. O primeiro tratamento pode parecer desrespeitoso, mas ela poderá reagir mal ao segundo. O mesmo hoje em dia acontece com os homens, que costumam reagir: “O senhor está no céu”.

O parâmetro para se escolher entre o pronome mais simétrico “você” e o mais cerimonioso, “senhor/senhora”, não é só a idade que alguém tem ou aparenta ter. É preciso levar em conta tam-

bém os estamentos sociais tão consolidados no Brasil, e, principalmente, o papel social que cada interagente está desempenhando no momento da conversa.

Há um teoria sociolinguística que atribui a forma única de tratamento “you”, da língua inglesa, em contraste com os pares “tu” e “vous” do francês ou “tu” e “usted” do espanhol, ou mesmo o “tu” e “você” do português lusitano, à consolidação da democracia mais igualitária que começou na Inglaterra, quando os nobres enquadraram o João sem Terra e o obrigaram a assinar a constituição, a primeira, cuja cópia se encontra no Museu Britânico. Minha mãe aludia a casos de casais (seus avós e coetâneos) cujas esposas chamavam os maridos pela forma “O Senhor”..... Nós, crianças, achávamos graça. Conheci bem minhas avós, materna e paterna, mas não conheci meus avôs, por isso nunca pude constatar o tratamento que elas dispensavam aos maridos. Tudo isso passou pela minha cabeça, enquanto andava, não sei bem por quê. Dos avós, saltei para a posse de Barack Obama. O trechinho do discurso de posse de que mais gostei foi “Mi-

chelle, I never loved you more”. Ele me parece muito apaixonado pela mulher e isso me comove.

Já estava chegando a minha casa, quando me lembrei da novela. Não me acanho de admitir que vejo novela, já disse isso aqui. Acompanho apenas uma de cada vez, por falta de tempo ou de paciência. Prefiro a novela das nove porque esse é um bom horário para mudar de sintonia: do trabalho ou afazeres domésticos para o sono reparador. Ainda estou me acostumando com a novela atual, “Salve Jorge”. Aborda um tema chocante: o tráfico de mulheres para atuarem em outros países como prostitutas. Mas há momentos mais amenos. Gostei de assistir à reconciliação do Capitão com a noiva, moradora da Favela do Alemão. Curto esse lado romântico, mas também fico atenta ao dia a dia na favela. Sem perder de vista que se trata de uma obra de ficção, a vida na favela me transporta para uma reflexão sobre coisas mais sérias, como a questão da distribuição de renda no Brasil e a nossa secular estratificação social. Estou escrevendo um texto de Sociolinguística em que comparo o acesso à lín-

gua padrão neste nosso país com a ecologia linguística de outros países onde a educação é universal há mais de século. Na novela Salve Jorge aprendi uma coisa que julgo importante. Um domínio social de grande relevância para as comunidades moradoras em favelas é a “laje”. A laje é espaço de confraternização; de produção cultural; de encontros. Alô, jovens sociolinguistas, valeria a pena estudar a laje como domínio social.

Já que este texto está parecendo uma colcha de retalhos, completo meu patchwork com este meu post, que reli logo que cheguei em casa:

“Ligo distraidamente a TV. Está rolando o jogo Chelsea x Corinthians. Isso me faz lembrar o Chico Buarque quando disse que mulher só se liga em futebol na Copa do Mundo. Disse isso com aquele sorrisinho maroto que felizmente o tempo não lhe subtraiu. Sei que há muitas mulheres que curtem muito um jogo de futebol de seus times. Mas estou nessa parcela ‘alienada’ de que o Chico fez troça. De qualquer forma, no jogo de hoje, espero que o Corinthians ganhe o jogo e a taça.”

Brasília, dezembro de 2012.



O Acordo Ortográfico

Em 29 de setembro de 2008, quando um decreto presidencial aprovou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em 1990, pelos países da CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa - o Ministério da Educação do Brasil constituiu uma Comissão de Língua Portuguesa cuja função era assessorar o MEC e o próprio governo da República em assuntos de política da língua. A Comissão era constituída de professores universitários, doutores em Linguística ou em Língua Portuguesa, e reuniu-se muitas vezes para tratar, principalmente, da implementação do referido Acordo. Participavam também da Comissão especialistas do MEC e diplomatas de carreira. No âmbito da Comissão discutiu-se também, entre outros assuntos relevantes, a criação do Instituto Machado de Assis, nos moldes dos Institutos Camões ou Cervantes, mas esse tema suscitava sempre alguma fricção entre os representantes do MEC e do MRE, que não chegaram a um consenso sobre a que ministério tal instituto deveria estar subordinado, caso fosse criado.

Tive oportunidade de participar dessa Comissão de Língua Portuguesa. Assim como meus colegas, trabalhei intensivamente na divulgação do Acordo que, à época, despertava grande interesse na imprensa nacional. Alguns colegas, como o Prof. Carlos Alberto Faraco, sistematizaram as regras ortográficas que sofreriam alterações, tanto no português de Portugal quanto no do Brasil. A síntese explicativa do Prof. Faraco esteve desde então à disposição para download gratuito no portal da [Editora Parábola](#).

Tão logo publicado o Decreto de 2008, toda a sociedade brasileira se mobilizou. Os órgãos de imprensa e as editoras apressaram-se a ajustar suas produções, em qualquer suporte (impressos em papel ou em meio eletrônico), à letra do Acordo. Em especial as editoras que participam do PNLD _ Programa Nacional do Livro Didático _ pelo qual o MEC processa as compras dos livros didáticos para todas as escolas públicas no país, revisaram e reimprimiram livros pois a atualização ortográfica era uma condição necessária para se habilitar nos editais publicados pelo Ministério. Tudo isso teve um enorme custo. De

fato, alterações no sistema ortográfico de uma língua são medidas onerosas e muitos países nunca as promovem. Veja-se, por exemplo, o inglês, falado e escrito no mundo todo, com uma ortografia estadunidense e outra inglesa, que diferem entre si em alguns poucos itens lexicais. O inglês é uma língua tão onipresente, tão poderosa, que quaisquer iniciativas de alterações ortográficas morrem no nascedouro.

O parágrafo único do Art. 2º do Decreto 6.583 de 2008 estabelecia que “A implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova estabelecida”. Não obstante o prazo concedido, a indústria editorial brasileira, como já vimos, foi célere em ajustar-se às normas acordadas. Isso foi o que aconteceu no Brasil. Em outros países de língua oficial portuguesa não houve igual empenho. Particularmente, em Portugal, o que houve foi uma sucessão de protestos. Temia-se que o Brasil estivesse assumindo uma liderança em termos linguísticos em toda a CPLP. Hegemonia quantitativa em ter-

mos de falantes o Brasil já tem, pois em cada grupo de quatro usuários do Português como língua materna, três são brasileiros. Se nosso país conseguir superar sua histórica situação de analfabetismo nos próximos anos, que é o que se espera, teremos hegemonia também no que se refere ao número de leitores em Português.

Bem, o período de transição previsto no instrumento legal no Brasil encerra-se no próximo dia 31 de dezembro no ano em curso. No entanto a mídia divulgou intensamente que o Governo Federal ampliou o prazo de transição. Quero crer que isso seja uma cortesia para com Portugal, os cinco países de língua portuguesa na África e o Timor Leste.

Cabe, porém, uma pergunta crucial: enquanto vivenciarmos um outro período probatório, devemos manter as normas em vigor, ou voltar às antigas? Para efeito de provas e concursos, os dois

conjuntos de normas serão aceitos. E para efeitos de publicação?

Eu entendo que todo o esforço e todos os recursos financeiros despendidos exigem que continuemos a publicar conforme as normas do Acordo Ortográfico que foi promulgado pela Presidência da República e aprovado pelo Congresso Brasileiro desde 1995.

Pessoalmente, quero deixar claro que farei como Monteiro Lobato, que se recusava a usar alguns diacríticos. Vou continuar usando as regras de acentuação gráfica e de emprego do hífen como reza o Acordo. Em especial, nunca mais voltarei a usar o trema sobre a letra u, nem mesmo para ensinar às gerações futuras que o macaquinho se chama s /a /g /u /i e não sagui.

Brasília, 22 de dezembro de 2012.



Entrevista concedida à Letra Magna

LETRA MAGNA: Vamos começar por um questionamento genérico: o que caracteriza uma gramática?

“Gramática” é um termo do léxico do português e de muitas outras línguas. Tanto no português quanto nas línguas europeias, de modo geral, a palavra deriva-se do latim, ‘grammatica, cæ’, que, por sua vez, originou-se em um étimo grego. Entre os gregos e os romanos, gramática significava ciência gramatical: conjunto de prescrições e regras que determinam o uso considerado correto da língua escrita e falada. (Dicionário Houaiss). Mas o significado de gramática evoluiu, juntamente com a própria ciência Linguística, e tem variado no âmbito das diversas correntes teóricas dessa ciência. A partir do início do século XX, a Linguística Estruturalista passou a dar ênfase à gramática descritiva das línguas e das variedades de cada língua, relativizando o papel da gramática normativa, considerada como uma gramática descritiva de uma das variedades da língua, a saber, a variedade de prestígio, empre-

gada na língua escrita e no desempenho de determinadas funções comunicativas.

LETRA MAGNA: Atualmente sabemos que existem diversos tipos de gramáticas de uma língua: reflexiva, de usos, normativa, teórica... Qual o papel de cada uma delas no cenário atual dos estudos linguísticos?

As diferentes tendências no estudo da linguagem têm qualificado o termo “gramática” conforme os pressupostos teóricos, que lhes são subjacentes. Uma gramática “reflexiva” está de acordo com a definição de competência na teoria chomskiana, em que os dados para a análise são gerados pela introspecção do analista. O adjetivo “reflexiva” também é usado na Linguística aplicada ao ensino-aprendizagem de línguas, que enfatiza a reflexão de professores e aprendizes sobre a estrutura e os usos da língua que é objeto de sua aprendizagem. A gramática “de usos” é praticada principalmente pelos adeptos de correntes funcionalistas da Linguística, para as quais há uma relação dialética e indissociável entre forma e função no estudo da língua. A gramática “nor-

mativa” preserva o sentido original do termo na cultura greco-romana. Na idade moderna a produção de gramáticas normativas, bem como de dicionários e guias ortográficos, ocorreu com os primeiros empreendimentos de política Linguística nos países em formação, empenhados na padronização de uma língua nacional e supra-regional. De acordo com o Círculo Linguístico de Praga, a língua padronizada nas gramáticas normativas cumpre diversas funções relevantes na constituição de uma nação, tais como a função unificadora, a função separatista e a função de quadro de referência. Observe-se também que a padronização da língua é uma etapa importante na construção do sistema burocrático de governo e corre paralela ao desenvolvimento de um acervo de letramento (inclusive a tradição literária) na respectiva nação.

LETRA MAGNA: A gramática tradicional normativa foi (e ainda é) vítima de ataques por parte de diversos lingüistas no que diz respeito às suas incoerências teóricas. A senhora considera pertinente o posicionamento desses lingüistas?

No Brasil herdamos uma tendência a valorizar em demasia a chamada gramática normativa, que tem sido objeto até de legislação federal, como a Lei nº 5765 de 18 de dezembro de 1971, que aprovou alterações na ortografia da língua e a Portaria nº 36 de 28 de janeiro de 1959, do MEC, que propôs a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Essa NGB, desde então, ganhou status de conteúdo programático em todos os níveis de ensino. Ensinar português passou a ser sinônimo de ensinar gramática, em detrimento de um trabalho pedagógico que favoreça a competência comunicativa dos alunos, habilitando-os a desempenhar, com eficiência e segurança, qualquer tarefa comunicativa, na língua oral ou escrita, que se lhes apresente na sua vida social e especialmente profissional. Quando os linguistas criticam a gramática normativa estão considerando dois fatos: o primeiro é a séria distorção na nossa cultura escolar, que confunde o ensino da língua com a memorização de terminologia gramatical. O segundo é a ignorância das normas prescritivas em relação ao processo de evolução natural da língua e aos estudos descritivos,

que se baseiam em metodologias mais atualizadas.

LETRA MAGNA: Os falantes comuns (aqueles que não são ligados à Linguística) ainda continuam apegados às regras muitas vezes antigas e engessadas contidas nessas gramáticas. Muitas vezes, sequer aceitam as explicações dos linguistas de que há diversas gramáticas. O que está acontecendo? De quem é a falha (se é que ela existe)?

Os falantes comuns, que não estão familiarizados com a literatura Linguística especializada, veem-se muitas vezes diante de polêmicas entre linguistas modernos e gramáticos conservadores em relação a certos usos da língua. A Linguística moderna demonstra cientificamente, por exemplo, que um determinado traço linguístico considerado “erro” é descendente legítimo de usos correntes em estágios anteriores da história da língua, ou mostra que algumas exigências da gramática normativa não têm fundamento lógico. Os usuários da língua, no entanto, leem em gramáti-

cas e nos muitos manuais publicados pelos órgãos de imprensa que aquele traço deve ser evitado. É o caso, por exemplo, de certas regências verbais (O verbo implicar deve ser usado como transitivo direto ou indireto? O verbo assistir no sentido de presenciar tem de receber complemento indireto? Etc.). Algumas gramáticas normativas mais modernas já vêm incorporando informações fornecidas por estudos linguísticos descritivos, mas de modo geral o usuário prefere “se garantir” aderindo à norma prescritivista quando tem de fazer concursos, prestar vestibular, redigir um ofício no seu local de trabalho etc. (a propósito, usa-se ou não se usa vírgula antes de etc.?). Seria desejável que as gramáticas normativas escolares contemplassem o conceito de adequação bem como informações sobre variação Linguística. Assim poderiam orientar o usuário da língua a fazer a opção certa entre a variante mais tradicional e a mais moderna de uma regra Linguística em processo de mudança, de acordo com a situação de fala ou de escrita, com o seu papel social no evento e, principalmente, com seus objetivos comunicativos.

LETRA MAGNA: A senhora acredita que seja necessário uma gramática de referência (do tipo teórica ou normativa) para que uma língua preserve sua cultura?

Na cultura letrada, presente em praticamente todas as comunidades de fala contemporâneas, a descrição da estrutura e dos usos linguísticos é muito importante como um quadro referencial que pode ajudar os usuários na sua produção Linguística oral ou escrita. Essa descrição pode ser muito útil também na formação de professores, que precisam desenvolver sua capacidade de refletir sobre a linguagem que eles próprios usam nas diversas situações comunicativas e sobre a linguagem de seus alunos. Veja-se, por exemplo, o processo de alfabetização, que precisa ser informado por noções de fonologia e de gramática em geral.

LETRA MAGNA: É possível falar em uma gramática exclusiva para o Português Brasileiro?

Desde os escritores românticos e principalmente a partir da Semana de Arte Moderna em 1922, a literatura brasileira tem adotado modos de escre-

ver que diferem dos modelos lusitanos e procuram aproximar-se da língua corrente no Brasil. Alguns estudiosos já publicaram obras alentadas sobre essas características do português escrito e falado no Brasil, comparando-as às características do português europeu. Algumas gramáticas normativas também já cuidam de mostrar diferenças no uso da língua no Brasil e em Portugal. No entanto a própria ciência Linguística já demonstrou que não há porque se falar de uma língua portuguesa e uma língua brasileira, pois a língua que a maioria dos brasileiros usam é a língua portuguesa com certos traços no léxico, na fonologia, na gramática e na ortografia que lhe são peculiares. Precisamos tão-somente que a literatura especializada, especialmente as gramáticas normativas, traga informações sobre as diferenças entre o português usado no Brasil e em outros países lusófonos.

LETRA MAGNA: Qual a postura teórica mais adequada para tratar dos estudos em gramática do português brasileiro?

As diversas correntes teóricas da Linguística têm contribuído para a descrição do português. Em se tratando do ensino escolar da língua, o importante é que não se privilegie a nomenclatura gramatical, que será usada apenas como um recurso no desenvolvimento da consciência reflexiva sobre a língua, e que a escola se preocupe em tornar cada aluno um falante competente, que se desempenhe com segurança em qualquer prática social, oral ou escrita, de que vier a participar, atendendo às expectativas de seus interlocutores e às normas consuetudinárias sobre o uso adequado da língua vigentes na sociedade brasileira.

LETRA MAGNA: A senhora acredita que os gêneros digitais (blogs, fotologs, orkut, messengers, etc...) trarão alguma consequência para a sintaxe da língua portuguesa?

Os gêneros digitais, mais ainda do que os não-digitais, sofrem grande influência de línguas de comunicação internacional, especialmente do inglês. No âmbito do léxico esses empréstimos se consolidam ou não na nossa língua dependendo

da necessidade de suprir ou não lacunas lexicais. No âmbito da gramática (“o livro que eu vou falar sobre”, por exemplo) essas inovações devem ser objeto da reflexão dos linguistas e devem chegar ao conhecimento da escola para que o professor saiba em que gêneros e em que situações poderão ser usadas ou deverão ser evitadas. Quanto à linguagem codificada que principalmente os jovens usam nos “chats” ou similares, é preciso que a escola assuma a tarefa de mostrar às crianças e jovens que aquele código só é adequado para a comunicação virtual. É como a língua do “P”, que as crianças dominam, mas que só empregam com funções lúdicas.

LETRA MAGNA: Como a senhora vê a formação dos professores das séries iniciais e mesmo dos professores de Letras? Eles têm formação gramatical adequada?

Os professores de séries iniciais formados nos cursos de Pedagogia ou de Normal Superior recebem muito pouca informação sobre a estrutura e os usos da língua, o que dificulta a sua reflexão Linguística e, conseqüentemente, impede um tra-

balho pedagógico mais eficiente. Constatação disso temos nos resultados do SAEB, do PISA, etc. Quando assumimos uma posição crítica em relação à ênfase na nomenclatura gramatical, não podemos jogar fora o bebê junto com a água do banho, isto é, não podemos imaginar que se possa desenvolver uma produtiva reflexão sobre a estrutura e os usos da língua sem o apoio de um referencial descritivo básico. Finalmente quero chamar atenção para distorções que se instalam e se perpetuam na cultura escolar. Recentemente, elaborando um material didático para a formação de professores de séries iniciais, no âmbito de um convênio entre UnB e MEC, incorporamos algumas informações sobre a variação fonológica e gramatical no português contemporâneo. Nosso objetivo era prover o professor de informações teóricas de sociolinguística que lhe permitam identificar certas características na produção oral e escrita de seus alunos e lidar com elas sem preconceito, de forma eficiente e produtiva. No entanto, uma pessoa encarregada da avaliação do material concluiu que a menção a regras variáveis no trabalho pedagógi-

co é por si só um estímulo ao preconceito linguístico. Para essa pessoa, a inclusão de informações sociolinguísticas nos programas de Língua Portuguesa não representa um avanço; pelo contrário, representa um perigo. Estamos vendo então que muitos leitores de estudos contemporâneos sobre o português do Brasil (apesar de bem intencionados) acabam por fazer leituras equivocadas, que podem trazer prejuízos à educação brasileira, já tão carente de padrões de boa qualidade. Mas isso é assunto para outra entrevista.

Entrevista concedida à revista virtual [Letra Magna](#), ano 03, nº 04, 1º semestre de 2006.



Dia internacional do livro

Nesta data, 23 de novembro, comemora-se o dia internacional do livro. Para celebrá-la vamos tecer considerações sobre as dificuldades de compreensão leitora, que é um dos problemas mais graves na escola brasileira, conforme mostram as avaliações – internacionais, federais ou estaduais – de larga escala, conduzidas no Brasil.

Nos últimos anos, juntamente com pesquisadores das áreas de Linguística e Educação na UnB, tenho conduzido pesquisas que se voltam para esse problema, investigando o trabalho pedagógico que visa ao desenvolvimento da compreensão leitora dos alunos, ou seja, propondo os fundamentos de uma pedagogia da leitura. A LDB (1996), art. 32, prevê o desenvolvimento da leitura, da escrita e do cálculo como meios básicos no desenvolvimento da capacidade de aprender. No entanto, nossa escola vem falhando na formação de leitores autônomos. Se o aluno não aprende a ler com produtividade, seu desenvolvimento intelectual fica comprometido.

O foco das pesquisas conduzidas na UnB se volta para estratégias docentes de mediação antes, durante e depois da leitura que os alunos fazem. Examinamos também estratégias metacognitivas dos próprios leitores no esforço para compreender o texto que estão lendo. Partimos do seguinte desafio: o que podem os professores fazer para mediar a leitura de seus alunos, permitindo que esses atinjam um nível mais alto de compreensão? Paralelamente, nos perguntamos: na escola brasileira contemporânea que esforços sistemáticos são despendidos para que os alunos se tornem leitores autônomos?

As pesquisas começam documentando e analisando rotinas interacionais entre os professores-pesquisadores e alunos leitores com diferentes graus de competência leitora. Dado que há uma grande heterogeneidade no acervo de conhecimento enciclopédico entre leitores noviços, optamos por fazer pesquisas longitudinais ao longo de no mínimo 18 meses, com alunos do ensino básico. Para cada sujeito colaborador produzimos um portfólio digital, contendo dados socio-

demográficos, dados interacionais nos eventos de leitura e os comentários analíticos.

As análises nos mostram, por exemplo, que diante de um texto muito opaco, a professora pode construir um texto parafrástico de maior legibilidade, principalmente se, em sua paráfrase, ela se valer de informações presentes no universo vivencial dos alunos. Outro recurso é o de antecipar problemas para a compreensão, seja em função de um item lexical erudito ou de emprego raro nas tarefas comunicativas dos educandos, seja em função da estrutura sintática do período.

No Brasil, existe pesquisa avançada na área de leitura, mas muito pouco desse acervo chega à formação e à prática do professor de ensino básico. Nossa ênfase é na investigação do conhecimento enciclopédico de crianças que sejam provenientes de redes sociais de cultura predominantemente oral, vis-à-vis as exigências para a leitura com compreensão de textos que elas têm de ler de modo a acompanhar o currículo escolar.

Os leitores, maduros ou iniciantes, associam as informações dos textos a suas próprias experiências e vocabulário, de modo a construir sentidos sobre o que estão lendo. Há dois tipos de problemas de leitura: de codificação, que envolve habilidades de nível baixo; e de incompreensão dos textos, que se relaciona a habilidades de alto nível.

Até agora, os Projetos resultaram na publicação de dois livros: *Leitura e Mediação Pedagógica*, Parábola Editorial, 2012 e *Formação do Professor como Agente Letrador*, Editora Contexto, 2010, que são uma autoria conjunta dos pesquisadores envolvidos, mas a pesquisa vai continuar.

Brasília, novembro de 2012.



Idade mínima de seis anos para ingresso no ensino fundamental

Está em discussão um projeto de lei, em fase de elaboração pelo MEC, que estabelece a idade mínima de 6 anos (completos até 31 de março no ano da matrícula) para ingresso no ensino fundamental (Resolução do CNE nº 01, de 14 de janeiro de 2010). Seria essa medida benéfica para os estudantes e para a educação no Brasil? Vejamos qual é a norma em alguns outros países. Na França, o equivalente à primeira série do Ensino Fundamental é cursado aos 6 anos e recebe crianças que vêm do último ano da pré-escola. Na Inglaterra, a alfabetização se inicia aos 5 anos nas classes de recepção, que preparam para a alfabetização. Nos Estados Unidos, o Congresso Nacional cortou recentemente verbas de um programa voltado para alfabetização de crianças de 3 a 4 anos por considerar seus resultados indefinidos, sem, contudo, reduzir as verbas para alfabetização na idade regular.

Um programa de alfabetização que tenha início aos seis anos, como prevê o MEC, terá necessariamente de ser precedido da educação infantil, com acesso garantido a todas as

crianças brasileiras. Essa etapa, marcada por atividades lúdicas que estimulam o desenvolvimento motor e cognitivo, será destinada à preparação para o trabalho mais sistemático com a leitura e escrita no primeiro ano, e à sociabilização das crianças. A educação infantil é indispensável porque a maioria das famílias brasileiras não tem condição de oferecer aos filhos pequenos uma iniciação prazerosa a práticas letradas. Para o início do trabalho efetivo com alfabetização, no en-

tanto, é preciso aguardar um amadurecimento sociocognitivo das crianças. Nesses termos, o projeto do MEC é bem-vindo. Em tempo, O Conselho Nacional de Educação - CNE - decidiu abrir uma exceção permitindo a entrada de crianças de seis anos incompletos na primeira série do ensino fundamental no próximo ano. A partir de 2010, prevalecerá a exigência dos seis anos.

Brasília, março, 2010.



O mundo hoje está pior que há um século?

O mundo hoje está pior que há um século? Claudio de Moura Castro (Veja, 18 de fevereiro de 2009) reúne muitos dados e responde negativamente à pergunta, sustentando a epígrafe de seu artigo: “Como disse Lorde Rees de Ludlow, para a maior parte das pessoas, na maior parte das nações, nunca houve um momento melhor para viver”.

Segundo o articulista da revista Veja, na última década reduziram-se em 40% as guerras. Nas que ainda nos afligem, pelo menos um dos lados dos contendentes é um regime ditatorial. Relacionado a esse dado, vemos que as mortes violentas que ceifavam as vidas na população masculina chegaram a ser 25% e hoje são só 2%.

O avanço das ciências contribuiu muito para melhores condições de vida, até mesmo na prevenção e socorro no caso de desastres naturais. Ocorre-me como exemplo a incidência dos tsunamis. O que atingiu Lisboa no século XVIII, praticamente destruiu a cidade. O que não foi alagado, foi destruído pelos incêndios. Atualmente há tecnologia que permite

prever os tsunamis, e, o que é melhor, não são apenas os países industrializados que se podem beneficiar dessa tecnologia.

A educação, que era universal há alguns séculos em alguns países do Hemisfério Norte, como a Grã Bretanha, agora está atendendo a toda a população em países como o Brasil. Ainda não tem a qualidade desejada, mas a que tínhamos há um século também não primava pela qualidade, e só contemplava a parcela mais abonada da população.

Ainda segundo Moura Castro, o Brasil em 1900 era como a Bolívia de hoje e a renda per capita da Argentina, que já foi cinco vezes maior, hoje é quase igual à nossa. Entre 1870, no Brasil de D. Pedro II, e 1987, o PIB brasileiro cresceu 157 vezes, o japonês 87, e o americano 53, sempre de acordo com o artigo citado.

Lembro-me de meu pai dizendo às filhas: – Não é para a minha geração, mas a geração de vocês facilmente viverá mais de oitenta anos. Ele, de fato viveu até os 86, não obstante a infância pobre, o primeiro de uma prole de oito, de um filho

de imigrante italiano, que chegou ao Brasil, mais propriamente à Minas Gerais, no final do século dezenove. Vários dos irmãos chegaram ao curso superior.

Esses dados relativos ao mundo contemporâneo e particularmente ao Brasil nos permitem ser otimistas e acreditar que estamos finalmente chegando do ‘Brasil do futuro’. Um professor da Universidade de Pennsylvania, William Labov, conhecido sociolinguista, com quem fiz um estágio de pós-doutorado, comentou comigo, sem intenção de ofensa, desde sua escola primária ouvia dizer que o Brasil seria o país do futuro. Quando, ele me perguntava, vai chegar o futuro para o Brasil? Isso foi em 1990. Indagada hoje, eu teria uma resposta mais consistente para dar a ele, pois eu me alinho com os otimistas.

Há dois fenômenos sociais que considero de importância fundamental para o advento das mudanças na face deste país. O primeiro, revelado pelos resultados da PNAD, de 2008, diz respeito à taxa de natalidade nas famílias brasileiras. Mesmo não contando com uma política oficial de pla-

nejamento familiar, sempre combatida pela Igreja Católica, os brasileiros nas últimas décadas reduziram significativamente o número de filhos, por casal. Já se tem consciência de que quantidade, nesse particular, é inversamente proporcional à qualidade de vida.

O segundo é também de natureza sociocultural. De uns tempos para cá, e eu não saberia precisar quando, nós brasileiros nos convencemos de que é exclusivamente responsabilidade nossa fazer este país progredir. Já não é o caso de atribuir o sono em berço esplêndido ao capitalismo internacional, nem aos países ricos.

Salvador, fevereiro, 2009.



Toca o berrante, seu moço, que é pra mim ficá ouviu

“O menino da porteira” é um hit da música sertaneja: “Toda vez que eu viajava pela estrada de Ouro Fino, lá adiante eu avistava a figura de um menino, que corria abria a porteira depois vinha me pedindo, ‘toca o berrante, seu moço, que é pra mim ficá ouviniu “. Já foi gravada por vários cantores, em solo ou em dupla. Agora sai o filme, com o cantor e ator, Daniel.

Tem tudo para ser um sucesso. É raro o brasileiro que não tenha um pé no campo: podem ser os pais, os avós, os bisavós... Só em meados do século XX, o Brasil presenciou uma transferência maciça de população do campo para áreas urbanas. Essa transferência ainda está em curso, ultimamente menos intensa. Tenho uma amiga que é de Ouro Fino. Sempre que nos encontramos passamos bons momentos trocando lembranças sobre nossas respectivas infâncias.

Meus pais nasceram na cidade, mas meus avós vieram do campo, mesmo o bisavô paterno, que veio do sul da Itália, era homem de origem campesina. Corre na família uma anedota pitoresca sobre meu avô materno, filho de português,

mas nascido e criado em Pouso Alto, na Serra da Mantiqueira, no sul de Minas Gerais. Na década de quarenta, do século passado, meus pais resolveram levá-lo ao Cassino da Urca, onde cantava Carmen Miranda e todos os cantores que faziam sucesso.

O Vovô Manta observou, meio perplexo, as coristas de perna de fora. Depois irrompeu para o meu pai:

– Ô Gerardo, tão novas é já peldidas.

Esse é o meu background, por isso gosto tanto do Chico Bento de Maurício de Sousa e apreciei muito a novela “Cabocla”, cuja história, segundo minha mãe, foi ambientada em Pouso Alto, pelo romancista Ribeiro Couto. Vindo da capital, ele se radicou em Pouso Alto, em 1925, em busca de bons ares que lhe curassem a tuberculose, como no caso do protagonista.

Quanto ao “Menino da Porteira”, ainda não assisti ao filme, mas já ouvi várias gravações da música. Para minha surpresa, em algumas delas, a fala do menino foi alterada para “Toca o berran-

te, seu moço, que é pra eu ficar ouvindo”. O produtor do disco certamente agradou os gramáticos tradicionais, mas por certo a música perdeu muito em verossimilhança. Você, leitor ou leitora, acha que um menino, urbano, rural, ou até urbano, vai se dirigir a alguém dizendo “É pra eu ficar ouvindo”? O natural no repertório das crianças é dizerem: “É pra mim ficar ouvindo”. Só quando entram na escola, depois de alguns anos, vão aprender esta variante do enunciado: “É pra eu ficar ouvindo”, que agrada os ouvidos dos gramáticos.

Há muitas expressões típicas da oralidade no português do Brasil que os gramáticos rejeitam. Muitas passam ao largo das escolas, que não se apercebem delas. Os linguistas dizem que há regras variáveis mais salientes e menos salientes. As mais salientes são as que recebem uma correção aberta, na escola e na sociedade em geral. “Uma das mais salientes é o uso dos pronomes oblíquos, “mim” ou “ti”, como nos versos “ Te carreguei no colo, menina. Cantei pra ti dormir”. Esse último ainda pode passar ileso pela escola, mas o “pra mim” seguido de verbo

no infinitivo sofre uma caçada escolar permanente. As professoras dizem: “Mim não escuta”; “Mim não trabalha”, etc.

De fato, o pronome “mim” co-ocorre com todas as preposições: “sobre mim”; “sem mim”, “de mim”. Com a preposição “com”, herdamos do latim a forma “migo”: “comigo”, que se originou de “cum me cum”.

Mas os gramáticos decidiram que, quando a expressão “para mim” é seguida de um infinitivo, o pronome “mim” tem a função de sujeito dessa forma verbal, e por isso, não pode ser usado o pronome oblíquo “mim, que não é pronome sujeito. Temos de dizer “Para eu escutar”, etc.

Para que não restem dúvidas, os gramáticos explicam: Se você não sabe se deve dizer “para mim”, ou “para eu”, faça uma das duas perguntas seguintes: Se a pergunta for “para quem?”, use o pronome oblíquo. Por exemplo. A professo-



ra me deu nota dez. “Deu dez para quem?” Para mim. Se a pergunta for “Para quê?”, use o pronome “eu”. Por exemplo. “Este dinheiro é para eu passar o mês”. “Para quê?” “Para eu passar o mês”.

Depois de todo esse latinorum, voltemos ao menino da porteira. O natural seria ele dizer “É pra mim ficar ouvindo”, Mas essa construção fere a gramática. Como a música sertaneja busca legitimação nos grupos sociais urbanos, alguém, responsável por algumas gravações, optou por fazer a correção.

Fica aqui o meu protesto. O menininho de Ouro Fino era uma criança como outra qualquer, que tenha o português como língua materna, mas que o fala como o ouve em sua rede social. O

resto é blá-blá-blá. E para não dizerem que deixei confusas as professoras, fica um conselho. Nossas crianças não têm de usar sempre uma linguagem monitorada, aquela prevista na gramática normativa. Há momentos de se observar as regras das gramáticas, e há momentos de descontração, em que não é necessário se monitorar tanto.

Salvador, 18 de fevereiro de 2009.



A bailarina empoeirada

Adquiri hoje, com direito a dedicatória, a obra em dois tomos ilustrados e encadernados, “A bailarina empoeirada – Histórias do povo de Brasília” de Luiz Humberto de Faria Del’Isola e Noemia Barbosa Boianovsky, (Editora Annabel Lee, 2013). Minha filha Larissa foi ao lançamento e me trouxe os dois volumes que ao todo somam 1381 páginas, dedicadas ao “registro da história das gentes que para cá vieram e construíram a cidade real dentro da cidade utópica”.

Noemia é de Morrinhos, Goiás, e Luiz Humberto é mineiro de Uberlândia. Juntos trabalharam durante duas décadas para construir esse repositório de fotos, histórias, causos, pessoas, famosas e simples, que nesses 53 anos dão testemunho da Brasília que já é a terceira maior região metropolitana do Brasil.

Os autores reservaram uma seção ao nosso trabalho de registro e descrição do contato de variedades dialetais no Distrito Federal, o amálgama das diferenças que está dando origem ao falar candango. Sou grata a eles por isso. Vou ler aos pou-

cos, com calma e certa reverência, essas “Histórias do povo de Brasília. E aos leitores interessados na presença de muitos modos regionais de falar nesta capital, sugiro o livro que organizei com colegas: O falar candango – análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais. Editora UnB, 2010.

Brasília, novembro de 2013.



Educação infantil

Converso com um pai de família, bancário, residente no DF. Ele me explica que tem dois filhos, o mais velho, de seis anos já está na escola. Para a caçula, de quatro anos, não conseguiu escola pública e confessa que uma escola particular está acima de seu orçamento. Comento com ele sobre a legislação atual, que estabelece como dever da família matricular as crianças em escola a partir dos quatro anos (uma boa medida legal, por sinal). “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 anos de idade” (Fonte: Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013), em vigor a partir deste mês.

Ele conhece a lei, mas está na expectativa de que o governo local abra uma escola de educação infantil na localidade onde mora. Não só ele e a família dele, mas centenas de outras, que também têm crianças pequenas e residem na mesma região.

Se vamos alfabetizar as nossas crianças a partir de seis anos (outra boa medida legal), é importante que as crianças já aos

quatro anos comecem a frequentar escola. Assim se acostumam com a cultura escolar, convivem com outras crianças, vão-se sociabilizando, desenvolvendo suas habilidades cognitivas e motoras e são apresentadas a práticas de letramento próprias para a sua idade, nem sempre presentes em sua cultura familiar. Países como a França e os Estados Unidos, onde a alfabetização tem início aos seis anos garantem aos seus cidadãos escola pública a partir dos primeiros anos de idade.

No Brasil, creches e pré-escolas particulares são muito caras, uma comodidade acessível a parcelas restritas de nossa população. Se a lei prevê escolaridade a partir dos quatro anos de idade, é imperioso que o governo ofereça e mantenha escolas públicas para essa faixa etária. O preocupado pai que conversava comigo disse que vai ao ministério público apresentar uma queixa formal. Sugeri também procurar o conselho tutelar da região administrativa onde mora.

Brasília, 15 de fevereiro de 2014.



Outra reforma ortográfica? Nem pensar!

Todos os sábados, reservo duas horas para trabalhar com um adolescente que está matriculado em uma classe de aceleração. Estou certa de que ele vai precisar de ajuda mais específica para tornar-se um leitor autônomo e ser capaz de enfrentar a leitura de seus livros didáticos. Não faço muito. Apenas estou mediando o processo de leitura e escrita para que eles se tornem menos opacos para meu amigo.

Em nossa última sessão, trabalhamos com conto de Bartolomeu Campos de Queirós. Ele leu e em seguida escreveu a palavra “vô”, assim com o acento circunflexo.

Corrigi a redação – Esta palavrinha está escrita com um acento, um acento circunflexo, este que a gente chama brincando de chapeuzinho. Mas a gente não escreve mais “voo” com acento.

- Num tem acento mais não, é?
- Algumas palavras tinham acento e agora não têm mais. Quando elas forem aparecendo, vou mostrando a você.

– E esta aqui?

A palavra era “estádio”.

– Esta tem.

Procurei mostrar a ele que o acento agudo indicava a sílaba tônica. Alguns minutos para entendermos bem o que era sílaba tônica.

O livro que estávamos usando não era muito antigo. Foi publicado pelo MEC em 2006. Mas a grafia ainda não havia sido adaptada ao Acordo Ortográfico.

Meu jovem amigo poderia ter-me dito: – Nessa palavra tem acento e é pra gente escrever o acento; nessa outra tem acento, mas não é pra gente escrever o acento. É melhor vocês resolveram tudo primeiro, pra depois vim me ensinar.

Não disse, mas eu fiquei pensativa, depois de nosso encontro.

Que grande problema passar por uma reforma ortográfica, em um país com altos índices de analfabetismo: ajustar os livros, preparar os professores...

O pior é que há alguns brasileiros pensando em fazer uma outra reforma, antes mesmo que essa esteja consolidada. Será que têm ideia (sem acento) do custo de uma reforma ortográfica? Será que já refletiram sobre todo o gasto feito pelo país para comprar livros, obrigatoriamente com o texto adaptado à reforma (o Brasil é o terceiro maior comprador de livros didáticos, atrás apenas da China e dos Estados Unidos). E o tempo que já se gastou para preparar os professores diante das mudanças?

Em 2001, a UNESCO divulgou o índice de desenvolvimento da educação de 128 países. O Brasil está na 88ª posição, com 14,6 milhões de habitantes que não sabem ler.

Ensinar todo esse contingente de pessoas a ler não é tarefa fácil. Se fosse, o país já teria resolvido o problema.

Só há um caminho para resolvê-lo. Melhorar a qualidade de nossas escolas, torná-las escolas de tempo integral, preparar melhor nossos professores.

Esforços têm sido feitos, está aí o PNAIC, Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa.

Mas certamente que não será por nenhum passe de mágica que de repente todos os brasileiros saberão ler e escrever. E certamente também que não é fazendo nova reforma ortográfica, para ‘simplificar’ a ortografia. Por que será que países como a França e a Inglaterra nunca fizeram reforma ortográfica? Previnem o analfabetismo, ensinando com empenho as convenções da língua escrita, cuja grafia está muito longe da pronúncia. Ensinar a ler e escrever é prioridade nacional em seu sistema educacional.

A última reforma ortográfica no Brasil resultou de um acordo internacional, no âmbito da CPLP, Co-

munidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1990. Estamos na fase de consolidar essa reforma, o que tem de ser feito paralelamente a um esforço nacional para que nossos alunos não saiam da escola ainda analfabetos.

Por favor, Senhores Senadores, ajudem o Brasil a se alfabetizar. Qualquer medida que dificultar esse processo é altamente antipatriótica. Esta não é hora de se fazer experimentos. É preciso criar as condições para termos uma escola de boa qualidade funcionando em horário integral.

Brasília, 15 de agosto de 2014.

Capítulo 5

Créditos



Créditos

© Stella Maris Bortoni-Ricardo

Edição: Virgílio Almeida

Digitação: Lucas Bortoni Miranda

Fotografias: Pedro Magalhães - pedro-magalhaes.com - pedro.magalhaes.fotografia@gmail.com (exceto 'Shakespeare, Balcony e Iguanas', de autoria de Ana Karina Bortoni Dias e 'Curriculum Vitae' de Kleber Aparecido Silva).

Diagramação: Tales Pinheiro de Almeida

Este livro está disponível em www.stellabortoni.com.br. Reprodução autorizada.

Editado com o software *iBooksAuthor* em 2015.